

**Unesp**  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA  
FILHO” Faculdade de Ciências e Letras

Campus de Araraquara – SP

Olavo Negrão Pereira Barreto

## **O medo e a política antiterror do ocidente no processo de globalização.**

Araraquara – S.P.

2017

Olavo Negrão Pereira Barreto

# **O MEDO E A POLÍTICA ANTITERROR DO OCIDENTE NO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO.**

Dissertação de Mestrado, Programa de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**Linha de Pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.**

**Orientador: João Carlos Soares Zuin**

ARARAQUARA – S.P.  
2017

Barreto, Olavo Negrão Pereira

O Medo e a Política Antiterror do Ocidente  
no Processo de Globalização / Olavo Negrão  
Pereira Barreto - 207

102 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de  
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras  
(Campus Araraquara)

Orientador: João Carlos Soares Zuin

1. Terrorismo. 2. Medo. 3. Globalização.

## AGRADECIMENTOS

Se fosse, neste espaço, agradecer como imagino que seria a forma correta, acredito que os agradecimentos ocupariam maior espaço que o próprio trabalho. Tamanha é a infinita dívida que tenho com uma infinidade de pessoas que foram fundamentais na produção deste. Mais do que fundamentais, essenciais.

Digo que assim o foram não na apenas na produção direta, mas fundamentalmente indireta. Estudar o medo, o terrorismo, a guerra, enfim, as temáticas aqui abordadas, se tornou difícil não apenas pela magnitude do tema e na dificuldade de sintetizá-lo, mas em suportar a realidade que se apresentava em cada avanço da pesquisa. Falar um pouco sobre mim e sobre a geopolítica atual, entender mais a mim e ao mundo no passo a passo da pesquisa, me permitiu conviver com situações de desânimo, tristeza, dor, angústia e, ao mesmo tempo, felicidade, alegria, cura e esperança.

Por isso, agradeço, desde sempre, minha sustentação ética, moral, humana, que vem de minha família – Leda Maria Negrão (Mãe), Orlando Pereira Barreto Neto (Pai), João Pedro Negrão Pereira Barreto (Irmão), Ana Elisa Negrão Pereira Barreto (Irmã) e ao anjo recém chegado que uniu nossas distâncias e contemplou nosso sentido de existir, Maria Barreto de Oliveira Carneiro (Sobrinha). Em segundo lugar, apenas por questões estéticas textuais e não por fator de importância, agradeço minha família que foi construída, e ainda o é, ao longo de minha vivência na universidade. Meus amigos, que dividiram, além do espaço republicano, das ideias, os melhores e piores momentos nos últimos nove anos de minha vida. Me permitiram pensar, viver, questionar e aprender através do diálogo e não da violência, através do amor e não do ódio.

Ainda neste espaço universitário, inúmeras foram as pessoas que me deram forças e reflexões para o trabalho. Algumas que nem saberia dizer o nome. Em contrário, não posso deixar de dedicar um espaço exclusivo a meu orientador – João Carlos Soares Zuin – que me permitiu, pela ampla liberdade concedida, crescer intelectualmente e, sem dúvida alguma, me tornar mais humano através das orientações de leituras, das conversas sobre o trabalho e sobre a vida. Da orientação como professor, e como amigo. Alguém que me fez sentir orgulho de mim mesmo e reconhecer em mim um potencial transformador ao qual não reconhecia.

As duas famílias sempre foram, e serão, o que torna possível minha existência. São pessoas como as que me permitiram chegar até aqui que me fazem lutar e não desistir. E enxergar que o futuro, por mais catastróficas que sejam as perspectivas, próximo ou distante, seja um mundo ao qual eu deseje para mim mesmo e aos que amo.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo contemplar uma análise sociológico histórica sobre o fenômeno do terrorismo. Focalizando o espaço temporal no cenário de globalização pós-fim da Guerra Fria, seguindo-se da reconfiguração da geopolítica global, até os dias atuais onde o terrorismo, assim como a guerra, se fazem presentes na vida de todos os cidadãos, direta ou indiretamente, cotidianamente. Buscou-se uma reconstituição histórica do fenômeno, assim como os processos que foram transformando o terrorismo em um instrumento de manipulação de massa através da dispersão do medo global. Medo este que possibilitou um contexto de militarização da vida social e da desconstrução da soberania nacional e do universo do Direito.

**Palavras-chave:** Terrorismo; medo; globalização.

## **ABSTRACT**

The present work aims to contemplate a historical sociological analysis of the phenomenon of terrorism. Focusing the temporal space in the scenario of globalization after the end of the Cold War, followed by the reconfiguration of global geopolitics, to the present day where terrorism, as well as war, are present in the lives of all citizens, directly or indirectly, every day. We sought a reconstruction of the history of the phenomenon, as well as the processes that were transforming terrorism into an instrument of mass manipulation through the dispersion of global. Fear this that allowed a context of militarization of social life and deconstruction of national sovereignty and of the universe of the Right.

**Keywords:** Terrorism; Fear; Globalization.

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES GERAIS DA PESQUISA.....	17
1.1 Sobre as referências e as fontes.....	17
1.2 Ensaio Geral .....	19
CAPÍTULO 2 – A REDEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS .....	26
2.1 Reorganização Geopolítica Global no Pós Guerra Fria. ....	26
CAPÍTULO 3 – O TERRORISMO E O IMPACTO NA VIDA SOCIAL .....	39
3.1 Algumas definições formais sobre terrorismo.....	39
3.2 Como funciona o processo de classificação de uma organização terrorista nos EUA. ....	40
3.3 Mudanças constitucionais visando o combate ao terror e <i>O Patriot Act</i> .....	41
3.4 O Terrorismo, a “Guerra ao Terror” e os desdobramentos sobre a vida social.....	45
3.5 A Nova Guerra.....	85
3.6 A questão.....	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	95
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	99

## INTRODUÇÃO

Afinal, viver num mundo líquido-moderno conhecido por admitir apenas uma certeza – a de que o amanhã não pode ser, não deve ser, não será como hoje – significa um ensaio diário de desaparecimento, sumiço, extinção e morte. E assim, indiretamente, um ensaio da não-finalidade da morte, de ressurreições recorrentes e reencarnações perpétuas. (BAUMAN, Z., Medo Líquido, 2006, p.13)

No curso do processo civilizatório os seres humanos sempre sentiram a necessidade de definir e dotar de sentido as formas que as manifestações fenomênicas. Um objeto, e até mesmo as categorias mais metafísicas e imateriais como os deuses e os sentimentos, as paixões e as emoções, são descritos por palavras, analisados e, posteriormente, transformados em categorias e conceitos que nos orientam dentro do mundo. Na produção científica, classificamos os objetos, a partir de suas manifestações e das suas definições convencionalmente estabelecidas, para que nos seja permitido alcançar os devidos objetivos do trabalho e dotar a realidade de sentido. É possível dizer que sem o uso das palavras, sem as definições, não existiria o ser humano, assim como inexistiria o processo civilizatório, os modos de produção material, a cultura, mas apenas a vida se manifestando em sua imediatez e potencialidade natural para continuar a existir, sem meta, sem sentido a não ser o essencialmente biológico.

O ato de definir alguma coisa envolve uma série de processos de avaliações, aos quais são gerados inúmeros valores construídos socialmente nas mais diferentes culturas e, conseqüentemente, de categorias e conceitos que, por vezes, são extremamente distintos e conflituosos. Não se trata apenas de uma definição que recai sobre os objetos ou sobre si mesmo, tornando-nos assim também objetos com características irredutíveis que nos diferenciam de nós mesmos como seres humanos. Na era moderna, a definição do sentido da realidade física e, posteriormente, da realidade social, foi abalada e profundamente modificada pelas revoluções produzidas pelo Renascimento (*Sapere Aude, Nosce te ipsum, Juxta per principia propria e Nil admirari*, motes do homem novo que produzia a partir da revolução copernicana uma densa ruptura com a ideia milenar de cosmo e de "lugar natural" e com a vontade de conhecer por si mesmo as coisas e os seres através da razão, da ciência e de comprovar a veracidade das afirmações através da observação atenta e da experiência sempre renovada). Logo, na

abertura da era moderna, e no curso de processos de modernização realizados do século XVIII em diante, esteve sempre presente o grande problema de como avaliar com precisão as formas e os conteúdos, como criar uma definição correta e justa da realidade física e social. Ao utilizarmos a tipificação ideal, a formação de conceitos definidos como produto final da observação e compreensão dos processos de formação do comportamento humano, das relações sociais, como objetivo final do método, avaliamos as imagens e procuramos compreender os motivos das ações dos agentes e, por outros métodos, as causas explicativas de fenômenos considerados sociais. O que nos permite viver em sociedade, sermos seres sociáveis, também recai sobre a capacidade e a necessidade de definir o que somos, porque somos assim e não de outra maneira, qual é o sentido da nossa existência no aqui e no agora.

A grande questão que abordarei neste trabalho é compreender o fenômeno do terrorismo na contemporaneidade. Como dotar de sentido as ações realizadas por pessoas e grupos na forma de atentados que geram a morte de dezenas ou milhares de pessoas? Definir o terrorismo contemporâneo, bem como a espiral sempre crescente de atentados, implica percorrer um longo percurso histórico que, todavia, dentro do limite do tempo, será circunscrito a alguns problemas fundamentais: 1) a mundialização do capitalismo e a expansão sem limites dos processos de transformação em mercadoria de tudo aquilo que possa ser transformado em mais-valor; 2) os fenômenos do deslocamento das grandes corporações, dos valores e modo de vida do Ocidente, 3) as revoluções na comunicação, informação e produção na eletrônica, microeletrônica e robótica; 4) a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS e por último, 5) a reestruturação da guerra.

Procuramos compreender o fenômeno do terrorismo contemporâneo dentro da Nova Ordem Mundial construída pelos países vencedores da Guerra-Fria e, no seu espectro mais significativo, na nova forma do processo civilizatório e do modo de produção capitalista, erguidos nos valores do neoliberalismo: o hiperindividualismo, a hipercompetitividade, o hiperconsumismo que modificaram e modificam, profunda e radicalmente, as formas de identidade pessoal e coletiva, as formas de relacionamento e interação social, o processo de produção e o trabalho, a família, a escola e a universidade, a sociedade e o Estado.

Buscamos compreender como as grandes transformações na economia e na política, nos processos de avaliação e nos pontos de referência nas últimas três décadas estão conectados com o fenômeno do terrorismo contemporâneo. Na análise das conexões de sentido entre a globalização econômica-política e o terrorismo, investigamos como a palavra terrorismo foi, e é utilizada, empregada, como um fundamental instrumento que legitima as ações militares das potências ocidentais nas diversas áreas geopolíticas e geoeconômicas. Na era da globalização, da interconexão dos mercados e do acirramento extremo da competitividade, a disputa pela liderança e pela capacidade de determinação do senso da realidade e da história foi profundamente ampliada, demandando novos esforços e meios para a formação de consensos políticos que chegam até mesmo a legitimar ações bélicas de potências ocidentais.

Enxergo o fenômeno do globalismo como uma ideologia das potências ocidentais que se defende um discurso, em expansão, onde fundamenta-se a lógica capitalista neoliberal, atrelado a uma política republicana democrática representativa e a um cientificismo formalizado, em grade medida, pela razão instrumental que se desdobra através do militarismo, torna-se permanente e tem os veículos midiáticos como instrumentos de difusão e vigilância, permitindo a garantia da eficácia da execução. Neste cenário, o fenômeno do terrorismo ocupa um importante papel: 1) deforma as subjetividades dos grupos em suas ações políticas, suprimindo as causalidades históricas que formam identidades políticas; 2) forma subjetividades inflamadas pelo medo constante que se reflete na sensação absoluta de incertezas e recai no temor e ódio contra aqueles que serão definidos como os inimigos da humanidade, os povos canalhas, os inimigos do Ocidente e dos seus valores; 3) constrói a nova ordem das políticas internas e externas permanentes de controle e vigilância; 4) naturaliza e reifica a guerra; 5) legitima ações de caráter autoritário.

É possível dizer que a globalização econômica e política gerou novas formas de medos – medos globais, segundo o filósofo italiano Danilo Zolo (2014). Em *Medo – História de uma ideia política*, Corey Robin procurou compreender o sentido do medo na era moderna e na modernidade. Seu interesse é compreender como esse fenômeno, reflexo de uma construção social, se estrutura em estímulo da ação política, como o objeto do medo passa ser parte fundamental do reino da política, afastando-se da sedução da análise psicológica do objeto que causa medo (por exemplo, a ênfase em analisar personagens históricos pela lente da infância, personalidade, distúrbios mentais,

neuroses). O medo sempre tem uma causa social, está inscrito nos valores, nas formas de vida, nas formas de reconhecimento, nas formas de distinção, nas formas de organização social do trabalho e da produção, nas formas da política (na ordenação social, na distribuição dos bens e das riquezas, dos prestígios e do poder).

O medo ordena politicamente a sociedade ao gerar um nexos entre os valores, a moral e a política. Para Corey Robin *o medo é uma das mais importantes ferramentas da política, um instrumento utilizado pelas elites ou grupos sociais para alcançar fins políticos específicos* através do “potencial de galvanização da política do medo” (ROBIN, 2004, p. 28). Logo, o medo é utilizado pelas elites políticas para criar a coesão social através da construção do inimigo interno ou externo. A utilização da figura do inimigo possibilita que as classes dominantes ampliem o seu poder na ordem social de maneira a: 1) restringir a liberdade de movimento e pensamento; 2) declarando o estado de exceção e impedindo as manifestações contrárias à ordem; 3) impedido, eliminando o conflito social e político ao proibir a greve e as mobilizações de massa; 4) intimidando os adversários políticos; 5) aplicando sanções e punições especiais; 6) negando o direito de existência do diverso; 7) introjetando nos cidadãos a obediência à ordem e aterrorizar toda e qualquer força opositora.

O medo contemporâneo supera em complexidade o medo do passado. Não se trata mais simplesmente do medo da morte, do inferno, das doenças, da fome e das manifestações extremas da natureza, localizados, conhecidos e identificados. A dimensão do medo tornou-se extrema, indistinta e difusa devido às grandes revoluções que marcaram o século XX, especialmente, as revoluções ocorridas nas últimas décadas que produziram o fenômeno da globalização. O medo na era global é ampliado pelos meios de informação e comunicação que difundem um permanente bombardeamento de imagens e informações das diversas formas de violências, inclusive, atentados terroristas. Para Marc Augé, a contração do espaço e a aceleração do tempo possibilitam que o sistema de informação midiático crie uma nova forma de medo: abstrato e ilusório (por exemplo: a informação de que houve um assassinato na escola faz com que os pais em países nos quais não há eventos como estes tenham medo de perderem seus filhos; um atentado terrorista acirra o medo de ter ao lado pessoas que sejam semelhantes fisicamente com árabes e muçulmanos, xiitas, sírios, afegãos, iraquianos, etc.; os sucessivos alertas de possíveis atentados produz a angústia permanente nas pessoas).

Na ideologia da globalização, o medo está presente de forma institucional na vida cotidiana e se desdobra nas pressões sociais sucessivas que, na questão tecnológica recai: 1) sobre o desemprego estrutural proporcionado também pela substituição de mão de obra por máquinas; 2) o deslocamento para outras regiões (cidade, estado ou país); e, fundamentalmente, 3) sobre a incapacidade de lidar com as novas exigências cognitivas do capitalismo neoliberal e ser identificado como desnecessário, incapaz e improdutivo. No que diz respeito à economia, o medo se representa: 1) nas sucessivas mudanças legislativas; 2) na informalidade do trabalho, que permitem reduzir salários; 3) e prezam pelo alto rendimento e performance criativa, pois a posição alcançada está constantemente ameaçada pelo cenário de competitividade extrema que permite um trabalho precário e flexível. Do ponto de vista político, o medo se apresenta: 1) na insegurança da população para com o Estado; 2) na proteção social; 3) nas alterações aceleradas das regras e dos valores; 4) na presença dos migrantes; e 5) nos atentados terroristas.

Todos estes fatores traduzem a constância do medo na vida social e individual. E de um medo que se faz necessário dentro desta perspectiva político econômica onde a inclusão social se dá via consumo e através de uma hipercompetitividade alimentada pela ideia do “self made man”. A arquetípica noção sobre o sucesso vem junto da incerteza sobre o trabalho, sobre as mínimas condições de sobrevivência e reconhecimento que são tão permanentes e efusivas que o acúmulo de estresse, a ansiedade, o pânico e mal-estar são generalizados, assim como o sentimento de solidão que recai da sensação de não ser considerado importante socialmente (AUGÉ, 2013).

Para além destas consequências, o que podemos verificar como fator derivante destas condições da globalização é a divisão de grupos sociais na sociedade de massa. Grupos que podem ser divididos em três, sendo: a oligarquia dos consumidores – bilionários, milionários, managers, executivos, especuladores, investidores, estrangeiros, esportistas, artistas; os consumidores – assalariados que são estimulados diuturnamente pelos anúncios publicitários de consumo permanente, com o objetivo de formar consumidores desinformados que fazem escolhas irracionais; e os excluídos do consumo – que são os desempregados permanentes. Assim sendo, a constatação simples de se fazer é o medo, que se forma desde a infância, de chegarmos numa situação de não consumidores que é o que se entende por pobreza, e a ambição para tornar-se e concretizar-se como um oligarca do consumo (AUGÉ, 2013).

No âmbito de vencer a hipercompetitividade e evitar a condição de não consumidor ao extremo, uma outra consequência é praticamente uma pré condição: o afrouxamento dos laços sociais – o distanciamento dos grupos, família, amigos, o trabalho solitário etc. E nesse ponto, quando Émile Durkheim retrata como causa do suicídio a fragilidade dos laços sociais, as pesquisas demonstram como este tem se tornado um fator mais constante na sociedade. Ou seja, a dinâmica do sistema capitalista neoliberal tende a desfazer um vital elemento da formação da identidade do indivíduo: a relação íntima do eu com o outro. Para tanto, exponho aqui passagens de uma reportagem no G1 utilizando os últimos dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) que também publicou um documento recente intitulado: “Cartilha Anual de Recomendação Para a Prevenção do Suicídio”, mostrando como este fenômeno é crescente na contemporaneidade.

Tem sido registrado um aumento no número de suicídios em todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos (...). "Os suicídios no país vêm aumentando de forma progressiva e constante: a década de 1980 praticamente não teve crescimento (2,7%); na década de 1990 o crescimento foi de 18,8%, e daí até 2012, de 33,3%". Os especialistas entrevistados pelo **G1** demonstraram especial preocupação com os jovens, que tem se suicidado cada vez mais, e os idosos que são a faixa com o maior índice - 8 suicídios para cada 100 mil habitantes, a maior do Brasil, segundo o Mapa da Violência (...). Já para o psiquiatra José Manoel Bertolote, consultor da OMS e autor do livro “O Suicídio e sua Prevenção”, o aumento das taxas entre jovens e adolescentes já está bem documentado, mas ainda são necessários mais estudos para entender as causas.

“Estudos feitos na cidade de São Paulo sugerem que a falta de perspectivas de vida para muitos jovens -- insegurança física e econômica, desemprego ou falta de acesso -- aliada à desatenção e ao despreparo do sistema público de saúde agravam ainda mais a situação”, avalia. (DANTAS, CAROLINA, “Suicídio: é preciso falar sobre esse problema, 2016)

O sistema *tecnológico-político-econômico-midiático* gera um *medo paralisante* na capacidade de reflexão e compreensão do próprio medo, bem como, estimula a manifestação das paixões tristes e da intolerância, da xenofobia, do racismo e do populismo (dos empreendedores do medo: partidos de extrema direita). O medo como elemento da política tem seu ponto elevado quando um grupo social dominante produz a *política do medo*: a construção do inimigo que existe tanto interna quanto externamente; os permanentes alertas; a guerra sem fim e permanente; a manipulação das emoções e dos sentimentos (produção da indignação nas pessoas e o consenso que legitima o poder

total de coerção e violência contra os inimigos). A política de medo é um poderoso instrumento para governar as resistências que possam existir e que opõem obstáculos à realização dos privilégios e dos interesses dos grupos dominantes. Na sociedade contemporânea, a figura do terrorista e o fenômeno do terrorismo representam um dos elementos estruturais da política do medo. É o que pretendemos compreender neste trabalho.

## **CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES GERAIS DA PESQUISA**

### **1.1 Sobre as referências e as fontes.**

Cabe aqui ressaltar primeiramente uma grande dificuldade encontrada no decorrer do trabalho: as fontes. Uma vez que se trata de um tema que tomou pauta relativamente recente, os estudos sobre o mesmo, tanto ensaístico como empíricos, ainda estão se tornando públicos. Muitas das informações são advindas de jornalistas – através de periódicos como livros – e de documentos secretos divulgados por organizações que trabalham contra os governos que se encarregam de liderar a guerra contra o terrorismo, como é o caso do WikiLeaks ou o movimento Cypherpunk. Somando-se a estes fatores, a dificuldade na coleta de dados advém também devido às zonas de intensos e longos conflitos que sofrem de um controle no que diz respeito à divulgação de informações. Em suma, poucos são os trabalhos de caráter científico, empírico, sobre o fenômeno do terrorismo. Os números – de mortos, civis, combatentes, grupos terroristas, prédios destruídos etc – levantados são questionados pelos dois lados – os fornecidos por organizações mundiais, que são questionados por muitos analistas como dados falsos que não mostram a realidade como ela de fato está sendo e os advindos de ONGs, ou jornalistas.

Mesmo utilizando diversas fontes de periódicos online, o essencial do trabalho só foi possível pelas reflexões propostas por alguns autores. Dentre todos os autores relacionados na bibliografia, alguns merecem maior destaque para este trabalho.

Daniilo Zolo, filósofo e sociólogo italiano que aqui contribui para as questões relativas à geopolítica global – o cosmopolitismo, o cenário pós Guerra Fria, as medidas imperativas tomadas pelas potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial, o papel controverso de algumas organizações mundiais como a ONU, Banco Mundial e agências reguladoras de crédito como o FMI, os objetivos político, econômicos e militares para que estão submissos na questão do terrorismo.

Zigmunt Bauman, sociólogo polonês através de seus ensaios sobre o conceito de liquidez da vida social. Proporcionou uma relação com o tema aqui trabalhado no aspecto, fundamentalmente, do medo difundido pela guerra permanente e na construção midiática do inimigo que cumpre o papel difusor do medo generalizado traduzido na

liquidez da vida moderna circundada pela incerteza constante e, não menos, na análise através das novas formas de construção de laços sociais frágeis que impactam a vida social e individual.

O cientista político da Universidade de Chicago, Robert Pape, que foi precursor no levantamento estatístico sobre o terrorismo suicida e na catalogação de diversos grupos considerados terroristas. Discorreu, de forma científica, uma análise sobre o terrorismo suicida, seus motivos e impactos, assim como sobre o terrorismo de forma geral – as definições, a falta de consenso, os grupos terroristas; Foi fundamental aqui também para a análise da nova guerra projetada, essencialmente através do trabalho “Bombing to Win: Air Power and Coercion in War” ao tratar da tecnologia aérea que promove um novo cenário de contraposição de forças e assume um caráter coercitivo extremo.

Voltado para uma análise mais minuciosa do medo, de caráter político e amplamente utilizado como ferramenta de manipulação desde o passado histórico mais longínquo, o jornalista e professor de Ciência Política, Corey Robin, junto ao etnólogo e antropólogo francês Marc Augé, embasam a argumentação que nos permite associar o fenômeno do terrorismo contemporâneo como ferramenta política de manipulação de massa que permite uma difusão global da ideologia das potências ocidentais.

Alessandro Dal Lago e Fabio Mini, sociólogo e militar respectivamente, permitiram ampliar as questões relativas ao cenário contemporâneo de guerra permanente e os impactos na vida social, assim como esclarecem como a guerra é fundamental para a economia global moderna e como ela desconstrói a cartilha de direitos humanos permitindo uma impunidade sobre os diversos grupos que participam diretamente dos conflitos relacionados à guerra ao terror, desde soldados a tropas privadas.

Por fim, destaco o jornalista Glenn Greewald, juntamente com o ex-funcionário do governo americano Edward Snowden, somando os adeptos do movimento Cypherpunk liderados por Julian Assange, que me permitiu um aprofundamento sobre as questões de segurança e liberdade da internet através da publicação de diversos documentos ultrassecretos do governo americano. Uma vez que o mundo virtual é o local onde se desdobra essencialmente a outra realidade da vida social moderna, foram essenciais para esclarecer as intenções de vigilância absoluta sobre todos os cidadãos do

globo, tendo como fator legitimador a guerra contra o terrorismo. Permitindo enxergar com clareza o caráter autoritário através da ampliação dos poderes das agências de segurança nacional sobre os cidadãos, especialmente estrangeiros.

## 1.2 Ensaio Geral

As reconstruções das estruturas estruturadas (BOURDIEU, 1996), tanto dos elementos do mercado – como as novas formas assumidas pelo capital, tal qual as categorias subjetivas do ser – proporcionadas pelas sucessivas revoluções tecnológicas, objetivaram o ato de definir utilizando-se, essencialmente, dos valores criados pelas forças econômicas e políticas, ou seja, boa parte das definições que praticamos atualmente estão vinculadas aos objetivos e jargões econômicos e, muitas, criadas, legitimadas pela ação política. No processo de globalização, a figura do “eu” impera sobre o “nós”, de modo que, as relações sociais desenvolvidas nas esferas familiares, comunitárias, associativas, coletivas (como a classe, o partido e o sindicato) foram progressivamente ressignificadas pelo princípio da individualização e pelo hiperindividualismo, reforçados através da força hegemônica da liberdade privada e enaltecidos pela tecnologia moderna como bem descritos na passagem do historiador e cientista político Achille Mbembe em seu artigo – “*A era do humanismo está terminando*”:

Nesta nova paisagem, o conhecimento será definido como conhecimento para o mercado. O próprio mercado será reimaginado como o mecanismo principal para a validação da verdade. Como os mercados estão se transformam cada vez mais em estruturas e tecnologias algorítmicas, o único conhecimento útil será algorítmico. Em vez de pessoas com corpo, história e carne, inferências estatísticas serão tudo o que conta. As estatísticas e outros dados importantes serão derivados principalmente da computação. Como resultado da confusão de conhecimento, tecnologia e mercados, o desprezo se estenderá a qualquer pessoa que não tiver nada para vender. (MBEMBE, ACHILLE. *A era do humanismo está terminando*, 2017)

Sendo este “eu”, uma imagem que se constrói através das forças sociais e políticas que enfatizavam a importância para o crescimento, desenvolvimento e progresso da “*justiça do mercado*”, em detrimento da ideia e do valor da justiça social existente no período da democracia moderna (1945-1975) e do Estado de bem estar

social. Trata-se do indivíduo livre e autônomo, empreendedor de si mesmo, pregado pelo neoliberalismo, que é criado e lapidado por uma combinação de forças sociais, políticas e econômicas como as expressões da classe burguesa, dos *Think tanks*, divulgadas pelo universo midiático em sua produção cultural em escala industrial que contamina as formas de expressão e de ser do indivíduo. A força e a potência da liberdade privada em redefinir valores, normas e leis modificou todas as relações sociais na sociedade contemporânea, como exposto na passagem de Seyla Benhabib:

Others are *economic* elites who see globalization as a transcendence force that is breaking down national boundaries and giving rise to a new *civitas maxima* in the shape of the global market. Still a third group of dead souls, in Huntington's view, are *moralists* who deride patriotism and nationalism and argue that "international law, institutions, regimes and norms are morally superior to those of individual nations. (BENHABIB, 2011, Pg. 1)<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo em que o mundo passa ser visto como um só, sem com que as divisões geográficas físicas sejam vistas como a implicação de diferença, da alteridade, novos processos de avaliação e pontos de referência passaram a definir e classificar as figuras e as configurações existentes na sociedade contemporânea. Valores, ideias, identidades, ideais que enfatizaram durante a segunda metade do século XX os compromissos e os acordos da democracia moderna, na qual prevalecia a importância da sociedade em detrimento do eu, foram substituídos por valores, ideias, identidades e ideais que enfatizavam o particular e o privado, o indivíduo compreendido como um capital humano. O esvaziamento das figuras históricas do cidadão e da humanidade foi realizado *pari passu* com a hipertrofia de léxicos como cliente e capital humano. Reconfigurou-se o conceito de cidadania, ainda que o mesmo seja mantido nas estruturas das instituições. O cidadão de hoje, é o cidadão-cliente, que é aquele que sua condição de cidadão depende de sua condição como cliente consumidor.

A reconstrução de conceitos e valores da vida social seguindo os princípios mercadológicos foi tamanha que consta visivelmente no documento "*The National Security Estrategy of United States of America*" de 2002, onde liberdade passa a ser

---

<sup>1</sup> Outros são elites econômicas que veem a globalização como uma força de transcendência que está derrubando as fronteiras nacionais e dando origem a uma nova *civitas máxima* na forma do mercado global. Ainda um terceiro grupo de almas mortas, na opinião de Huntington, são moralistas que ridicularizam o patriotismo e o nacionalismo e argumentam que "o direito internacional, as instituições, os regimes e as normas são moralmente superiores aos das nações individuais.

sinônimo de liberdade da ação individual de negociar. É como se ética e moral se transformassem em sinônimos de orientação para como competir na sociedade, e não como conviver.

The concept of “free trade” arose as a moral principle even before it became a pillar of economics. If you can make something that others value, you should be able to sell it to them. If others make something that you value, you should be able to buy it. This is real freedom, the freedom for a person—or a nation—to make a living. (The National Security Strategy of United States of America, pg. 22)<sup>2</sup>

A citação que serve como epígrafe do novo livro de Pierre Dardot e Christian Laval, *Ce cauchemar qui n'em finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie*<sup>3</sup>, foi retirada do romance de Leslie Kaplan, *Mathias et la Révolution*, que descreve o fim do Estado social e o triunfo do neoliberalismo: um jovem, vestido de terno, entra numa sala e faz um discurso no qual afirma que 1) é preciso se adaptar as mudanças, 2) que o progresso é medido pela rentabilidade; 3) que as inovações geram riquezas, 4) que cada pessoa deve ser responsável por si mesma e cabe a cada uma encontrar o seu estilo e seu lugar no mundo, 5) que não podemos permanecer como antes e olhar para o passado para buscar lições para o presente, 6) que é preciso encarar os desafios da competição, 7) que é preciso agir com agressividade. Em cada uma das frases pronunciadas pelo jovem vestido de terno estão os valores e os princípios do discurso neoliberal, que, no curso de 30 anos, estão cada vez mais se tornando realidade objetiva nos comportamentos, nas mentalidades, nas relações práticas, nas normas e nas leis. O título do novo livro de Dardot e Laval é muito expressivo *O pesadelo que nunca termina*, mas é no subtítulo que o senso do ensaio é explícito *Como o neoliberalismo desfaz a democracia*. O pesadelo se revela atualmente na forma das crises (ambientais, econômicas e sociais do desemprego, da migração, da miséria) e das guerras, mas é na “normalidade” do cotidiano que sua face sombria é mais densa e complexa – os processos que estão *desfazendo* a democracia. Tamanha a normalidade que os processos de desconstrução se tornam efusivos e velozes, como descritos pelos autores:

---

<sup>2</sup> O conceito de “livre comércio” surgiu como um princípio moral antes mesmo de se tornar um pilar da economia. Se você pode fazer algo que os outros valorizam, você deveria poder vendê-lo para eles. Se os outros fazem algo que você valoriza, você deveria poder compra-lo. Esta é a verdadeira liberdade, a liberdade de uma pessoa – ou uma nação – ganhar a vida.

<sup>3</sup> O pesadelo que nunca termina. Como o neoliberalismo desfaz a democracia.

Vivemos uma *aceleração* decisiva dos processos econômicos e securitários que transformam profundamente nossa sociedade, assim como as relações políticas entre os governados e os governantes (...). É uma aceleração da *saída da democracia* que estamos vinculados. Tal saída tem dois aspectos complementares: de um lado, a potência renovada da ofensiva oligárquica dirigida contra os direitos sociais e econômicos dos cidadãos; de outra, a multiplicação de dispositivos securitários voltados contra os direitos civis e políticos dos mesmos cidadãos. (DARDOT e LARVAL, 2016, p.7)

Para Dardot e Laval, a “razão-mundo” gerou nos últimos trinta anos uma poderosa ofensiva que transformou a realidade social impondo a lógica do capital para todas as relações sociais, criando uma forma de vida que naturalizou a ação econômica em sua vida: valores, sentimentos, pensamentos, aspirações e expectativas. As diversas possibilidades de vida oriundas das mídias sociais, que enfatizavam o hiperconsumismo e o hedonismo sem fim realizado através da vida financiada pelos empréstimos e créditos do capital financeiro, fizeram com que os seres humanos passassem a exigir suas implicações na vida cotidiana. Tenta-se reger a vida no plano do real, da mesma forma que se flui a vida no mundo virtual, sem limites ou obstáculos. A frustração e o medo crescente nos indivíduos também se faz presente na medida em que ocorre a rejeição de tal tentativa de vida. No plano virtual, a figura do “eu” tem ampla visibilidade e reconhecimento, e de formas extremamente imediatistas. Seu empoderamento é ressaltado na medida em que tem poder decisório sobre o rompimento de laços sociais e pela forma absolutamente livre de determinar o preenchimento e o esvaziamento de um espaço que é tido como absolutamente seu. Entendendo poder como sendo a capacidade variável de determinar a vontade do outro segundo a sua própria, no mundo das mídias sociais acredito que seja até pior, pois não existe a determinação a partir do momento em que se permite que o indivíduo impossibilite o outro de se manifestar. É um imperativo absoluto do Eu.

Na sociedade globalizada, o neoliberalismo é uma racionalidade econômica e política que visa controlar e organizar todo domínio da vida dos indivíduos e da sociedade em termos de capital. Trata-se de uma ideologia que está no inconsciente coletivo Jungiano, traduzindo-se como uma força social que foi capaz de efetuar o declínio do valor do “bem público” e “bem comum”, o esvaziamento do criticismo e do

princípio da negatividade, a universalização da ideia de que o Estado é ineficiente/corrupto, improdutivo e que o mercado é sempre eficiente, justo, produtivo. Se desde Sócrates e Platão, o pensamento era visto como um diálogo, interior silencioso, do indivíduo, tratado consigo mesmo, a doutrina neoliberal possibilitou a abdicação ao pensamento crítico que, como consequência, praticamente retirou de um sem número de pessoas a capacidade de estabelecer julgamentos morais, tamanha são as atrocidades que acompanhamos, contribuímos e nos entretemos.

Eliminando os limites e obstáculos para os processos de produção e acumulação de capital, transformando a linguagem pública do direito constitucional em linguagem privada, esvaziando o Estado social, privatizando a ação econômica, social e os direitos, a dominação das forças privadas pode ocorrer sem regulamentação política (das diversas forças sociais que compõem a sociedade civil e política e do próprio Estado nação nos últimos trinta anos). Para a filósofa norte-americana Wendy Brown, a racionalidade neoliberal efetuou uma profunda transformação na antropologia humana (modo de estar no mundo, de sentir, avaliar, pensar e agir), na sociedade (nas relações intersubjetivas sempre mais abarcadas pela lógica do valor e da mercadoria, do contrato e da posse privada) e no Estado social esvaziando a democracia e a soberania popular:

A política, e com ela todas as outras dimensões da experiência contemporânea, está submetida a uma racionalidade econômica. Em outras palavras, o ser humano é integralmente concebido como *homo economicus*, e todas as dimensões da vida são modeladas pela racionalidade de mercado. Consequentemente, toda ação de toda decisão política obedecem as considerações de rentabilidade, e – e o que é mais importante – toda ação humana ou institucional é concebida como a ação racional de um empreendedor, realizada sobre a base de um cálculo de utilidade, de interesse e de satisfação, de acordo com um esquema microeconômico moralmente neutro, dentro do qual as variáveis são a escassez, a oferta e a demanda. (BROWN, 2007, p.51)

No mundo global, a razão instrumental parece ter-se tornado um mecanismo arquetípico, uma força social, política, e econômica que faz com que o indivíduo, como figura essencial, se enquadre nos padrões exigidos pelo mercado, definindo-se através dos mesmos. Somando-se a isto o fato de que enquadrar-se nos padrões mercadológicos tornou-se uma condição de sobrevivência, de inserção social, habitual que está tão

enraizada que o indivíduo segue de maneira a enxergar nisso a felicidade. Tal propósito tem por ambição a movimentação do sistema como um todo e nos traz, como consequência, uma boa explicação dos conflitos atuais.

Antes de aprofundar numa reflexão das mazelas das consequências deste universo globalizado cosmopolita, e fazendo-o através da análise do terrorismo, vejo como necessário a compreensão histórica e sociológica de como foi “permitido”, na história recente, a construção do contexto em que nasce esse cenário repleto de definições ideológicas que são capazes de assumir a forma de verdade. Somente a partir deste feito é que nos ficará mais claro os sentidos das ações terroristas. Apesar disto, o que aqui deve ficar claro também é que, mesmo o conceito – terrorismo (e seus derivados) possui definições pré-elaboradas e, estas, por sua vez, possuem um intuito bastante peculiar para aqueles que as constrói.

(...) there is no consensus concerning the notion of terrorism, but also because so-called terrorism is not in fact a homogeneous phenomenon. The term alludes to a sort of planet-wide plot of evil against good, particularly as presented by such Western Manicheans as Alan Dershowitz and Michael Walzer (...). (ZOLO, 2009, p. 125)<sup>4</sup>

O que pretendo também argumentar é como a palavra terrorismo está fundamentada em decisões políticas com objetivos econômicos próprios das grandes corporações transnacionais e das principais potências ocidentais. As tentativas de definição do termo “terrorismo”, fundamentalmente na forma como é explorado pela política das grandes potências ocidentais e difundida pela mídia global, tem em sua essência objetivos políticos e mercadológicos de caráter global. A guerra ao terror é, por assim dizer, um processo de ampliação da ideologia globalizadora e, paralelamente, um pilar de sustentação da mesma.

Os atentados terroristas, por sua atrocidade, são um presente par aos mais inflexíveis e repressores elementos de todas as facções e, com

---

<sup>4</sup> (...) não há consenso quanto à noção de terrorismo, mas também porque o chamado terrorismo não é de fato um fenômeno homogêneo. O termo alude a um tipo de plano planetário do mal contra o bem, particularmente como apresentado por maniqueístas ocidentais como Alan Dershowitz e Michael Walzer.

certeza, serão explorados – de fato, já foram – para acelerar o cronograma de militarização, arregimentação e reversão dos programas sociais democráticos, além de favorecer a transferência de riqueza para segmentos restritos e solapar a democracia em todas as suas formas relevantes. (CHOMSKY, 2002, p. 22)

Se alguém lesse as definições padrão de “conflito de baixa intensidade” e as comparassem com as de “terrorismo”, em qualquer manual do exército, ou no U.S. Code, repararia que são praticamente iguais. O terrorismo é o uso de meios coercitivos voltados contra uma população civil, no esforço de atingir objetivos políticos, religiosos ou outros. (CHOMSKY, N., 2002, p. 65)

## CAPÍTULO 2 – A REDEFINIÇÃO DAS FRONTEIRAS

### 2.1 Reorganização Geopolítica Global no Pós Guerra Fria.

O cenário político construído após o final da Segunda Guerra Mundial fez surgir uma nova formação social que, por um lado, era dotada de profundas oposições essencialmente ideológicas e relativas à esfera econômica, política e social, mas, por outro, possibilitava novas combinações entre as forças sociais no Ocidente. Na segunda metade do século XX, a situação histórica impôs concessões ao capital que, a contragosto, foram aceitas e que possibilitaram regular, planificar e distribuir a riqueza social produzida, bem como, a economia e a sociedade capitalista. Para o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, o objetivo de desfazer o contrato social do Estado de Bem Estar Social sempre foi um objetivo, que pode ser alcançado no final da década de 1970 – a mundialização do capital, possibilitada pela revolução nos transportes, pela mobilidade dos capitais e pelos tratados comerciais que tornaram permeáveis e porosas as fronteiras. A decomposição social tem como origem a construção social da *economia capitalista livre de todo controle*. O processo de decomposição social gera a *ruptura do matrimônio forçado com a democracia* ocorrido após o fim da segunda guerra mundial, quando os soldados–proletários voltaram para casa e reivindicaram instrução, emprego, melhoria na condição de vida de suas famílias e a ascensão social. O matrimônio forçado, tecido no curso das lutas sociais do século XX, que fora sempre criticado pelo pensamento liberal ao longo do século, passou a ser desfeito a partir dos *anos setenta* e tendo seu ponto nevrálgico com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS (STREECK, 2016).

Para Streeck, a *rápida expansão da economia capitalista* nos últimos decênios afetou profundamente as *regras da política democrática*, esvaziou ou eliminou a presença das *outras forças que no passado se opunham ao capitalismo*, de modo que, a gigantesca assimetria das forças sociais não apenas pavimenta o curso do capitalismo sempre mais extrativo, destrutivo e desregulado, mas está suprimindo a democracia. O processo de esvaziamento da democracia está vinculado com a aceleração dos processos de *mercantilização do trabalho*, do *dinheiro* e da *natureza*. O aumento vertiginoso da desigualdade, o enriquecimento das oligarquias, os roubos, as vendas das empresas endividadas refletem a capacidade declinante da democracia em redistribuir

oportunidades na vida social, bem como, as dificuldades de proteger a sociedade do poder do dinheiro. O crescimento econômico desvinculado da redistribuição social gera um acirramento dos conflitos entre os cidadãos, os grupos e as classes sociais. As desigualdades de oportunidades, rendas e recursos fragmenta a sociedade na medida em que a concorrência exacerbada tende a ser vencida por aqueles que dispõem de uma melhor posição inicial de recursos e quando a renda e os recursos concentrados geram o acúmulo de mal-estar e de frustração nas classes subalternas. Logo, a ausência de um poder político capaz de equalizar as condições de partida potencializa a fragmentação do tecido social e o esvaziamento das relações de solidariedade.

Para Streeck (2016), as profundas mudanças ocorridas na sociedade e na economia capitalista geraram uma “*ordem social* baseada em *trabalhadores precários e consumidores entusiasmados*” por novos produtos. Na nova ordem social, a força das grandes corporações, das agências de publicidade, das indústrias de entretenimento, das mídias e do capitalismo financeiro, os trabalhadores e os indivíduos são transformados em consumidores vorazes:

A ordem social atualmente vigente se baseia em trabalhadores precários transformados em consumidores entusiasmados (Colin Crouch) (...) O que estamos vendo crescer é um consumismo desenfreado, debilmente camuflado como expressão de liberdade individual – um hedonismo secular que captura a imaginação e que limita as energias vitais, sobretudo, das gerações mais jovens. Contudo, a questão é aquela de saber por quanto tempo tudo isto será capaz de esconder a crescente fragilidade da vida econômica de um importante segmento da população, tornando nítido o divórcio entre as promessas do capitalismo e a realidade capitalista. (STREECK, 2016, p.145)

O consumismo e o hedonismo sem limites que envolvem o sentido da vida das novas gerações é uma construção social do capitalismo no final do século XX. Streeck pergunta até quando o capitalismo avançado conseguirá levar adiante o consumismo por endividamento que movimenta e eleva o crescimento econômico? Mesmo que a poderosa indústria cultural forneça os estímulos e as seduções para o consumo irrefletido, infantil, hedonista, o endividamento alcança inevitáveis limites. O que ocorrerá quando o consumo das classes subalternas não puder ser realizado e o acúmulo

de frustrações e raiva alcançar níveis insuportáveis? O que resta de democracia será suficiente para conter o avanço do populismo e do autoritarismo?

O perdurar geracional deste duelo ideológico – econômico e cultural, e também militar, arraigou configurações que, posteriormente, viriam a ser desconstruídas, ou melhor, reconstruídas, a partir do fim desta guerra. É possível compreender o cenário atual, fundamentalmente no que diz respeito à Guerra ao Terror, quando nos debruçamos sobre as transformações sofridas após alguns acontecimentos como: o fim da URSS, ou o “fim” do “Socialismo Real”, a queda do muro de Berlim e as subsequentes transformações potencializadas pelas revoluções tecnológicas (GALLI, 2002). A Nova Ordem Mundial entra em sequência a estes fatos, e abrirá novos caminhos através de uma estratégia comum na história: a criação de um novo inimigo.

Com a queda do muro de Berlim e o fim do “socialismo real” liderado pela URSS, a bipolaridade política, econômica, social e ideológica, tem seu fim institucional declarado e, para muitos, ideologicamente mortos. Não apenas pela derrota do socialismo soviético no processo competidor com o capitalismo americano, mas também, boa parte da morte da ideologia veio com as descobertas dos crimes políticos cometidos por boa parte dos chefes de Estado soviético, com maior destaque para Stálin. A vitória do capitalismo americano permitir-lhe-á redesenhar o cenário mundial através do modelo neoliberal, sua *nova ordem* e, só o será possível alcançar o devido sucesso, graças a alguns precedentes dos quais dois merecem maior destaque neste trabalho: a revolução da tecnologia, fundamentalmente comunicativa, bélica e nos transportes; e, em segundo lugar a construção do novo inimigo, ou seja, o terrorismo.

A revolução tecnológica proporcionará uma expansão sem precedentes do modelo de livre concorrência ao paradoxo da prática de monopólio, e o fascínio aos olhos dos seres humanos pelas infinitas capacidades dos próprios seres materializadas na produção de tecnologia. A velocidade, a praticidade, a facilidade, passam a ser sinônimos de melhor, bom, eficiente. As transformações tecnológicas proporcionaram modificações nas estruturas micro, nanos e, ao mesmo tempo, macro. Culminando num primeiro engano onde o que move a capacidade criadora do ser é o sistema de concorrência, a competitividade.

O terrorismo por sua vez será o elemento fundamental para a ampliação desse processo globalizador, pois, servirá para inúmeros testes e fonte de sustentação deste.

De certa forma, através do cenário que se cria pela aura de terror divulgada, será o elemento que dará continuidade ao processo neoimperialista e neocolonizador.

Na expressão “guerra ao terror” (a *global war on terror* de Georg W. Bush) ou para os “estados canalhas” (*rouge states*), o aspecto central é a despolitização do conflito armado. O “terror” aparece (ou em todo o caso é tratado) como uma dimensão-limite ou um evento excepcional de tipo natural: qualquer coisa da qual devemos nos proteger e possivelmente eliminar, mas não como a expressão de um inimigo que devemos atribuir algum reconhecimento. Logo, trata-se de um fenômeno que está no mesmo nível de uma pandemia e de um tsunami. No caso dos “estados canalhas”, o inimigo será definido em termos morais, mas o resultado é o mesmo: a ação militar terá a finalidade de defender a “humanidade” ou os “direitos”, como declara D’Alema, mas sempre em ausência de um inimigo legítimo. Conseqüentemente, o conflito armado será concebido como uma “operação de polícia” ou “limpeza” global, ocasional (por exemplo Sérvia, 1999) ou de longa duração (Iraque, após 2003, ou Afeganistão, desde 2001) conforme as circunstâncias. E, como toda a operação de polícia, mais ou menos regular, se concluirá com a captura e eliminação dos criminosos (Misosevic, Saddam Hussein). (DAL LAGO, 2010, p.11s)

Não apenas boa parte da produção tecnológica militar será utilizada no combate aos grupos terroristas, como boa parte desta mesma produção servirá aos próprios grupos terroristas para combate, mas, a problemática maior se desdobrará em como o terrorismo será o argumento chave para o avanço do processo econômico globalizado segundo os anseios de seus controladores. Servirá de instrumento para as grandes potências legitimarem redefinições sobre conceitos já fundamentados no universo do direito, a ponto até mesmo permitir a elaboração de um direito universal construído por uma elite política e econômica. Além de novas guerras, novas barreiras surgiram e surgirão. Novos julgamentos e punições, novos recursos e fontes de renda, entre outras coisas, permitirão a inserção de novos valores que afetam desde a construção do Estado de Direito, ao universo religioso. Argumento este, evidente nas palavras do sociólogo italiano Pietro Basso na análise sobre as decisões políticas na França como resposta aos atentados terroristas:

Francia, por ejemplo, ha advertido al Consejo de Europa que por un cierto período prevee “derogar algunos derechos y garantías de la

Convención europea sobre los derechos del hombre”, y ya lo está haciendo en materia de allanamientos (también en sedes de asociaciones de ciudadanos franceses), adquisición de datos informáticos, volantes, de obligación de presentarse en las comisarías, etc. (BASSO, PIETRO. Las Emigraciones Son Siempre Forzadas, 2016)<sup>5</sup>

Inúmeros problemas dar-se-ão nesse novo cenário construído de forma abruptamente rápida. Vivemos numa era onde o individualismo se sobrepôs ao social, ao comum, dando destaque na competição mercadológica pautada na meritocracia por desempenho. Em paralelo cresce também, por parte dos indivíduos, uma forma de pensar e de agir que se reduz à ausência de limites, pois a liberdade propagada pelo mercado permite com que o indivíduo pense dessa forma, afinal, a definição de liberdade passa a estar atrelada à noção de possibilidade de adquirir, de tomar posse. A liberdade individual ficou a mercê da independência financeira. E qualquer limite imposto ao indivíduo é visto como uma ação autoritária. O dever que o indivíduo hoje considera é reivindicar os seus direitos. Vivenciamos uma cultura onde produzir significa crescer, tanto do ponto de vista econômico, como que para satisfazer as burocracias da meritocracia que coordena o mercado e as distintas formas de adentrar nele, tal qual também do ponto de vista do próprio indivíduo. Além do ponto de vista econômico e da abordagem à figura do indivíduo, no campo político, a principal transformação que ainda se desdobra é a mensagem de que a democracia representativa é a melhor forma de governo.

Os acontecimentos sem precedentes ocorridos nas últimas décadas tornaram as relações internacionais incertas e inseguras. O fim do bipolarismo, a nova ordem mundial, a dissolução de países, as guerras preventivas, as ações humanitárias, a mundialização do capital e a globalização econômica e política, os atentados de 11 de Setembro de 2001, as invasões ao Iraque e ao Afeganistão, a primavera árabe, produziram o aumento exponencial da imprevisibilidade. A era global produz uma realidade social sempre mais complexa, incerta, insegura, imprevisível e, conseqüentemente, instável.

---

<sup>5</sup> França, por exemplo, advertiu ao Conselho da Europa que por um certo período prevê “a revogação de certos direitos e garantias da Convenção Europeia sobre os direitos humanos”, e já está fazendo em termos de arrombamentos (também em escritórios de associações de cidadãos franceses), aquisição de dados de computador, folhetos, com obrigação de reportar às delegacias de polícia, etc.

A dimensão da guerra tende, portanto, a absorver a totalidade da nossa existência, ainda quando não somos diretamente envolvidos (...) A situação contemporânea pode ser definida como a inscrição da guerra no horizonte ordinário da vida da sociedade global. Quer se trate dos conflitos de longa duração (Iraque, Afeganistão), quer seja de explosões periódicas (Paquistão), é possível dizer que uma ideia estratégica de pacificação seja impensável: a ordem global é estruturalmente instável, como se os custos humanos (limitados para nós, ilimitados para eles) dos conflitos fossem considerados condições inevitáveis, antes necessária, da hegemonia global. (DAL LAGO, 2010, p.13)

Tamanha instabilidade que tem, como reflexo maior, a guerra como marca constante do século XX e XXI. Guerras a níveis globais e, ainda mais ameaçador, a guerra tida como solução, fazendo da guerra a única certeza do futuro. Como esclarecido nas palavras de general e ensaísta italiano Fabio Mini:

O fato é que hoje estamos vivendo, ao nível global e pela primeira vez na história humana, o “tempo da guerra”: a estação na qual a guerra, como acontecimento mental e em todas as suas formas visíveis e invisíveis, parece representar a única resposta aos problemas das relações entre os seres humanos. (MINI, 2013, p.86)

No contexto que se construiu após a década de 1990, na “Nova Ordem Mundial”, no mundo globalizado, “hospitalidade” tornou-se algo sem sentido e ameaçador. Oferecer abrigo, asilo, hospitalidade é visto como uma ajuda ao concorrente. Um bom exemplo está na crise dos refugiados deste ano de 2016 que ganhou grandes proporções onde, o refugiado, representa nosso maior medo. O medo de perder tudo. Representam a “morte viva”, a morte social, a infelicidade e a destituição de qualquer possibilidade de reconstrução da vida rumo à felicidade infinita. Representam o medo da derrota e aquilo que não queremos nos tornar (BAUMAN, 2001). Ser hospitaleiro é dar a possibilidade de perder algo, e não ajudar. Indo em oposição total à visão kantiana sobre o conceito, como exposto no texto de Benhabib:

Hospitality means the right of a stranger not to be treated as an enemy when he arrives in the land of another. (...) They have it by the virtue of their common possession of the surface of the Earth, where, as globe, they cannot infinitely disperse and hence must finally tolerate

the presence of each other. (Kant 1923: 443, 2006: 82 SEYLA BENHABIB translation)<sup>6</sup>

Nas palavras de Kant, traduzidas no trecho mencionado acima por Benhabib, fica evidente não apenas o sentido da hospitalidade, mas o direito universal que o é por si só em natureza do ser humano. Na modernidade, passa a valer mais o conceito de Derrida: “Hostipitality”, onde a hospitalidade dá lugar à hostilidade. Derrida mescla hospitalidade com hostilidade na intenção de sintetizar o momento tenebroso que se constrói, com um número sem precedentes de requerentes de asilo, refugiados, e que são hostilizados ao invés de acolhidos.

This indeterminacy prompted Derrida to coin the term “HOSTIPITALITY”, in order to capture that dangerous moment when the cosmopolitan project can get mired in hostility rather than hospitality. (BENHABIB, 2011, pg. 7)<sup>7</sup>

Penso que o fim da bipolaridade, marcada pelo fim da URSS e visualizado também na queda do muro de Berlim, marcou o fim de um duelo específico apenas, mas a polarização permaneceu. Não mais na figura de duas nações apenas, mas de extremismos ideológicos, de exércitos e equipamentos bélicos. Não mais de caráter de corpo político de Estado, mas entre os próprios cidadãos. A polarização ideológica que vigorou no período da guerra fria se transformou numa polarização social comum, mas não de caráter ideológico quanto ao modo de produção, mas no âmbito político e religioso e, de maneira geral, no estilo de vida. A globalização como etapa do capitalismo trouxe, além de suas crises catastróficas, uma vida social repleta de extremos nas mais diversas esferas do cotidiano, da rua ao ambiente privado. Gerou nos indivíduos o hábito rotineiro de criar inimigos inconscientemente no dia a dia. Teve como consequência o retorno da guerra extrema como argumentado por Mini:

---

<sup>6</sup> Hospitalidade significa o direito de um estranho não ser tratado como um inimigo quando ele chega na terra de outro. (...) Ele a têm pela virtude de sua posse comum da superfície da Terra, onde, como um globo, eles não podem se dispersar infinitamente e, portanto, devem finalmente tolerar a presença uns dos outros.

<sup>7</sup> Esta determinação levou Derrida a cunhar o termo “HOSTIPITALITY”, na intenção de capturar o momento perigoso em que o Projeto cosmopolita pode ficar atolado em hostilidade em vez de hospitalidade.

O retorno da guerra extrema, total: a guerra confessional, religiosa, ideológica, sem limites. O retorno da cruzada, da guerra santa e justa. O inimigo “pode ser qualquer um, mas aquele “justo” e legal desapareceu”. A guerra contemporânea criminaliza o inimigo, não reconhecendo seus direitos, razões e a legitimidade do adversário. (MINI, 2013, p.85)

Como nação, consagrou-se a hegemonia estadunidense após o fim da bipolaridade ideológica territorial, e como cultura efetivou-se a propagação da cultura mercadológica ocidental. O fim da Guerra Fria não trouxe a paz, pelo contrário, fez da guerra, o verdadeiro fator de reordenamento da vida social em sua totalidade, tendo como exemplo, a Guerra do Golfo iniciada em 1991. O papel de liderança transformadora dos Estados Unidos, suas ambições de promoção de seus princípios a nível global, assim como sua visão unilateral de que tais princípios e valores orquestrados são a saída para construção de um mundo melhor, seus novos inimigos a serem combatidos e a maneira de fazê-lo está claramente exposta em alguns documentos como o “*The National Security Strategy of United States of America*”<sup>8</sup> de 1991 e 1993, que contemplam um contexto mais próximo do pós fim da Guerra Fria.

O prefácio do documento de 1991, intitulado de “New World Order”, se abre da seguinte forma:

A new world order is not a fact; it is an aspiration — and an opportunity. We have within our grasp an extraordinary possibility that few generations have enjoyed—to build a new international system in accordance with our own values and ideals, as old patterns and certainties crumble around us (...). The collapse of the Communist idea has shown that our vision of individual rights — a vision imbedded in the faith of our Founders — speaks to humanity's enduring hopes and aspirations. (...). It is this abiding faith in democracy that steels us to deal with a world that, for all our hope, remains a dangerous place — a world of ethnic antagonisms, national rivalries, religious tensions, spreading weaponry, personal ambitions and lingering authoritarianism. For America, there can be no retreat from the world's problems. Within the broader community of nations, we see our own role clearly. We must not only protect our citizens and our interests, but help create a new world in which our fundamental values not only survive but flourish. We must work with others, but we must also be a leader. (The National Security Strategy of The United States of America, 1991, pg. 6)<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Documento elaborado periodicamente, geralmente anual, pelo poder executivo dos Estados Unidos para o Congresso americano, que tem por pretensão pensar os principais interesses relativos à segurança nacional americana e propor como o governo pretende alcançá-los.

<sup>9</sup> Uma nova ordem mundial não é um fato; É uma aspiração - e uma oportunidade. Temos ao nosso alcance uma possibilidade extraordinária que poucas gerações têm desfrutado - para construir um novo

É um tanto evidente a ambição de aplicar seus valores, que chamei de ideologia das potências ocidentais, a nível global onde a noção de livre mercado é tida como o princípio mais valorizado, seguido da prosperidade individual, sendo visto como a essencial porta da democracia, além de sinônimo de liberdade e emancipação humana. Enxergamos aqui praticamente uma continuidade da Doutrina do Destino Manifesto do século XIX, mas agora parece não ser um papel atribuído por Deus, mas pela vitória ideológica e do poderio militar consagrados na entrada dos anos 1990.

Reitera, nos documentos posteriores, seu papel de liderança mundial naquilo que considera democracia e paz como valores que tem em sua essência e condição, o livre mercado. Como na passagem do III capítulo do documento de 1993 intitulado – “*The Promotion Of Peace And Democracy ... Our Policy Agenda*”, abre-se da seguinte forma:

America has been blessed with an abundance of natural and human resources and a people committed to freedom and democracy. Because of our strength, others have been able to lift themselves up from the ravages of war, improve their economies, free themselves from totalitarianism, and take the first hopeful steps toward a better way of life. In today's world, we face new and diverse international and domestic challenges that will require flexibility in the commitment of the various resources of national power and influence. We must focus anew on meeting economic challenges and on fostering democracy worldwide. Our influence will increasingly be defined more by the quality of our ideas, values, and leadership, and by our competitiveness in the international marketplace, than by the predominance of our military capabilities. (The National Security Strategy of United States of America, 1993, pg. 10)<sup>10</sup>

---

sistema internacional, de acordo com nossos próprios valores e ideais, à medida que velhos padrões e certezas se desmoronam ao nosso redor (...).O colapso da idéia comunista mostrou que nossa visão dos direitos individuais - uma visão embutida na fé de nossos Fundadores - fala para as esperanças e aspirações duradouras da humanidade (...). É esta fé duradoura na democracia que nos acelera para lidar com um mundo que, apesar de toda a nossa esperança, continua a ser um lugar perigoso - um mundo de antagonismos étnicos, rivalidades nacionais, tensões religiosas, armamento, ambições pessoais e autoritarismos persistentes. Para a América, não pode haver recuo diante dos problemas do mundo. Dentro da comunidade mais ampla das nações, vemos claramente nosso próprio papel. Não devemos apenas proteger os nossos cidadãos e os nossos interesses, mas ajudar a criar um novo mundo no qual os nossos valores fundamentais não só sobreviver, mas florescer. Devemos trabalhar com os outros, mas também temos de ser um líder.

<sup>10</sup> América tem sido abençoada com uma abundância de recursos naturais e humanos e um povo comprometido com a liberdade ea democracia. Devido à nossa força, outros têm sido capazes de se levantar dos estragos da guerra, melhorar suas economias, libertar-se do totalitarismo e dar os primeiros passos de esperança em direção a um melhor modo de vida. No mundo de hoje, enfrentamos novos e diversos desafios internacionais e domésticos que exigirão flexibilidade no comprometimento dos vários recursos de poder e influência nacional. Devemos concentrar-nos de novo nos desafios económicos e na promoção da democracia no mundo inteiro. Nossa influência será cada vez mais

E consideram como realizações, no subtítulo – “*What We Have Achieved*”:

In crafting a post-war foreign policy based on containment, we defended the Free World against Communist expansion and aggression. We provided an environment of deterrence in which the Communist system succumbed to its internal contradictions. We provided an inspiring political and economic alternative which demonstrated the bankruptcy of that system. We forged the strong military alliances which helped maintain peace, manage crises, settle conflicts and made containment work. (The National Security Strategy of United States of America, 1993, pg. 10)<sup>11</sup>

E mantém permanentemente a insistência nos caminhos de um mundo melhor através do livre mercado e seu incontestável papel de liderança, como fica evidente no subtítulo – *How We Can Lead In Collective Engagement In The Near Term*:

More than anything else, our encouragement of private trade and investment will help these countries integrate themselves into the free market economic system (...). Nothing would more profoundly enhance our security than to have our former adversaries succeed in establishing stable democratic, freemarket systems (...). We must also work to support, encourage, and consolidate democracy elsewhere around the world, both multilaterally and bilaterally (...). We should strive to bring stable democracy and free markets to lands that have little knowledge of them, strengthen democratic institutions where they are fragile and threatened. (The National Security Strategy of United States of America, 1993, pg. 11)<sup>12</sup>

Nove anos depois, no documento da era Bush filho, o que se deixa evidente é que as instituições fracas, e por isso entende-se, nações que não possuem a democracia representativa e o livre mercado como estruturais organizacionais, são os mais passíveis

---

definida pela qualidade de nossas idéias, valores e liderança, e pela nossa competitividade no mercado internacional, do que pela predominância de nossas capacidades militares.

<sup>11</sup> Ao elaborarmos uma política externa pós-guerra baseada na contenção, defendemos o Mundo Livre contra a expansão e a agressão comunistas. Nós fornecemos um ambiente de dissuasão em que o sistema comunista sucumbiu às suas contradições internas. Fornecemos uma alternativa política e econômica inspiradora que demonstrou a falência desse sistema. Forjamos fortes alianças militares que ajudaram a manter a paz, a gerir as crises, a resolver os conflitos e a fazer o trabalho de contenção.

<sup>12</sup> Mais do que qualquer outra coisa, nosso estímulo ao comércio privado e ao investimento ajudarão esses países a se integrarem no sistema econômico de livre mercado (...). Nada melhoraria mais profundamente a nossa segurança do que ter nossos ex-adversários bem sucedidos no estabelecimento de uma democracia estável e sistemas de livre mercado (...). Devemos também trabalhar para apoiar, incentivar e consolidar a democracia em outros lugares do mundo, tanto multilateral como bilateralmente (...). Devemos nos esforçar para trazer democracia estável e mercados livres a terras que têm pouco conhecimento deles, fortalecer as instituições democráticas onde elas são frágeis e ameaçadas

de se renderem ao terrorismo. Além disso, reitera-se o papel de liderança como agentes portadores da liberdade, usando o momento agora do pós 11 de setembro de 2001 – e aqui enxergo a relação estabelecida entre o terrorismo, fundamentalmente o 11 de setembro de 2001, como momento oportuno para expansão da ideologia ocidental – antes, pós-fim da Guerra Fria, como oportuno para cumprir essa papel como mostrado na passagem abaixo:

Finally, the United States will use this moment of opportunity to extend the benefits of freedom across the globe. We will actively work to bring the hope of democracy, development, free markets, and free trade to every corner of the world. The events of September 11, 2001, taught us that weak states, like Afghanistan, can pose as great a danger to our national interests as strong states. Poverty does not make poor people into terrorists and murderers. Yet poverty, weak institutions, and corruption can make weak states vulnerable to terrorist networks and drug cartels within their borders (...). Free trade and free markets have proven their ability to lift whole societies out of poverty—so the United States will work with individual nations, entire regions, and the entire global trading community to build a world that trades in freedom and therefore grows in prosperity (...). Freedom is the non-negotiable demand of human dignity; the birthright of every person—in every civilization. Throughout history, freedom has been threatened by war and terror; it has been challenged by the clashing wills of powerful states and the evil designs of tyrants; and it has been tested by widespread poverty and disease. Today, humanity holds in its hands the opportunity to further freedom’s triumph over all these foes. The United States welcomes our responsibility to lead in this great mission. (The National Security Strategy of United States of America, 2002, pg. 4-5)<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Finalmente, os Estados Unidos usarão este momento de oportunidade para estender os benefícios da liberdade em todo o mundo. Trabalharemos ativamente para trazer a esperança de democracia, desenvolvimento, livre mercado e livre comércio para todos os cantos do mundo. Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos ensinaram que os Estados fracos, como o Afeganistão, podem representar um grande perigo para os nossos interesses nacionais como Estados fortes. A pobreza não transforma os pobres em terroristas e assassinos. No entanto, a pobreza, as instituições fracas e a corrupção podem tornar os estados fracos vulneráveis às redes terroristas e aos cartéis de drogas dentro de suas fronteiras (...). O livre comércio e os mercados livres provaram a sua capacidade de levantar sociedades inteiras da pobreza - por isso os Estados Unidos trabalharão com nações individuais, regiões inteiras e toda a comunidade comercial global para construir um mundo que comercializa na liberdade e, portanto, cresça em prosperidade (...). A liberdade é a exigência não negociável da dignidade humana; O direito de nascimento de cada pessoa - em cada civilização. Ao longo da história, a liberdade foi ameaçada pela guerra e pelo terror; Foi desafiada pelas vontades conflitantes de estados poderosos e os maus projetos dos tiranos; E tem sido testado pela pobreza e doença generalizada. Hoje, a humanidade tem em suas mãos a oportunidade de promover o triunfo da liberdade sobre todos esses inimigos. Os Estados Unidos congratulam-se com a nossa responsabilidade de liderar nesta grande missão.

Assim sendo, reitero após as passagens mencionadas, que o pós Guerra Fria é marcado por alguns fatores fundamentais como – o papel de liderança mundial dos Estados Unidos em um processo, consagrado por eles, de pacificação que se dá através dos valores de livre mercado, que serve de base maior para o que consideram ser a democracia, e a necessidade de sufocar o que rotulam como terrorismo que, de certa forma, é tudo aquilo que ameaça os valores sagrados estadunidenses de livre mercado e democracia. Definem esta postura, estes valores, como sinônimos de progresso, como fica evidente na passage a seguir:

Our goals on the path of progress are clear: political and economic freedom, peaceful relations with other states, and respect for human dignity. And this path is not America's alone. It is open to all. To achieve these goals, the United States will: Champion aspiration for human dignity; strengthen alliances to defeat global terrorism and work to prevent attacks against us and our allies; work with others to defuse regional conflicts; prevent our enemies from threatening us, our allies, and our friends, with weapons of mass destruction; ignite a new era of global economic growth through free markets and free trade. (The National Security Strategy of United States of America, 2002, pg. 7)<sup>14</sup>

Encerro este capítulo com o trecho que simboliza uma síntese século XX através ainda do documento americano acima mencionado. A vitória da doutrina neoliberal que prega uma inexistência de classes e se constrói como libertadora e igualitária. Liberdade e igualdade esta que estão fundamentados na liberdade de mercado e igualdade promovida pela livre competição mercadológica através da meritocracia. Demoniza o ideal esquerdista socialista comunista, e, como prática persistente se atribuí a missão que considera como civilizatória que agora se recai sobre o terrorismo como obstáculo para o progresso e a paz, e não mais sobre o comunismo.

For most of the twentieth century, the world was divided by a great struggle over ideas: destructive totalitarian visions versus freedom and

---

<sup>14</sup> Nossos objetivos no caminho do progresso são claros: liberdade política e econômica, relações pacíficas com outros estados e respeito pela dignidade humana. E este caminho não é o único da América. Está aberto a todos. Para atingir esses objetivos, os Estados Unidos: Promoverão a aspiração à dignidade humana; Fortalecerão alianças para derrotar o terrorismo global e trabalhar para prevenir ataques contra nós e nossos aliados; Trabalharão com outros para desarmar os conflitos regionais; Impedirão que nossos inimigos ameacem a nós, nossos aliados e nossos amigos, com armas de destruição em massa; Iniciar uma nova era de crescimento econômico global por meio de mercados livres e livre comércio.

equality. That great struggle is over. The militant visions of class, nation, and race which promised utopia and delivered misery have been defeated and discredited. America is now threatened less by conquering states than we are by failing ones. We are menaced less by fleets and armies than by catastrophic technologies in the hands of the embittered few. We must defeat these threats to our Nation, allies, and friends. (The National Security Strategy of United States of America, 2002, pg. 7)<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> Durante a maior parte do século XX, o mundo foi dividido por uma grande luta sobre ideias: visões totalitárias destrutivas versus liberdade e igualdade. Essa grande luta acabou. As visões militantes de classe, nação e raça que prometeram utopia e entregou miséria foram derrotadas e desacreditadas. A América está agora ameaçada menos por conquistar estados do que por fracassar. Estamos menos ameaçados por frotas e exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos dos poucos amargurados. Devemos derrotar essas ameaças à nossa Nação, aliados e amigos.

## **CAPÍTULO 3 – O TERRORISMO E O IMPACTO NA VIDA SOCIAL**

Primeiramente ressalto aqui algumas definições de terrorismo formalizadas, e mais generalizadas, de forma impositiva ou convencional, pelos Estados Unidos que é tido como referência líder no combate ao terrorismo. Posteriormente foco na questão do processo de classificação estadounidense sobre um grupo como terrorista, nas mudanças legislativas e na análise de um documento fundamental para os desdobramentos da guerra ao terror – o “Patriot Act” de 26/10/2001, forjado na administração de George Walker Bush.

### **3.1 Algumas definições formais sobre terrorismo**

No “Immigration and Nationality Act” dos Estados Unidos, concebido no “U.S. Citizenship and Immigration Services”, as definições de atividades terroristas e as caracterizações de organizações terroristas, são dadas abaixo.

#### **Terrorist Activity**

The term terrorist activity covers various actions commonly associated with terrorism such as kidnapping, assassination, hijacking, nuclear, biological, or chemical agents, the use of firearms or other dangerous devices etc.

The INA defines terrorist activity quite expansively such that the term can apply to persons and actions not commonly thought of as terrorists and to actions not commonly thought of as terrorism. Significantly, there is no exception under the law for “freedom fighters,” so most rebel groups would be considered to be engaging in terrorist activity even if fighting against an authoritarian regime.

#### **Engaging in Terrorist Activity**

This includes actions such as planning or executing a terrorist activity, soliciting others to do so, providing material support to a terrorist organization or member of a terrorist organization, and soliciting funds or recruiting members for a terrorist organization. See INA section 212(a)(3)(B).

#### **Material Support**

The term “material support” includes actions such as providing a safe house, transportation, counterfeit documents, or funds to a terrorist organization or its members.

It also includes any action that can assist a terrorist organization or one of its members in any way, such as providing food, helping to set up tents, distributing literature, or making a small monetary contribution. (Disponível em: <<https://www.uscis.gov/laws/terrorism-related-inadmissability-grounds/terrorism-related-inadmissability-grounds-trig>>)<sup>16</sup>

### 3.2 Como funciona o processo de classificação de uma organização terrorista nos EUA.

O Secretário de Estado toma as decisões concernentes à atribuição da designação e revisão da designação de OTIs (Organizações Terroristas Internacionais), seguindo um intenso processo de consultas entre diversas agências, no qual todas as provas relativas às atividades de um determinado grupo, tanto provenientes de fontes sigilosas como abertas, deve ser conduzido com todo o rigor. O Departamento de Estado, trabalhando junto com os departamentos de Justiça e do Tesouro, bem como com a comunidade internacional, prepara um detalhado “relatório administrativo”, documentando a atividade terrorista da organização que receber tal designação. Sete dias antes de uma designação ser publicada no Federal Register, o Departamento de Estado se encarrega de notificar o Congresso.

De acordo com o Estatuto, as designações estão sujeitas a revisão. No caso de uma contestação a uma designação relativa a uma OTI, o governo dos EUA irá se basear no relatório administrativo para defender a decisão do Secretário de Estado. Esses relatórios administrativos contêm informações provenientes de agências de segurança e podem, eventualmente, ser considerados confidenciais.

As designações de OTIs expiram em dois anos, a não ser que sejam renovadas. A lei permite que grupos sejam incluídos a qualquer momento, a partir de consulta à Promotoria-Geral e à Secretaria do Tesouro. O Secretário pode também revogar as designações depois de determinar que haja bases para tal procedimento e de notificar o Congresso. (CHOMSKY, 2002, p. 150-151)

---

<sup>16</sup> **Atividades Terroristas** - O termo "atividade terrorista" abrange várias ações comumente associadas ao terrorismo, tais como sequestro, assassinato, espoliações, agentes nucleares, biológicos ou químicos, o uso de armas de fogo ou outros dispositivos perigosos. O INA define a atividade terrorista de forma bastante expansiva, de modo que o termo pode se aplicar a pessoas e ações que não são comumente consideradas terroristas e ações que não são comumente consideradas como terrorismo. Significativamente, não há nenhuma exceção sob a lei para os "combatentes da liberdade", de modo que a maioria dos grupos rebeldes serão considerados como engajados em atividades terroristas, mesmo lutando contra um regime autoritário.

**Envolvimento em atividades terroristas** - Isso inclui ações como planejar ou executar uma atividade terrorista, solicitar a outros que o façam, fornecer apoio material a uma organização terrorista ou membro de uma organização terrorista, e solicitar fundos ou recrutar membros para uma organização terrorista. Ver INA seção 212(a)(3)(b).

**Suporte material** - O termo "suporte material" inclui ações como fornecer uma casa segura, transporte, documentos falsificados ou fundos para uma organização terrorista ou seus membros. Também inclui qualquer ação que possa ajudar uma organização terrorista ou um de seus membros de qualquer maneira, como fornecer comida, ajudar a montar tendas, distribuir literatura ou fazer uma pequena contribuição monetária.

### **3.3 Mudanças constitucionais visando o combate ao terror e *O Patriot Act*.**

O “Patriot Act”, ou Ato Patriota, foi um documento elaborado no governo de George Walker Bush como resposta aos ataques terroristas do 11 de setembro de 2001, organizados pelo grupo Al-Qaeda sob a liderança de Osama bin Laden. sobre os Estados Unidos – os dois aviões que atingiram as torres do World Trade Center em Nova Iorque, um terceiro avião que atingiu o Departamento de Defesa dos Estados Unidos no Pentágono em Arlington, Virgínia, e um quarto avião que caiu em campo aberto em Shanksville, na Pensilvânia – e sancionado no dia 26 de outubro de 2001. Trata-se basicamente de medidas legislativas que tem por objetivo maior: reestruturar a segurança interna americana tornando-a mais eficaz para, não apenas impedir atos terroristas, mas possibilitar uma maior eficiência no combate ao terrorismo no quesito de identificá-los. Como apontado anteriormente, o documento alterou diversas leis, principalmente no que diz respeito à segurança nacional, dando maior permissividade para execução de ordens ao Executivo, ao Procurador Geral da República e às agências de inteligência nacional. Criou uma comissão de juízes especiais e buscou definir práticas terroristas – terrorismo doméstico, nacional, internacional – e formalizou as punições para cada ato considerado terrorista dentro do estabelecido no documento. Penas estas que chegam de anos de prisão à prisão perpétua e a pena de morte. O Patriot Act foi estendido pelo governo de Barack Obama em 2011 através do USA PATRIOT Act, com validade por mais quatro anos e, em 2015 foi aprovado no congresso o USA Freedom Act, que mantém provisões do documento original de 2001, mas traz mudanças, significativas principalmente no que diz respeito ao manuseio de metadados armazenados e vigiados pelas agências de segurança nacional, com destaque para a National Security Agency (NSA).

Abaixo, cito algumas passagens que retratam análises gerais do Patriot Act e, em alguns casos, pontuações específicas na alteração de algumas leis. Em sequência, retrato algumas mudanças constitucionais na França através do trabalho de Almeida e Ferreira.

Dentre as disposições controversas, inclui-se a concessão de novos poderes ao governo para manter detentos sem acusações durante um período de até sete dias a cidadãos estrangeiros supostamente envolvidos em atos de terrorismo ou em qualquer atividade que ponha em perigo a segurança nacional dos Estados Unidos. Essa lei também

autoriza a detenção por prazo indeterminado, por motivos de segurança nacional, de cidadãos estrangeiros acusados de infringir as leis de imigração. Além disso, o Ato Patriota possui uma definição muito ampla de “atividade terrorista”, o que pode justificar a expulsão ou a detenção de cidadãos estrangeiros. Em novembro de 2001, o presidente Bush aprovou uma ordem que estabelecia a criação de comissões militares especiais, que não atendiam às normas processuais internacionais, para julgar cidadãos estrangeiros supostamente envolvidos em atos de terrorismo internacional. Em virtude dessa ordem, as comissões podem atuar em segredo e prescrever penas de morte sem a possibilidade dos acusados recorrerem das decisões diante de tribunais superiores. Os julgamentos levados a cabo por tais comissões violam o princípio da não-discriminação e as normas processuais internacionais. (OLIVEIRA, 2010, p. 6)

A Lei sobre a Guerra e a Defesa Nacional, que foi modificada pelo Ato Patriota, em sua seção 1802, dispõe expressamente que: “Não obstante a proibição de qualquer outra lei, o Presidente da República pode, por meio do Procurador Geral, autorizar a vigilância eletrônica sem mandado judicial para investigar informações da inteligência estrangeira por um período máximo de um ano, se o Procurador Geral certificar sua ordem por escrito e sob juramento que a vigilância eletrônica somente é autorizada para casos de (i) obtenção de conteúdo de comunicação transmitido por potências estrangeiras como definido na seção 1801 (a) (1), (2) ou (3) deste título ou (ii) obtenção de inteligência técnica, que não seja a comunicação entre pessoas, a não ser de pessoas ou propriedades estrangeiras, como definido na seção 1801 (a) (1), (2) ou (3) deste título. (PINTO FILHO, FRANCISCO B. M., O Ato Patriota Norte-Americano e a Restrição de Direitos, 2008, pg. 10)

Na decretação do Estado de Sítio não há limites expressos sobre quais garantias podem ser suspensas. Assim, conclui-se que pode haver suspensão do sigilo telegráfico, telefônico e de dados (eletrônico). É interessante ressaltar que o constituinte preconizou que no Estado de Defesa somente haveria “restrição” a algumas garantias, no entanto, no Estado de Sítio, utilizou-se a expressão “e as garantias constitucionais que ficarão suspensas”. A grafia é “suspensão”. Poderá, então, a autoridade do Poder Executivo suspender completamente o sigilo de todos os tipos de comunicação. (PINTO FILHO, 2008, pg. 11)

A lei que trata da condição de “prisioneiro de guerra” foi modificada e foram promulgadas novas disposições que alteram a Lei anterior. As novas modificações são conhecidas como Convenção dos Prisioneiros de Guerra de 2005 (Detainee Treatment Act of 2005) prevendo algumas restrições ao reexame dos julgamentos pelas comissões militares. Há disposição expressa de que um prisioneiro estrangeiro examinado por comissão de guerra não tem direito a impetrar habeas corpus perante qualquer corte norte-americana (...) mesmo a convenção de Genebra, em seu art. 3º, prevê que os julgamentos, ainda que sejam organizados por comissões militares, devem observar

princípios mínimos de “garantias” comuns aos povos civilizados. (PINTO FILHO, 2008, pg. 22-23)

No Estado de Emergência, entre os diversos poderes conferidos pelo Ato Patriota, e por leis anteriores, podemos anotar que o Presidente da República pode investigar, regular e proibir: 1) qualquer transação comercial internacional; 2) transferências ou pagamento de créditos entre bancos; 3) importação ou exportação de moedas e equipamentos de segurança. O Presidente também pode ter ingerências nas investigações que estejam sendo feitas sobre negócios de estados estrangeiros ou por estrangeiros e que estejam sob a jurisdição dos Estados Unidos. (...). Poderá o Presidente da República confiscar bens dos países ou indivíduos que estejam em guerra ou ameaçando belicosamente o território americano. No Estado de Emergência pode o Presidente da República determinar que qualquer agente do Estado confisque a propriedade do país ou indivíduo que ameace a nação americana, e este agente poderá administra-la, liquidá-la ou vende-la. (PINTO FILHO, 2008, pg. 8)<sup>17</sup>

## **França**

Em 1978 foi aprovado um documento na França intitulado Vigipirate<sup>18</sup>. Este documento que sintetiza os pontos centrais da luta contra o terrorismo. Foi gradativamente sendo atualizado, em 1995, 2000, 2002, 2003, 2004, 2006, 2015. Neste último ano, foram adicionados novos níveis de reforço para a segurança nacional e combate ao terror – (Vigilance; Sécurité renforcée – risque attentat; Urgence attentat<sup>19</sup>). É apresentado no site do governo francês da seguinte forma:

Relevant du Premier ministre, le plan VIGIPIRATE est un outil central du dispositif français de lutte contre le terrorisme. Il associe tous les acteurs nationaux – l’Etat, les collectivités territoriales, les entreprises et les citoyens – à une démarche de vigilance, de prévention et de protection.<sup>20</sup>

Com relação às críticas:

Diversas são as críticas realizadas por entidades protetoras dos Direitos Humanos quanto às previsões contidas na vigente legislação Francesa de combate ao terrorismo. Entre as principais previsões criticadas, deve-se destacar:

---

<sup>17</sup> War and National Defense, Chapter 36, subchapter I, § 1702

<sup>18</sup> Disponível em <http://www.gouvernement.fr/risques/comprendre-le-plan-vigipirate>

<sup>19</sup> Vigilância; Segurança Reforçada – risco de ataque; Ataque de Emergência.

<sup>20</sup> Reportando-se ao primeiro-ministro, o plano Vigipirate é uma ferramenta central do sistema francês de luta contra o terrorismo. Ele combina todas as partes interessadas nacionais - o Estado, os governos locais, empresas e cidadãos - uma abordagem vigilância, prevenção e proteção.

- Suspeitos podem ficar sob custódia da polícia por 4 dias, ou em certos casos até 6 dias, antes de serem oficialmente colocados sob investigação judicial (através da instauração de processo) ou liberados;
- Os suspeitos somente podem ter acesso a um advogado após estarem em custódia por 3 dias. Quando o acesso finalmente é permitido, o tempo máximo da visita limita-se à 30 minutos;
- Suspeitos têm sido vítimas de interrogatórios constantes, muitas vezes de forma opressiva, e sem a presença de advogado;
- Os policiais não têm a obrigação legal, em caso de suspeitos de associação ao terrorismo, de informar ao suspeito o seu direito de permanecer em silêncio.

Um dos maiores problemas, da vigente lei Francesa Anti-Terrorismo, estaria na ampla definição de *association de malfaiteurs en relation avec une entreprise terroriste, hereafter association de malfaiteurs*. Inicialmente tipificado como conduta criminosa em 1996, essa identificação prevê que, após se verificar a existência de alguma possível associação do indivíduo com atividades terroristas, as autoridades podem agir de forma preventiva, através da utilização de diversos atos severos, conforme já mencionado, na busca de um combate eficaz ao terrorismo, antes que venha a se concretizar. Outrossim, o problema reside no fato de que a atual abrangência, prevista na lei, permite que uma pessoa seja detida sem ter realizado qualquer tipo de ato visando o planejamento de terror, mas que, devido à ampla possibilidade de interpretação da lei, o mesmo poderá ser enquadrado no crime de *association de malfaiteurs*. (ALMEIDA, S., FERREIRA, A., 2009, p. 7-8)

No caso norte-americano, o Ato Patriota, e mesmo o Vigipirate francês, podem ser entendidos como uma reação extremamente rápida tomadas pelos governos no combate ao terrorismo. Reação esta que entra em conflito direto com os valores democráticos e sagrados consagrados na Constituição Americana elaborada pelos chamados Pais Fundadores e também com a sagrada Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão promovidas pela Revolução Francesa.

Mais para o caso americano, amplia de forma quase ilimitada os poderes das atuações das agências de inteligência nacional, do Presidente da República e do Procurador Geral da República. Possui, entre muitos, três pontos que se configuram como problemas, a) a definição do crime de terrorismo doméstico; b) a detenção compulsória de terroristas suspeitos e os tribunais militares, e c) a pós-notificação dos mandados de busca e apreensão.

No caso do terrorismo doméstico, consta no parágrafo 802 que o terrorismo doméstico significa atividades que (A) configurem atos perigosos à vida humana que são uma violação de leis criminais dos Estados Unidos ou de qualquer Estado; (B) que

pareçam pretender (i) intimidar ou coagir uma população civil; (ii) influenciar a política de um governo por intimidação ou coação; ou (iii) visem modificar a conduta de um governo utilizando-se de destruição em massa, assassinatos ou sequestros. Assim sendo, a definição sobre o ato de terrorismo doméstico tem uma amplitude mal delimitada que permite um enquadramento de diversas ações, ou seja, a quantidade de atos passíveis de serem enquadrados como terrorismo domésticos é extremamente amplo uma vez que o simples ato de intimidar ou coagir a população civil é passível de ocorrer de diversas formas.

Mesmo possuindo distinções entre os documentos, ambos trazem características comuns como – a problemática da definição do ato terrorista e a concentração de poder nas mãos do executivo.

### **3.4 O Terrorismo, a “Guerra ao Terror” e os desdobramentos sobre a vida social.**

A guerra contra o terrorismo não é recente. Tal qual a dificuldade na definição do termo. Porém, o que está presente nos dias atuais de forma mais direta, fundamentalmente após o 11 de setembro de 2001, são as políticas de construção do inimigo e o modo de combatê-los. Na abertura do documento do Patriot Act, encontramos o seguinte trecho disponível pelo Departamento de Justiça:

The Department of Justice's first priority is to prevent future terrorist attacks. Since its passage following the September 11, 2001 attacks, the Patriot Act has played a key part - and often the leading role - in a number of successful operations to protect innocent Americans from the deadly plans of terrorists dedicated to destroying America and our way of life. While the results have been important, in passing the Patriot Act, Congress provided for only modest, incremental changes in the law. Congress simply took existing legal principles and retrofitted them to preserve the lives and liberty of the American people from the challenges posed by a global terrorist network. (Patriot Act, 2001, pg. 1)<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> A primeira prioridade do Departamento de Justiça é evitar futuros ataques terroristas. Desde a passagem dos atentados do 11 de setembro de 2001, o Ato Patriota tem desempenhado um papel-chave e muitas vezes o papel principal em uma série de operações bem sucedidas para proteger os americanos inocentes dos planos mortais de terroristas dedicados a destruir a América e o nosso modo de vida. Embora os resultados tenham sido importantes, ao aprovar o Patriot Act, o Congresso previu apenas modestas mudanças incrementais na lei. O Congresso simplesmente tomou os princípios legais existentes e adaptou-os para preservar a vida e a liberdade do povo americano dos desafios colocados por uma rede terrorista global. Disponível em: <https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm> acessado em 12 de outubro de 2016

Primeiramente fica evidente que o inimigo almeja uma destruição de um país em específico, de uma cultura, e não apenas de elementos selecionados ao acaso. O que nos permite argumentar que os atos terroristas são específicos de povos determinados, pois, quando o coreano de 23 anos, Cho Seung-Hui, assassinou 32 pessoas no campus da Virginia Tech University, não apareceu nas manchetes como terrorista, tendo o assassino cometido suicídio depois. Nem mesmo o ex-soldado americano Timothy McVeigh, teve notícia amplamente divulgada por todos os canais midiáticos como terrorista depois de explodir um carro bomba no Edifício Federal Alfred P. Murrah em Oklahoma City, no ano de 1995, matando 168 pessoas e deixando mais de 500 feridos. Em segundo lugar, o que a passagem nos deixa claro é a dramatização extrema do caráter emergencial, da necessidade imperativa de novas ações militares e de profundas modificações nas leis para que se proteja a vida e a liberdade do povo americano contra ataques de uma rede terrorista global. A construção ideológica é ainda mais nítida na passagem final do texto:

The government's success in preventing another catastrophic attack on the American homeland since September 11, 2001, would have been much more difficult, if not impossible, without the USA Patriot Act. The authorities Congress provided have substantially enhanced our ability to prevent, investigate, and prosecute acts of terror. (Patriot Act, 2001, pg. 4)<sup>22</sup>

Tendo em vista o modo adotado para combater o terrorismo e a forma com a qual o classificam, parece não existir alternativas quanto à forma de combatê-lo e, assim sendo, fica obscurecido suas razões, formando a imagem do terrorismo como uma atitude que visa à destruição de um modo de vida, e não como uma possível resposta às sucessivas invasões do ocidente. Para o filósofo italiano Umberto Curi (2016), a guerra ao terror possui diversos objetivos econômicos e políticos das potências ocidentais, em especial dos Estados Unidos, que vão desde a manutenção da supremacia e da liderança mundial até a conservação do opulento estilo de vida ocidental. Ao citar a afirmação de G. W. Bush em 24 de Junho de 2002, “O estilo de vida dos cidadãos americanos não é negociável”, Curi (2016, p.41) afirma que “esta afirmação oferece em realidade a chave

---

<sup>22</sup> O sucesso do governo em prevenir outro ataque catastrófico em solo americano desde o 11 de Setembro de 2001 seria muito mais difícil, se não impossível, sem o USA Patriot Act. As autoridades que o Congresso proporcionou melhoraram substancialmente nossa capacidade de prevenir, investigar e processar os atos de terror. Disponível em: <https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm> acessado em 12 de outubro de 2016.

necessária para compreender a complexa orientação da política externa americana e, no seu interior, a concepção da guerra como condição permanente”. Logo, a natureza da guerra sofre uma densa e radical mudança de sentido: deixa de ser um evento e passa a ser um estado permanente, que garante tanto a manutenção do estilo de vida opulento e consumista dos países ricos e desenvolvidos, quanto às extremas desigualdades de renda, recurso e oportunidades entre os países que se refletem de maneira sobressaltada, nos dias de hoje, através dos intensos movimentos migratórios.

Simplesmente nos acostumamos com a presença da guerra, desde crianças até os mais idosos. E o sucesso dessa sensação costumeira está vinculado a dois fatores fundamentais – o primeiro seria a caracterização para as guerras atuais, no caso contra o terrorismo, onde ninguém quer assumi-la, mas todos querem tirar sua fatia de lucros e, em segundo lugar, o sucesso da indústria cultural através do desenvolvimento tecnológico em transformar os conflitos, as mortes, em cenas espetaculares que nos fornece entretenimento através das mídias sociais. Como bem descritos nas palavras do sociólogo Alessandro Dal Lago:

(...) é indispensável chamar em causa alguns aspectos globais que caracterizam nos últimos dois decênios os conflitos armados. Um me parece decisivo: a sua *deliberada ambiguidade política*. Trata-se de uma verdadeira e própria *guerra*, mas que ninguém quer de fato considera-la como tal: foram denominadas de campanhas para a restituição da legalidade internacional (Guerra do Golfo de 1991), de intervenções em nome da humanidade (Kosovo), de uma fase de conflito de longa duração contra o terrorismo (Afeganistão), de defesa preventiva contra os estados canalhas (Iraque), de ações militares para a segurança interna e externa (Líbano, Gaza), etc. A ambiguidade descende primeiramente do fato de que em todos estes conflitos o inimigo é combatido, mas não como inimigo reconhecido e tanto menos paritário. (...) uma guerra contra entidades abstratas como os *inimigos da humanidade* é potencialmente infinita e ilimitada, sobretudo nas suas consequências. (DAL LAGO, 2010, p.120)

Como consequência da guerra ao terror, vivemos uma era de intensa desestabilização de certezas, pontos de referência e intensos processos de avaliação. É uma das ferramentas que molda a atual vida líquida onde esvaziam-se as certezas, os valores tradicionais e expande-se a fragilidade dos laços sociais (BAUMAN, 2001). As trágicas e densas contradições da globalização econômica e política acentuaram a presença cotidiana da incerteza, insegurança, desorientação, de modo que, na nova ordem mundial volátil e imprevisível é necessária a construção ideológica da figura do

inimigo, sendo, portanto, essencial, as maneiras de defini-lo. Não apenas no mundo do trabalho precário e do capital volátil este processo é intenso, mas também na contração do espaço produzido pelas revoluções nos transportes e nas comunicações efetuaram diversas conexões imediatas entre as culturas. O “outro” é visto cada vez mais como um ser diverso que gera ameaças e perigos. Justamente na época em que o “Outro” necessita de hospitalidade, pois a crise migratória dos últimos anos tem-se alastrado mês a mês e é consequência direta da guerra ao terror. E o mais interessante é tentar entender como, em meio a tantas mudanças constitucionais até nos aspectos dos direitos humanos, estes tornam-se maleáveis frente às necessidades de cada Estado. Não se interpreta as ações de alguns Estados como ações terroristas, mesmo que ocorra uma violação dos direitos humanos, ou mesmo da convenção de Genebra, pelo próprio Estado, como fica evidente nos casos de Guantánamo ou da situação atual francesa, e de certa forma global, no lamentável tratamento dado aos islâmicos, ou até mesmo nas contínuas atrocidades cometidas contra inocentes. Pelo contrário, em muitas das atuações das grandes potências na guerra o terror, os direitos humanos são tidos como ideologia para legitimá-los. Sem contar exemplos de violência brutal e escandalizada como foi o caso de “Sabra e Shatila” em 16 de setembro de 1982 – onde as forças israelenses comandadas por Elie Hobeika, sob tutela do então ministro da defesa de Israel, Ariel Sharon, executaram mais de três mil refugiados palestinos e libaneses – ou os ataques às instalações farmacêuticas de Al-Shifa, no Sudão, pelas forças americanas que são meras notas de rodapé na história.

Na descrição abaixo podemos compreender melhor como se trata a figura deste inimigo:

**Eis o que existe.** Há atualmente 152 pessoas presas por atos ligados ao radicalismo islâmico, de acordo com o Ministério da Justiça francês. Entre eles, 22 detentos “refratários a qualquer autoridade” estão distribuídos em várias prisões na França e isolados. O ministério realizou em novembro uma experiência com outros 23 detentos de Fresnes (Val-de-Marne), islamistas radicais com os quais o diálogo não foi totalmente rompido, segundo o ministério: eles foram reagrupados no mesmo lugar, isolados de outros detentos, para evitar a contaminação de seu discurso. “Isto permitiu também um trabalho

mais concentrado sobre este grupo”, disse a Chancelaria ao “Libération” na semana passada. O governo trabalha na aplicação de um programa de “desradicalização” com a Missão Interministerial de Luta contra Seitas (Miviludes), o Instituto do Mundo Árabe e psiquiatras.

**O que foi proposto.** Na segunda-feira, Manuel Valls declarou que pretendia generalizar o isolamento nas prisões dos detentos islamitas radiciais. Portanto, a experiência de Fresnes não foi considerada. Resta saber se essa reunião entre radicais será extensiva a todos os perfis. Na semana passada, um funcionário da administração penitenciária estimou que “se reunirmos os detentos islamitas radicais mais refratários, a situação poderia se tornar explosiva”. A USM também considera outros efeitos: “Poderia gerar problemas de segurança para o pessoal”, observa Céline Parisot. “Se um quiser tentar escapar, na prática escaparão 15 de uma vez. (O GLOBO, *Após as falhas na segurança francesa, os pontos principais do aperto nas medidas antiterror: França já possui um arsenal pesado antiterrorista, via Lei Cazeneuve, mas a direita quer mais medidas*, 2016)

As ações dos Estados são vistas como positivas e legítimas, uma vez que a ambição por segurança, frente ao medo gerado pelo terrorismo, proporciona um cenário favorável para tal legitimidade decidida no meio político e, em muitas vezes, contrárias às opiniões populares ou apoiadas por ela. Tal qual a continuidade do “Estado de Emergência” protelado por mais três meses na França ou, o “Patriot Act” cunhado pelos Estados Unidos com apoio de parte significativa da população americana como é destacado no próprio documento – “The USA Patriot Act was passed nearly unanimously by the senate 98-1, and 357-66 in the House”. (pg. 1). Construiu-se um cenário que propicia um tipo de política onde vigora a crença de que os líderes políticos irão nos levar à segurança, ao bem-estar, ao passado idílico ou ao futuro redentor, e que a forma para se alcançar esse patamar futuro de bem-estar se dá através da violência, da guerra, como bem explicado por Piero Basso na situação francesa onde o terrorismo justifica um incremento no orçamento bélico e a rotina da ação das forças de segurança do Estado que rasgam premissas claras das leis internacionais e dos direitos civis:

Lo más grave es que junto a la extensión del “Estado de emergencia” ha prosperado el nuevo proyecto de ley ampliando especialmente los poderes policiales en materia de utilización de armas, incluso sin incluir el caso de legítima defensa, en vistas de la “lucha contra el crimen organizado, el terrorismo y su financiamiento”. La prolongación del “estado de emergencia” ha permitido reforzar el arsenal jurídico-policial. Esta votación en la Asamblea ratifica ante todo la continuidad de la política de control policial, de represión y de ataque a las libertades democráticas, que Hollande y Valls lideran, independientemente del pretexto de “la lucha contra el terrorismo” que les sirve de justificación. Es un dato que, entre los cerca de 3300 registros y puertas destrazadas desde diciembre, al día de hoy tan solo cinco han desembocado en “investigaciones contra el terrorismo” y solo 24 en “apología de terrorismo”. (BARON, ROMAIN., La Asamblea nacional francesa prolonga el “estado de emergencia” por tres meses, 2016)<sup>23</sup>

O que fica claro nas medidas proteladas através do Estado de Emergência na França, pela lei antiterror “Cazaneuve”, a partir dos últimos ataques do Estado Islâmico e mais evidente ainda nos Estados Unidos, através do “Patriotic Act”.

Esta semana foi apresentado um anteprojeto de lei ao Conselho de Estado sobre a revisão da Constituição mencionada pelo presidente François Hollande depois dos atentados jihadistas de 13 de novembro em Paris. Hollande decretou estado de emergência na noite dos ataques e o Parlamento prolongou a medida por três meses, até 26 de fevereiro. A reforma constitucional pretende instaurar um "regime civil de crise" para atuar "contra o terrorismo de guerra", explicou Hollande em 16 de novembro. O governo também quer incluir na Constituição uma medida para retirar a nacionalidade francesa aos condenados por terrorismo que tenham duas cidadanias. (...) O estado de emergência permite às autoridades "proibir a circulação de pessoas ou de veículos" e instaurar "zonas de proteção ou de segurança donde está regulada a presença de pessoas". Desde 13 de novembro, em virtude do estado de emergência, mais 2.000 operações de busca e apreensão foram realizadas sem a autorização de um juiz. (França prevê mudar Constituição para prolongar estado de emergência, 2015)

---

<sup>23</sup> O mais grave é que junto à extensão do “Estado de emergência” tem prosperado o novo projeto de lei ampliando os poderes policiais em matéria de utilização de armas, mesmo sem incluir casos de legítima defesa, tendo em vista a “luta contra o crime organizado, o terrorismo e seu financiamento”. A extensão do “estado de emergência” tem permitido reforçar o arsenal jurídico-policial. Esta votação na Assembleia ratifica, sobretudo, a continuidade da política de controle policial, de repressão de de ataque às liberdades democráticas, que Holland e Valls lideram, independientemente do pretexto “a luta contra o terrorismo” que lhes serve de justificação. É um fato que, entre os cerca de 3300 registros e portas destroçadas desde dezembro, ao dia de hoje apenas cinco resultaram em “investigações contra o terrorismo” e apenas 24 em “apologia ao terrorismo”.

No caso francês os exemplos são vastos num discurso que se utiliza dos Direitos Humanos para legitimar ações que ferem os próprios Direitos Humanos como fica evidente na Lei Cazeneuve e em outras medidas que se intencionam tomar os estados Europeus e os Estados Unidos, como, por exemplo, o “Passanger Name Record”, onde seria criada uma ficha dos passageiros e um arquivamento de dados sobre deslocamentos para todo o mundo, ou também o artigo 9 que faz referência ao sistema de vigilância pela WEB, um dos mecanismos mais complexos e utilizados pelos Estados Unidos, legitimado devido ao terrorismo.

O artigo primeiro da Lei Cazeneuve prevê que o Ministério do Interior pode impedir que um aspirante a jihadista saia do território francês “se houver razões sérias para suspeitar que sua viagem ao exterior tem por objetivo participar de atividades terroristas” ou se é provável que, ao retornar à França, “ele represente um risco à segurança pública”. A Justiça não tem nada a ver com essa decisão. “Ela é tomada de forma não contraditória pelo Ministério do Interior”, lamenta o juiz de execuções penais Laurence Blisson. “Ela dá ao governo poderes quase penais.” Segundo a União Sindical dos Magistrados (USM, majoritária), “não se trata de impedir que alguém deixe o território simplesmente porque vai ter um contato com um suposto terrorista. A decisão do governo tem que ser feita por escrito e justificada, e a pessoa pode ser ouvida”, diz Celine Parisot. O artigo 9 é seguramente o mais polêmico do projeto de lei. Ele permite o bloqueio administrativo de sites que fazem apologia a atos terroristas. Uma mera liminar de polícia pode obrigar um site a fechar uma interface que divulgue um conteúdo ilícito. Se ele não cumprir, o Estado poderá requerer a retirada do site diretamente ao provedor. A única salvaguarda fica a cargo da Comissão Nacional de Informática e das Liberdades (Cnil), encarregada de supervisionar o processo como um agente independente. (Após as falhas na segurança francesa, os pontos principais do aperto nas medidas antiterror, 2016)

Podemos ainda somar a todas estas passagens, que refletem a forma em como as lideranças políticas das grandes potências estão lidando com o terrorismo, trechos de discursos de personalidades como o atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump e algumas cláusulas de seu projeto de governo – como a tentativa de barrar a entrada de pessoas advindas de sete países de religião islâmica; o candidato holandês Geert Wilders, a presidente da Frente Nacional na França Marion Anne Perrine Le Pen, que em 2010, na reunião para presidente da Frente Nacional chegou a comparar a reza dos muçulmanos nas ruas da França com a ocupação nazista da Segunda Guerra Mundial, e até mesmo o atual presidente François Hollande nas medidas adotadas aqui já mencionadas. Na visão de Donald Trump é necessário aumentar, segundo sua proposta, o orçamento militar americano em U\$54 bilhões para garantir a segurança nacional, e como solução proposta em campanha:

O Estado Islâmico está ganhando muito dinheiro, pois tem alguns campos petrolíferos, certo? Eles tomaram algumas áreas com petróleo. Algumas na Síria, outras no Iraque... Eu jogaria bombas pra cacete neles. Eu simplesmente bombardearia os otários... E, sim, eu explodiria as tubulações, as refinarias... Eu explodiria cada centímetro, não restaria nada... E sabe de uma coisa? Chamaria a Exxon pra lá, e em dois meses... Já viram esses caras, como são bons, as grandes empresas de petróleo? Eles reconstruiriam o lugar lindamente, e eu cercaria, e ficaria com o petróleo”. (Como Trump lidaria com o Estado Islâmico, Youtube, 2017)

O terrorismo, como conceito de instauração do terror por um grupo desvinculado ao Estado (PAPE, 2005), fica restrito, na atualidade, ao universo árabe e muçulmano. É apagado, quase que por completo, o surgimento histórico do “terrorismo” e, por consequência, a distorção dos fatos atuais e o mau entendimento do senso comum. Utilizando a passagem de Zolo abaixo sobre a questão Palestina e Israel, justificamos uma constatação de como, através da distorção dos fatos, das imagens, das notícias midiáticas, do discurso político, cria-se um cenário centralizado na figura de um inimigo também criado que faz com que se disperse o ódio e permita-se a violência.

(...) Palestine under military occupation is accused of being the breeding-ground of Islamic terrorism, and in particular of suicide bombers. It is conveniently forgotten that the first acts of terrorism in

Palestine were carried out by Jewish organizations like the Stern Gang, led by Yitzhak Shamir, and the Irgun Zvai Leumi, under the command of Menachem Begin, which was responsible for the infamous massacre at Deir Yassin. (ZOLO, 2009, pg. 128)<sup>24</sup>

Nos dias de hoje, ao ouvirmos o termo atentado<sup>25</sup> já associamos automaticamente a terrorismo e, este, por sua vez, ao universo árabe muçulmano. Sequencialmente, já nos vêm à mente as práticas que nos aparecem como atentados terroristas e que ficam consagradas como arquétipos no inconsciente social. O homem-bomba, o carro-bomba, ou mais recentemente os atos de atropelamento em vias principais, mochila-bomba.

Contudo, o terrorismo não é um fenômeno histórico recente, possuindo raízes profundas no processo civilizatório. É o que podemos observar na reflexão de Robert Pape: “Uno de los primeros atentados fue el intento fallido de diez zelotas judíos de assinar a Herodes, rey de Judea nombrado por Roma, por el apoyo que brindó a un conjunto de instituciones (...) especialmente hostiles a las leyes y costumbres judias”<sup>26</sup> (PAPE, 2006, p. 26). Indícios históricos revelam um grupo ismaelita – “Los Asesinos – Os Assassinos” – talvez o primeiro, que possuía uma organização planejada eficaz com objetivos de assassinatos políticos e missões suicidas. (PAPE, 2006).

Porém, cabe aqui uma ressalva fundamental, pois, nem todo atentado terrorista envolve o suicídio. A diferença no aspecto histórico é que, antigamente, os grupos que planejavam atentados contra a ordem, contra o Estado ou seus chefes, não se utilizavam do suicídio para executar a ação, mas sabiam de sua morte certa após o ato, ao serem presos e condenados. Já nos atentados divulgados recentemente, o suicídio se encontra como arma, como parte fundamental do ato planejado em alguns casos, não em todos. O indivíduo utiliza-se do corpo como um instrumento que consagra a execução do plano, seu suicídio é parte essencial do plano para consagrá-lo como mártir e engrandecer sua

---

<sup>24</sup> (...) a Palestina, sob ocupação militar, é acusada de ser o terreno fértil do terrorismo islâmico, e em particular dos homens bombas suicidas. É convenientemente esquecido que os primeiros atos de terrorismo na Palestina foram realizados por organizações judaicas como a Stern Gang, liderada por Yitzhak Shamir, e Irgun Zvai Leumi, sob o comando de Menachem Begin, que foi responsável pelo infame massacre de Deir Yassin.

<sup>25</sup> 1. Infração das disposições legais; 2. Ato criminoso ou sua tentativa de perpetração contra pessoas, ideias etc. 3. Ato ofensivo; violação. (Dicionário Houaiss da língua portuguesa, editora Objetiva, 2004).

<sup>26</sup> Um dos primeiros atentados foi a tentativa frustrada de dez zelotas judeus de assassinar a Herodes, rei da Judeia nomeado por Roma, pelo apoio que forneceu a um conjunto de instituições, (...), especialmente hostis aos costumes e leis judias.

atitude em relação ao ideal de luta. E é tido como terrorista por não ser um indivíduo que está sob ordens de um Estado-Nação, do ponto de vista do consenso internacional, pois os Kamikazes japoneses executavam missões suicidas e não eram tidos como terroristas.

O terrorismo suicida contemporâneo tem seu primeiro ato no Líbano, no início dos anos 1980 e é, praticamente a partir deste momento, que o terrorismo suicida começa a ser utilizado como arma para coerção política por um número grandioso de distintos grupos e em diferentes partes do globo. (PAPE, 2006). E outra distinção fundamental do terrorismo de fins do século XX e início do século XXI é que, diferentemente dos considerados terroristas no cenário revolucionário do século XVIII e XIX, não se trata mais de uma posição de oposição a um Estado nacional, mas pela sua condenação, como reiterado na passagem de Ariana Bazzano de Oliveira:

O terrorismo contemporâneo, entendido como o acontecimento cujo ponto de inflexão foram os atentados de 11 de setembro de 2001, se desenvolve não como um movimento que se opõe ao Estado nacional — como o terror anarquista na segunda metade do século XIX, mas que opera pela condenação de um outro Estado. Essa mudança é fundamental para compreender esse movimento de internacionalização do terrorismo, que deixa de ter uma dimensão exclusivamente nacional, associada à construção e à abolição do Estado moderno, e redimensiona-se internacionalmente num confronto de valores e propostas políticas. Ademais, o terrorismo contemporâneo introduziu outros redimensionamentos na prática do terror que não se manifestam apenas no seu espaço de ação, mas nos usos do corpo e dos instrumentos. (OLIVEIRA, 2010, p. 65)

O que Pape faz questão de frisar, e que é fundamental para desconstruir a imagem difundida sobre o terrorismo suicida e reproduzida no senso comum, diz respeito ao intuito de argumentar, inclusive estatisticamente, sobre a inverdade de um vínculo estreito e absoluto do terrorismo suicida com o universo islâmico, como explícito na passagem abaixo:

(...) aunque tengan relevancia los motivos religiosos y aunque los grupos islámicos reciban mayor cobertura em los médios informativos occidentales, el terrorismo suicida moderno no se circunscribe al fundamentalismo islâmico. (...) los tigres tamiles, que son explicitamente antirreligiosos, han cometido 76 de los 315 atentados

suicidas, más que ningún otro grupo; son responsables del impresionante atentado contra el World Trade Center de Colombo, cometido em 1997, y los asesinatos de dos jefes de estado, Rajiv Gandhi de India y Ranasinghe Premadasa de Sri Lanka. (PAPE, 2006, p. 30)<sup>27</sup>

E enfoca as características mais prováveis das causas do terrorismo suicida moderno e as razões do vínculo religioso em alguns casos:

Aunque el terrorismo suicida es casi siempre una respuesta ante la ocupación extranjera, sólo algunas ocupaciones suscitan tal reacción. El terrorismo suicida es más probable cuando la religión de la potencia ocupante no coincide con la del pueblo ocupado, por tres motivos. Um conflito que presenta uma diferencia religiosa intensifica el miedo a que el enemigo pretenda transformar la sociedad ocupada; facilita la demonización – y portanto la matanza – de los enemigos civiles; y propicia el uso de la propia religión para recalificar los suicidios que, em condiciones normales, estarían ligados al tabú del martírio. (...) Em resumen, el terrorismo suicida es, fundamentalmente, uma respuesta ante la ocupación extranjera. (PAPE, 2006, p. 38)<sup>28</sup>

Quanto às razões de diferentes grupos, que se utilizam do ato suicida para executar o terror, como ressaltado por Pape, em grande parte são semelhantes. Ou seja, funcionam como um mecanismo de coação, voltada essencialmente para um objetivo de mudança de atitude política de algum governo, uma vez que a disparidade de força, de efetivo militar é indescritível e a comoção gerada pelo suicídio é ampla, como enaltece na passagem que se segue:

---

<sup>27</sup> (...) embora os motivos religiosos tenham relevância e, apesar dos grupos islâmicos receberem maior cobertura da mídia ocidental, o terrorismo suicida moderno não se limita ao fundamentalismo islâmico. (...) os Tigres Tâmil, que são explicitamente antirreligiosos, cometeram 76 dos 315 atentados suicidas, mais do que nenhum outro grupo; São os responsáveis do atentado contra o World Trade Center de Colombo, cometido em 1997, e pelos assassinatos de dois chefes de estado, Rajiv Ghandi da Índia e Ranasinghe Premadasa de Sri Lanka.

<sup>28</sup> Embora o terrorismo suicida seja quase sempre uma resposta à ocupação estrangeira, apenas algumas ocupações provocam tal reação. O terrorismo suicida é mais provável quando a religião da potencia ocupante não coincide com a do povo ocupado por três motivos. Um conflito que apresenta uma diferença religiosa intensifica o medo de que o inimigo procura transformar a sociedade ocupada; facilita a demonização – e portanto a matança – dos inimigos civis; e propicia o uso da própria religião para requalificar os suicídios que, em condições normais, estariam ligados ao tabu do martírio. (...) em suma, o terrorismo suicida é, fundamentalmente, uma resposta à ocupação estrangeira.

Produce una influencia coercitiva, tanto por el pánico inmediato asociado a cada atentado como por el riesgo de castigo de inocentes en el futuro.

La voluntad de los militantes suicidas de morir en el atentado potencia los efectos coercitivos del castigo en tres sentidos. En primer lugar, los atentados suicidas suelen ser más destructivos que otro tipo de acto terrorista. Un terrorista que desea morir tiene más probabilidades de cumplir su misión y causar mayores daños al objetivo. Los terroristas suicidas pueden ocultar las armas en el cuerpo y hacer ajustes de última hora con más facilidad que los terroristas más comunes. También tienen mayor capacidad para infiltrarse en los objetivos provistos de una fuerte vigilancia, porque no requieren planes de huida ni equipos de rescate. Los atacantes suicidas también pueden utilizar ciertos métodos particularmente destructivos, como los <<chalecos suicidas>> y estrellar vehículos contra los objetivos. (...) En segundo lugar, los atentados suicidas son un modo muy convincente de enviar a la sociedad rival el mensaje de que es posible provocar mayor dolor en el futuro, porque el alto coste que conlleva el propio suicidio indica que no hay represalia capaz de disuadir a los atacantes. Las organizaciones que fomentan los atentados suicidas pueden también orquestar de forma deliberada las circunstancias que rodean la muerte de un terrorista suicida para incrementar aún más las expectativas de futuros atentados. Es lo que se denomina el <<arte del martirio>>. (PAPE, 2006, p. 45)<sup>29</sup>

Zolo, assim como Pape, discorre sobre o desenvolvimento do terrorismo no mundo árabe muçulmano, e sua compreensão sobre as razões do fenômeno se dá de forma a concordar com a visão de Pape, como exposto na passagem abaixo.

In reality, the terrorism that developed within the Arab-Islamic world – including suicide bombing – is a strategic response to the hegemony of the Western world. It constitutes a revolt against the overwhelming power of the latter's weapons of mass destruction and the extensive military control it exercises in the territories that have historically

---

<sup>29</sup> Produz uma influencia coercitiva, tanto pelo pânico imediato associada a cada atentado como pelo risco de castigar inocentes no futuro. A vontade dos militantes suicidas de morrer no atentado potencia os efeitos coercitivos do castigo em três sentidos. Em primeiro lugar, os atentados suicidas parecem ser mais destrutivos do que qualquer outro tipo de ato terrorista. Um terrorista que deseja morrer tem mais probabilidades de cumprir sua missão e causar maiores danos ao objetivo. Os terroristas suicidas podem ocultar as armas no corpo e fazer ajustes de última hora com mais facilidade do que os terroristas comuns. Também possuem maior capacidade para infiltração nos objetivos precavidos de uma forte vigilância, porque não requerem planos de voo nem equipe de resgate. Os atacantes suicidas também podem utilizar certos métodos particularmente destrutivos, como os <<jalecos suicidas>> e atirar veículos contra os objetivos. (...) Em segundo lugar, os atentados suicidas são um modo muito convincente de enviar à sociedade a mensagem de que é possível provocar maior dor no futuro, porque o alto custo que carrega o próprio suicídio indica que não existe represália capaz de dissuadir os atacantes. As organizações que fomentam os atentados suicidas podem também orquestrar de forma deliberada as circunstâncias que rodeiam a morte de um terrorista suicida para incrementar ainda mais as expectativas de futuros atentados. É o que se denomina <<arte do martírio>>.

been the cradle of Islam. (...) Robert Pape has argued that the decisive variable in the genesis of terrorism, and in particular of suicide terrorism, is not religious fundamentalism, nor indeed poverty or under-development. In the great majority of cases, it is an organized response to what is seen as a condition of military occupation of the terrorist's own countries. (ZOLO, 2009, p. 133)<sup>30</sup>

As razões de existência do terrorismo tornam-se inquestionáveis e incompreensíveis aos olhos do senso comum, uma vez que a violência promotora de pânico social arquiteta um cenário de alerta máximo e desespero generalizado, deixando com que vigore a noção de um tipo de recurso utilizado por pessoas sem perspectiva de futuro na vida, desempregados e desesperados, ou por grupos de esquerda ou, essencialmente, motivado por razões religiosas. Sendo estas razões, motivos também da exclusão social que existe atualmente sobre a figura do árabe muçulmano.

De certa forma, como presente no discurso de Basso, existem algumas razões, além da ideia fixa de serem terroristas, para essa exclusão xenofóbica dos árabes e muçulmanos, como por exemplo uma organização sistemática em território estrangeiro e a luta por direitos.

Pero a los ojos de los grandes poderes de Europa, la inmigración árabe e islámica tiene otras dos culpas terribles. La primera es la de estar más auto-organizada que las otras para reivindicar sus propios derechos y no solo como inmigrantes, también como trabajadores y ciudadanos. La de haber dado vida a una multiplicidad de estructuras asociativas, haber sido parte y ser hoy parte activa, a nivel de base, del movimiento sindical, haber protestado en los modos más apasionados para repudiar comportamientos intolerables de las policías de los diversos estados. La segunda culpa es la de haber de algún modo amplificado el eco en Europa de las luchas anti-coloniales, contra el viejo y el contra el nuevo colonialismo, que se han desarrollado en los propios países de origen. Es cierto que en los últimos años el centro de gravedad de la gente árabe e “islámica” inmigrante en Europa se ha ido desplazando progresivamente del movimiento obrero a estructuras declaradamente islámicas. Pero los trabajadores pertenecientes a estas nacionalidades se mantienen de todos modos, en Italia y otros lugares,

---

<sup>30</sup> Na realidade, o terrorismo que se desenvolveu dentro do mundo árabe-islâmico – incluindo os homens-bombas suicidas – é uma resposta estratégica à hegemonia do mundo ocidental. Constitui uma revolta contra o poder esmagador das armas de destruição em massa e o extenso controle militar que exerce nos territórios que historicamente foram o berço do Islã. (...) Robert Pape argumentou que a variável decisiva na gênese do terrorismo, em particular do terrorismo suicida, não é o fundamentalismo religioso, nem mesmo a pobreza e o subdesenvolvimento. Na grande maioria dos casos, é uma resposta organizada ao que é visto como uma condição de ocupação militar dos próprios países dos terroristas.

como los más activos y combativos en el plano sindical. Y las mismas mezquitas, más allá de la voluntad de sus imanes, terminan por ser, en ausencia de otros lugares de encuentro, los lugares de socialización y de resistencia a la discriminación y el racismo. (BASSO, PIETRO, 2016)

O “terrorismo de Estado”, como demonstrado na passagem abaixo, através de políticas proteladas por alguns Estados nacionais onde, como consequência paralela do combate ao terror como tem sido feito, se incentiva o racismo, a aversão ao “outro”, a hostilidade em lugar da hospitalidade.

Pero no hay dudas, en Europa las instituciones estatales han alimentado y están alimentando el miedo, el extrañamiento, la hostilidad hacia las poblaciones árabes e “islámicas”, estigmatizadas, señaladas como inferiores, demonizadas las 24 horas del día. Con algún resultado, evidentemente. La prueba es que han sido realmente pocas y no de gran tamaño, las manifestaciones callejeras contra las nuevas misiones de guerra lanzadas en estos dos meses en Francia, Italia, Gran Bretaña, Alemania, etc. (BASSO, P. 2016)

No caso brasileiro, no que diz respeito ao terrorismo, foi para votação sua lei antiterror emoldurada pelo Executivo, aprovada no Senado no final de dezembro de 2015 e agora em votação na Câmara dos Deputados. No início da articulação da lei, a mesma obteve uma série de problemas justamente na definição sobre “atos terroristas”, onde dava margem ao enquadramento de manifestações sociais de cunho político ou econômico por parte do povo como ato terrorista. Depois de refeito o texto da lei, é considerado “ato terrorista” no Brasil, segundo o jornal Folha de São Paulo:

A iniciativa define como crime de terrorismo atos que atentem contra pessoa, mediante violência ou grave ameaça, motivado por extremismo político, intolerância religiosa ou preconceito racial, étnico, de gênero ou xenóforo, com o objetivo de provocar pânico generalizado. (Governo apela por aprovação urgente de lei antiterrorismo, 2016)

Vale lembrar ainda que, no caso brasileiro, a pressão dos Estados e organizações internacionais de combate ao terror tem sido fundamental para que a Lei Antiterror seja aprovada o mais rápido possível devido aos Jogos Olímpicos de 2016. Caso não seja aprovada em breve, o Brasil corre o risco de sofrer sanções de tais agências e Estados. O que nos faz pensar também na forte possibilidade de a Lei Antiterror brasileira se enquadrar ou não no julgamento de tais organizações internacionais, fazendo valer a definição de “ato terrorista” que permite a continuidade da execução das políticas internacionais das grandes potências ocidentais.

Caso não aprove a medida, o governo federal está sujeito a sanções de órgãos internacionais como o Gafi (Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo), que exige que o Brasil adote leis com punições específicas para o financiamento do terrorismo. (Governo apela por aprovação urgente de lei antiterrorismo, 2016)

E em comparação com a definição do termo “terrorismo” entre as potências ocidentais e o Brasil, o trecho abaixo de Danilo Zolo nos permite entender melhor o quão perverso se é a lógica da construção do significado do conceito pelas forças políticas, econômicas, midiáticas e militares.

In the absence of a common, cogent definition, the internationalist doctrine that prevails in Western nations considers that an act of terrorism – and a terrorist organization – is characterized by the indiscriminate use of violence against a civil population with the aim of spreading panic and pressurizing a government or an international political authority. Ideological or political motivations are always seen to underlie terrorism, and this sets it apart from criminal acts motivated by private concerns, such as the pursuit of profit or personal revenge. (ZOLO, 2009, pg. 126)<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Na ausência de uma definição comum e convincente, a doutrina internacionalista que prevalece nas nações ocidentais consideram que um ato de terrorismo – e uma organização terrorista – é caracterizada pelo uso indiscriminado da violência contra uma população civil com o objetivo de espalhar pânico e pressionar um governo ou uma autoridade política internacional. Motivações ideológicas são sempre vistas como subjacentes ao terrorismo, o que a distingue dos atos criminosos motivados por interesses privados, como a busca do lucro ou a vingança pessoal.

De outra forma, fica vaga a definição, uma vez que se pontua de forma excludente a classificação sobre terrorismo. Permite-nos argumentar que tais definições atuais adotadas pela ampla maioria de países excluam ações impositivas colocadas em práticas pelos Estados e obscurece práticas desumanas como o estilo de vida concorrencial imposto pelo sistema capitalista atual, de concentração de renda absoluta, exclusão social, e esquecimento total de regiões ou mesmo ações positivas que não possuem potencial de lucratividade. Ante essa definição tanto quanto genérica sobre “terrorismo”, a rejeição foi ampla, e ainda o é, por uma razão simples que se faz evidente frente ao paradoxo de que muitos Estados promovem pânico generalizado através da própria guerra contra o terrorismo e, conseqüentemente, promove violência contra a população civil.

Se existe uma definição mais aceita é difícil dizer. Porém, alguns autores buscam uma definição mais próxima da real do termo, como Ken Booth e Tim Dunne (2002) no livro “*World in Collision: Terror and the Future of Global Order*”:

Terrorismo é um método de ação política que usa violência (ou deliberadamente produz medo) contra civis e infraestrutura civil como meio de influenciar comportamentos infligir um castigo ou vingança. Para os perpetradores, o ponto é fazer com que o grupo-alvo tenha medo do hoje, medo do amanhã e medo do outro. Terrorismo é um ato, não uma ideologia. Os seus instrumentos são o homicídio, o assassinato em massa, o sequestro, o bombardeio, o rapto e a intimidação. Tais atos podem ser cometidos tanto por Estados, como por grupos privados. (OLIVEIRA, 2010, p. 66)

Enxergo o terrorismo, como já mencionado, como uma etapa de um processo que permite a ampliação da globalização – ideologia ocidental – e, paralelamente, um pilar de sustentação da mesma que contém contradições em suas estruturas. Faz-se do terror um fenômeno midiático e um objeto de consumo. É absorvido pela indústria cultural que se apresenta de forma satírica, dramática, humorística ou romântica, no cinema, com imagens que nos remetem uma mensagem de caráter universal: todo muçulmano é uma ameaça, e a salvação provém do ocidente, em larga medida, dos Estados Unidos. Nas propagandas, noticiários, nas charges jornalísticas e nos textos e manchetes que circulam, em sua maioria, fica implícita uma mensagem de caráter obscuro que reproduz o senso comum, o formula e alimenta. Torna-se um produto de

várias maneiras, tanto na forma de entretenimento, como no reflexo do aumento das vendas na indústria de segurança. Na passagem abaixo, Chomsky nos deixa mais claro como o terrorismo acaba sendo absorvido pela lógica capitalista e mostra um pouco de suas contradições estruturais.

Os atentados terroristas, por sua atrocidade, são um presente para aos mais inflexíveis e repressores elementos de todas as facções e, com certeza, serão explorados – de fato, já foram – para acelerar o cronograma de militarização, arregimentação e reversão dos programas sociais democráticos, além de favorecer a transferência de riqueza para segmentos restritos e solapar a democracia em todas as suas formas relevantes. (CHOMSKY, 2002, p. 22)

Invasão à Casa Branca, Guerra ao Terror, A Hora Mais Escura, Eye in the Sky, London Has Fallen, Lone Survivor (“O grande herói”), The Dying of the Light, Shadow Dancer, The Veteran, Green Zone, Rendition, World Trade Center, United 93, são alguns poucos filmes relacionados ao tema do terrorismo que nos permite associar com as críticas aqui apontadas. Primeiro a associação ao árabe-muçulmano, quando não pela aparência, pelo nome característico. Em segundo lugar pela posição de vilão, e o herói salvador rotulado através do americano. Os objetivos dos considerados terroristas nos filmes que envolvem a destruição da Casa Branca, a morte de algum líder político visto como herói, as sucessivas tentativas de promoverem destruições – em maioria nas descrições aqui já apontadas – estratosféricas sem aparente motivo, a não ser pelo viés religioso que é ressaltado na maioria dos filmes que aborda o terrorismo e acaba por envolver de maneira direta a religião com o terror. Por último resalto o papel pacificador do ocidente, fundamentalmente Estados Unidos, que vemos na maioria dos filmes ou séries que retratam o terrorismo, em missões chamadas de heroicas contra grupos terroristas famosos ou na perseguição de terroristas famosos aonde Osama Bin Laden rendeu alguns títulos e bilheterias.

Nos nossos dias a guerra é feita e comunicada através de todos os meios audiovisuais, na língua inglesa norte-americana popular, expressa até a vulgaridade, explícita ao exprimir *l'animus belligerandi* e ao indicar contra quem se deve lutar. As séries de televisão de maior sucesso, exportadas para todo o mundo, são aquelas militares, policiaescas e de

polícia militar. Todas as nações, em seguida, produzem as próprias séries a imagem e semelhança daquela americana, amplificando assim a mensagem e adaptando-a à necessidade da comunicação local (...) Todas as séries de televisão estão adaptadas à ideia de inimigo - criminoso, terrorista ou espião - tal qual indicado pela produção americana. A mensagem da comunicação norte-americana é clara: as forças armadas e da ordem estão na primeira linha da guerra contra os adversários e os criminosos, que sempre são coincidentes. Todo evento tratado pela crônica, pelas formas de fantasias ou pelas obsessões é dramatizado com a finalidade de endereçar a opinião pública em direção de adversários sempre maus, onipresentes. Ninguém deve se sentir seguro, nem mesmo na própria casa, nos campos ou nos quarteirões superlotados das metrópoles: o inimigo está à espreita e é um criminoso. A força pública é o baluarte da segurança e da justiça.

E agora, após as séries infinitas sobre os nazistas e os japoneses que contrastavam pelas ações valorosas dos fuzileiros e soldados, aparecem aquelas sobre a Coreia e, posteriormente, sobre o Vietnam, sobre a URSS e a KGB, sobre a máfia italiana, sobre a droga sul-americana, sobre a imigração clandestina mexicana, para alcançar aqueles que são considerados os inimigos de hoje: os árabes, os terroristas islâmicos, a máfia russa, os norte-coreanos, os iranianos, os chineses e os piratas.

Com a invenção e a evolução da ameaça foi modificada também a sua representação. A necessidade de criar e de continuar a manter o medo impõe a aproximação daquilo que parece estar afastado e de torná-lo atual, mesmo que improvável. A guerra na televisão se movimenta dentro de casa, o inimigo pode ser o vizinho. Dito de outro modo, ele o é, sobretudo, se for diverso. (MINI, 2013, p. 5 e 46)

A ampla rejeição da definição mais consensual sobre o terrorismo como analisada por Zolo, imposta pelas potências ocidentais, se dá fundamentalmente pela razão de que é contraditória e excludente nas próprias atitudes de seus formuladores, impedindo a compreensão sobre os processos de surgimento do terrorismo ao desconsiderá-lo também como uma atitude de resposta no caso de grande ocorrido no mundo árabe-muçulmano como Zolo demonstra na passagem abaixo.

Many commentators, and not only in the sphere of Islam, reject it primarily because it fails to take into account the condition of

populations who have suffered military defeat and are oppressed by violent occupation, such as the Palestinians. (ZOLO, 2009, pg. 127)<sup>32</sup>

Exclusão essa que tem como resultado também deste processo, a instauração do medo do “outro” e da seleção cada vez mais específica dos que fazem parte deste mundo global ou não, e do individualismo exacerbado, do indivíduo empreendedor. Ficou evidente que as transformações no campo da tecnologia passaram a serem tantas, e tão frequentes, que a tradição tornou-se agora a mudança constante. Logo, para uma melhor compreensão do cenário atual, é necessário entender alguns processos que são resultados das mudanças tanto ideológicas quanto práticas, tanto concretas quanto abstratas, tanto materiais quanto imateriais, são, substancialmente, mudanças na cultura humana, na antropologia humana e nas relações sociais. Mudanças que se desenrolam num mundo onde o discurso era de promoção da paz mundial, da liberdade, do fim da miséria e da fome, mas, nos dias de hoje, a guerra já dura mais que nos anos anteriores, os mortos ultrapassam a casa dos milhões, a concentração de riqueza alcança níveis surpreendentes, onde, segundo o francês Thomas Piketty em seu livro “O Capital no século XXI”, 50% da produção de riqueza do mundo se concentram nas mãos de 1% da população mundial, e todos os acessórios do cotidiano nos levam à elevação do indivíduo frente ao coletivo, uma vez que vivemos um cotidiano que se desdobra sobre a competitividade.

O que aqui deve ficar claro é como se é redefinido o conceito de “estranho”. Todo “estranho” passa a ser visto como um inimigo, logo, como uma ameaça. E o “estranho” é, também, aquele que não adere à cultura globalizada.

In August 1990, in a speech delivered in Colorado, US president George H. W. Bush outlined a project of world pacification styled the “new world order”. The thrust was that, having won the last world war – the Cold War – the United States had a duty to oversee the future development of international order and set out the principles and rules that were to govern it. (ZOLO, 2009, P. 45)<sup>33</sup>

---

<sup>32</sup> Muitos comentaristas, e não apenas na esfera do Islã, a rejeitam principalmente porque não leva em conta a condição de populações que sofreram derrota militar e são oprimidas por ocupação violenta, como os palestinos.

<sup>33</sup> Em agosto de 1990, em um discurso no Colorado, o presidente dos Estados Unidos George H. W. Bush delineou um projeto de pacificação mundial denominado “nova ordem mundial”. O impulso era que,

O problema nas definições e redefinições de significados conceituais é fundamental para compreender toda a estratégia das potências ocidentais em seu processo de expansão da economia de capital volátil, do processo de mundialização do capital, pois tais processos de redefinições permite encobrir dados de suma importância para melhor entendimento sobre o cenário atual e que promete se desdobrar dia após dia. Como no caso do número de mortos, uma vez que a computação de dados deve ser considerada desde a Guerra do Golfo de 1991, no caso da invasão ao Iraque e 1992 no caso da ajuda clandestina – militar, logística e financeira – por parte dos EUA ao Talibã. O que mais chama a atenção é, fundamentalmente, o número de civis mortos, mesmo levando em consideração de que os números divulgados pelas organizações mundiais podem ser inferiores a realidade.

Significa que só no Iraque, a guerra dos EUA de 1991 a 2003 matou 1,9 milhões de iraquianos; depois, de 2003 em diante, cerca de 1 milhão, o que totaliza pouco menos de 3 milhões de iraquianos mortos ao longo de duas décadas. (...) Em seu livro ***Body Count: Global Avoidable Mortality Since 1950*** [Contando cadáveres: a inegável mortalidade global desde 1950] (2007), o professor Gideon Polyá aplicou a mesma metodologia usada pelo *Guardian* aos dados anuais da ONU, de mortalidade por populações, para gerar explicação plausível para o número excessivo de mortos. Bioquímico aposentado da La Trobe University em Melbourne, Polyá concluiu que o total de mortes evitáveis de afegãos desde 2001, sob as privações impostas pela guerra e pela ocupação em curso, alcançava 3 milhões de pessoas, 900 mil das quais crianças com menos de cinco anos. (Mortos pela guerra ao terror podem chegar a 2 milhões, 2016)

O final da guerra-fria não apenas produziu a construção política da hegemonia absoluta norte-americana e da vontade de universalização dos valores, princípios e interesses da única superpotência, vencedora das três grandes guerras que marcaram o século XX, como também permitiu a edificação da gigantesca infraestrutura da globalização através de planejamento, essencialmente, militar. Como ficava evidente nos documentos: “National Security Strategy of United States” e “Defense Planning Guidance”. A ressignificação do sentido da história tem como principais vetores a

---

vencida a última guerra mundial – a Guerra Fria – os Estados Unidos tinham o dever de supervisionar o desenvolvimento futuro da ordem internacional e definir os princípios e regras que deveriam governá-la.

economia de mercado e o seu universalismo. A imposição dos valores da economia de mercado implantados seja pelas imposições dos organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Tribunais Internacionais, entre outros, e por governos ocidentais, através dos planos econômicos de ajuda financeira, modificaram o sentido da vida pessoal e coletiva em diversas culturas e sociedades a ponto de promover uma das mais brutais fases da economia moderna, que atinge um número sem fim de pessoas, em raios de distâncias globais e de forma praticamente imediata e duradoura (SASSEN, 2014).

E tem sua opinião reforçada por Danilo Zolo:

The collapse of the Soviet empire and the end of the Cold War were seen as ushering in a new era in which the danger of a large-scale nuclear war has diminished. Thus the United States had within its grasp the “extraordinary possibility” of building a just, pacific international system based on the values of liberty, the rule of law, democracy and the market economy. (ZOLO, 2009. Pg. 46)<sup>34</sup>

A globalização se desdobra, como já citado, a partir de um conjunto de ações políticas – também pelas organizações mundiais como a ONU, OMC – com execuções militares, para fins econômicos – através das grandes instituições internacionais – e que se tornam permissivos pela construção midiática. Como bem ilustrados nas palavras de Otavio Ianni, onde compreendemos que se trata de um processo conjuntural de ações orientadas com fins específicos que estão distantes da democracia e da liberdade, uma vez que, ao tratar da economia de mercado, os países ficam, de certa forma, submissos à moeda internacional.

Em segundo, colocam-se as poderosas instituições ligadas ao sistema monetário mundial, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Têm sido capazes de induzir, bloquear ou reorientar políticas econômicas nacionais. Dispõem de legitimidade, recursos e capacidade para agir em todos os países membros,

---

<sup>34</sup> O colapso do império Soviético e o fim da Guerra Fria foram vistos como inauguradores de uma nova era em que o perigo de uma guerra nuclear em larga escala diminuiu. Assim, os Estados Unidos tinham ao seu alcance a “possibilidade extraordinária” de construir um sistema internacional justo e pacífico baseado nos valores da liberdade do Estado de direito, da democracia e da economia de mercado.

localizados em todos os continentes. Sendo que, com a crise dos regimes socialistas do Leste Europeu e da União Soviética, quando se iniciar a transição da economia centralmente planejada para a economia de mercado, vários desses países estarão também ingressando no FMI, como membros efetivos; e portanto dispostos a atender às suas diretrizes. A rigor, o sistema monetário internacional funda-se na hipótese da moeda internacional. Isto é, todos os países membros, com as suas respectivas moedas, ajustam-se às diretrizes canonizadas na moeda que expressa o capital em geral. (...) As relações monetárias internacionais são regidas não apenas por essas normas do Fundo, mas também por acordos e consultas entre as nações através de instituições internacionais: o Acordo geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o Banco para Liquidações Internacionais (BIS) e outras organizações regionais, bem como a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento. (UNCTAD). (IANNI, 1992, pg. 130-131)

O novo modo de produção capitalista, baseado nas políticas de desregulamentação, desnacionalização, deslocamento das indústrias, descentralização da produção, fluxos de capitais, flexibilidade e precarização do trabalho, produziu a formação do espaço da globalização econômica e política baseado nas sucessivas privatizações das funções econômicas e sociais do Estado nacional, bem como na mudança nas Constituições nacionais que permitiram a livre circulação dos fluxos de capitais. Levado a cabo pelas potências ocidentais que gerenciam o processo também através das organizações internacionais como citadas acima, criou a noção cosmopolita que se estenda desde a figura do cidadão-indivíduo ao universo dos Direitos Humanos.

Engendrou-se um sistema de infraestrutura técnica e de uma superestrutura baseada na externalização do subjetivo em objetivo, arquitetado sobre a figura do indivíduo empreendedor, do mercado autorregulado, da ideia de crescimento da produção como virtuosidade individual e sinônimo de eficiência, além de promover uma liberdade de ações sem limite que se autolegitima pela posição de status do indivíduo no meio competitivo do mercado que se manifesta na sociedade como um todo para além da esfera econômica, mas na esfera pública. Um cenário que se mostra mais do que evidente ao analisarmos a crescente perda de função dos sindicatos, e de adeptos dos mesmos, a infinita menor participação do universo político por todas as idades, fundamentalmente jovens, e a ausência de crédito a qualquer instituição como manifestado nos mais diversos movimentos sociais (CASTELLS, 2016). A desestruturação dos partidos políticos, tendo como consequência a perda de força de partidos nacionais antes fortemente consolidados, a construção de uma visão onde

vigoram os direitos do indivíduo que tem como ponto de vista o sucesso social através do êxito individual pautado em seu poder de compra, tendo a utopia e a ideologia como valores vazios de sentido, desnecessários. É um processo estrutural onde o capitalismo deixa sua condição de modo de produção para se alçar o patamar de um processo civilizatório onde a força de trabalho cresce cada vez mais como mercadoria, e a mercantilização da vida social se desdobra diariamente, promovendo a organização de um mundo que se torna um grande mercado onde, por exemplo, fazer política, torna-se um sinônimo de gestão empresarial.

A flexibilização do capital permite o rompimento do acordo com os trabalhadores no plano objetivo esvaziando de sentido as conquistas de direitos, essencialmente do universo do trabalho, fundamentados na era fecunda da democracia moderna (1945-1975), tendo também como consequência a perda da importância social do trabalho e o não reconhecimento da importância política da classe trabalhadora, pois nos cenários de crise econômica se desestabiliza por completo a garantia do pleno emprego, ajuste salarial, seguros sociais, enfim, permite a existência de condições inumanas de trabalho e de vida. Países, estados e cidades são avaliadas da mesma forma que empresas o são e, conseqüentemente, geridas de mesmo modo. Permite-se a avaliação da vida cotidiana pelos valores do mercado. O contrato social se refaz de forma a promover sempre os juízos de valor do universo mercadológico onde as mudanças se dão de forma constante para atender as demandas das grandes corporações que monopolizam a economia e o fazem estimulando a competição entre os seres humanos, ou seja, normatizando a lógica do inimigo – o competidor adversário – ao mesmo tempo em que saúdam a meritocracia crendo na ilusão de que o sucesso é individual, automaticamente excluindo a importância social do trabalho. Enquanto na visão grega clássica, ser, ser humano, dependia da condição de poder escolher, no atual patamar do processo civilizatório, ser, ser humano, depende de escolhas vinculadas ao mercado que julga os que importam para fazer parte dele e os que podem ser excluídos e extintos.

Mas é na figura do empreendedor e no desenvolvimento, ao mesmo tempo recente e rápido dos modos de ação empreendedores, que o heroísmo encontra sua forma dominante. O empreendedor foi erigido como um modelo de vida heroica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando a tomada de riscos numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição. (EHRENBERG, 2010. Pg. 13)

Em paralelo, um sistema econômico que por si só promove a exclusão de grupos que se manifestam contra as imposições do processo de globalização, como fica evidente em todo o processo de crise migratória que se desenrola há décadas devido, também, a necessidade de utilizar-se deste processo para o desenvolvimento das políticas das grandes potências, como esclarecido nas palavras de Basso:

Vemos lo que ha sucedido sobre todo en Francia después de los ataques jihadistas de noviembre. “Francia está en guerra” ha proclamado Hollande, pretendiendo que han sido los jihadistas y por lo tanto los “islámicos”, el mundo islámico, los que declararon la guerra. Pero Francia está en guerra con el mundo árabe-islámico, para ser preciso, ha declarado la guerra al mundo árabe al menos desde el 14 de junio de 1830, día en el que 37000 soldados franceses desembarcaron en Argelia bajo las órdenes del rey Carlos X para someterla. Y se podría ir mucho más atrás, a los inicios de la colonización francesa y europea del Golfo Pérsico (en el 1500). No obstante esta evidencia histórica irrefutable, el racismo de estado francés y europeo ha aprovechado las muertes causadas por los atentados de París para legitimar otra terrible avazanda de guerra en Siria, Irak, en todo el Medio Oriente y para imponer sobre esta región su propio talón de hierro. “Debemos responder a la guerra que nos han declarado los bastardos islámicos”, así se ha espresado un diario de la derecha italiana. Con otras palabras, el mensaje difundido desde la televisión y los diarios en Europa es el mismo, con un verdadero avance en el tono militarista y belicista de la propaganda anti-islámica de estado. Pero, atención: la proclamación de esta enésima guerra colonial francesa y europea contra la gente árabe e “islámica” de Medio Oriente ha servido al mismo tiempo para proclamar el “estado de emergencia” útil para reprimir los conflictos también aquí en Europa, empezando por la propia Francia. (BASSO, PIETRO., 2016)<sup>35</sup>

---

<sup>35</sup> Vemos o que tem se sucedido, particularmente na França, depois dos ataques jihadistas de novembro. “França está em guerra” proclamou Hollande, pretendendo ter sido os jihadistas e, portanto, os “islâmicos”, o mundo islâmico, os que declararam a guerra. Mas a França está em guerra com o mundo árabe-islâmico, para ser preciso, tem declarado a guerra ao mundo árabe pelo menos desde 14 de junho de 1830, dia em que 37000 soldados franceses desembarcaram na Argélia sob as ordens do rei Carlos X para dominá-la. E poderíamos ir muito mais longe, nos inícios da colonização francesa e europeia do Golfo Pérsico (em 1500). Não obstante, esta evidência histórica irrefutável, o racismo de estado francês e europeia aproveitou as mortes causadas pelos atentados de Paris para legitimar outra terrível investida de guerra em Síria, Iraque, em todo o Oriente Médio e para impor sobre esta região seu próprio calcanhar de ferro. “Devemos responder á guerra que nos declararam os bastardos islâmicos”, assim tem se divulgado um jornal da direita italiana. Em outras palavras, a mensagem difundida desde a televisão e os jornais da Europa é a mesma, com um verdadeiro avanço no tom militarista e belicista da propaganda antiislâmica de estado. Mas cuidado: a proclamação desta enésima guerra colonial francesa e europeia contra a gente árabe e “islâmica” do Oriente Médio tem servido ao mesmo tempo para proclamar o “estado de emergência” útil para reprimir os conflitos também aqui na Europa, começando pela própria França.

A hospitalidade transformada em hostilidade parte, fundamentalmente, do Estado para a sociedade, e não em contrário. O racismo de Estado incentiva o racismo presente na sociedade, alarga-o, lhe dá voz e poder de atuação. E muito deste fato fica claro na crise migratória. “(...) por no hablar de ciudades (Padua, por ejemplo) que han cerrado los servicios útiles a los inmigrantes o los hospitales (también en Lombardía) que se niegan a curar a los inmigrantes y las inmigrantes sin documentos.”<sup>36</sup> (BASSO). Os estados nacionais ocidentais, basicamente, se utilizam da crise em seu favor do ponto de vista econômico, sem deixar claro que também a própria crise foi por eles promovida. Esquematizam um processo de *seleção* do migrante onde o selecionado comporta qualidades úteis aos Estados ditos hospitaleiros, como na Alemanha onde a seleção de mão de obra mais qualificada, ocorreu e, além de qualificada, na atual situação do migrante, barata e temporária. Ou seja, uma seleção comandada pelos valores mercadológicos e não pelos princípios básicos do ser humano.

A estos países, entre ellos Italia, se exige abrir los “hotspot” (puntos calientes, centros de selección de los solicitantes de asilo NDT) en los cuales realizar una primera identificación y discriminación “a ojo” (textual) de los solicitantes de asilo. (Entrevista com Pietro Basso, 2016)

E o mais impressionante é que o processo de seleção se concretiza ainda após os indivíduos selecionados onde, na visão de Basso:

La ofensiva estatal, gubernamental, patronal, mediática contra ellas apunta a aislarlas, crear divisiones en su interior, debilitarlas, quitarle los pocos derechos conquistados, encerrarlos en ghettos hipervigilados, para hacer de ellos un ejército de reserva dentro del proletariado inmigrado. (Si triunfa la islamofobia los costos los pagaran todos los inmigrantes y los trabajadores europeos, 2016)<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> (...) para não falar de cidades (Padua, por exemplo) que fechou tem fechado os serviços uteis aos imigrantes, ou os hospitais (também em Lombardía) que se negam a curar os imigrantes e as imigrantes sem documentos.

<sup>37</sup> A ofensiva estatal, governamental, patronal, midiática contra elas, destinadas a isolá-las, criar divisões em seu interior, debilita-las, remover os poucos direitos conquistados, trancá-los em guetos hipervigilados, para fazer deles um exercito de reserva dentro do proletariado que imigrou.

O que não se divulga é que na Itália, um destes “hotspot” foi construído em Pozzallo, na Sicília e, alguns meses antes, médicos do grupo Médico sem Fronteira, abandonou o local devido à infestação de baratas e sarna. Além deste, passa despercebido algumas rotulações concedidas ao migrante, como, por exemplo, a separação entre “refugiados”, “pedidos de asilo” de “imigrantes econômicos”. (BASSO, 2016). Cria-se um cenário favorável à exclusão de grupos, que se manifesta através de um sectarismo vigente na sociedade e que está envolto em um discurso hospitaleiro humanitário.

El cuadro institucional europeo de conjunto está signado hoy por una mezcla venenosa de políticas de ajuste, autoritarismo, militarismo e islamofobia: han abierto el camino a este resultado la ideología y las políticas de los últimos treinta o cuarenta años de neoliberalismo y el hundimiento del viejo movimiento obrero. Pero adjudicar todo esto a los atentados jihadistas de París sería absurdo. La primera fuente, el primer combustible y animador de esta evolución de la política de estado en Europa es las más grande crisis del capitalismo desde los años '30, una crisis irresuelta, que repercute con particular dureza sobre los capitalisms europeos. (Si triunfa la islamofobia los costos los pagaran todos los inmigrantes y los trabajadores europeos, 2016)<sup>38</sup>

Na Inglaterra, por sua vez, as atitudes de David Cameron também deixaram evidente o racismo de Estado, corroborando para uma condenação à figura do migrante árabe e muçulmano, mas à figura do imigrante no geral:

A su vez, Cameron ha propuesto en el Reino Unido prohibir el acceso a los beneficios sociales a todos los inmigrantes, sean “comunitarios” o extra-comunitarios, por los primeros cuatro años de su permanencia en el país, lo que demuestra nuevamente que el blanco del ataque no son solamente los inmigrantes árabes o “islámicos”: es el entero

---

<sup>38</sup> O quadro institucional europeu está marcado hoje por uma mistura venenosa de políticas de ajuste, autoritarismo, militarismo e islamofobia: tem aberto este caminho para este resultado a ideologia e as políticas dos últimos trinta ou quarenta anos de neoliberalismo e o colapso do velho movimento operário. Mas corresponder tudo isto aos atentados jihadistas de Paris seria um absurdo. A primeira fonte, o primeiro combustível e animador desta evolução da política de estado na Europa é a maior crise do capitalismo desde os anos 30, uma crise não resolvida, que repercute com dificuldade sobre os capitalisms europeus.

proletariado inmigrado. (Si triunfa la islamofobia los costos los pagaran todos los inmigrantes y los trabajadores europeos, 2016)<sup>39</sup>

Nesse caso, o que reforça também o pensamento de David Cameron, e de grande parte dos líderes políticos ocidentais, é a visão de que um grupo terrorista como o Estado Islâmico é formado por uma vasta gama de nacionalidades que se restringem à cultura muçulmana. Mas, como reforçado por Basso, as lideranças fingem esquecer que boa parte da composição deste novo grupo terrorista sai de suas próprias terras como França e Inglaterra. Logo, do ponto de vista do discurso político, justifica a exclusão de forma geral sendo, o foco, a cultura islâmica.

Apesar de soar irreal, tal como o processo de exclusão atual se desdobra, o faz nas mesmas diretrizes do passado. Envolto num discurso universalista de direitos humanos e de promoção de um cenário propício ao desenvolvimento do ser onde cultua-se uma cultura como superior promovido por um discurso político, dirigido por ações econômicas, estabelece-se um cenário que mostra que muitos problemas passados ainda permanecem irresolutos. Compartilho aqui, nesse sentido, a questão de Seyla Benhabib sobre as consequências dos processos de ocidentalização do mundo como, no caso, da democracia representativa:

These processes of democratic iterations are not always successful: in many cases, they result in exclusions and marginalizations rather than in the expansion of the public sphere through the entry of new public actors and the emergence of new vocabularies of claim-making. Here we face some real challenges to contemporary cosmopolitanism. Yet haven't we heard before such concerns about preserving an authentic or "core" Europe the is/ought to be supposedly white, enlightened, and predominantly Christian? Are we not facing another "Dialectic of Enlightenment", not vis-à-vis Judaism this time, but with regards to Islam? Is not this discourse of inclusion and exclusion about Islam, which is manifesting itself in the European – and now increasingly the North America – public sphere, repeating some well-know tropes of a

---

<sup>39</sup> Por sua vez, Cameron propôs no Reino Unido, proibir o acesso de todos os imigrantes aos benefícios sociais, sejam "comunitários" ou extracomunitários, pelos primeiros quatro anos de sua permanência no país, o que demonstra novamente que o alvo do ataque não são apenas os imigrantes árabes ou "islâmicos": é todo o imigrante proletariado

dogmatic Enlightenment that could only tolerate otherness by forcing it to become like itself? (BENHABIB, 2011, p. 17)<sup>40</sup>

No espaço nacional e no espaço global, a economia desregulada e de livre comércio gerou, simultaneamente, uma gigantesca distribuição da riqueza e, em contrapartida, manteve seu nível de concentração de renda, bem como promoveu uma difusão mundial da insegurança e do medo. Transformou grandes áreas do mundo em zonas extremas para novos e acentuados modos de extração de lucros e aumento do poder para as forças de mercado. É no interior do novo mundo que se formou nas últimas décadas do século XX, e que se desenvolve mesmo em meio de crises econômicas e guerras, que o fenômeno do terrorismo internacional está inserido. Na síntese de Danilo Zolo (2011), podemos observar tal equação: “A economia de mercado triunfa nas mãos dos ricos, dos potentes e dos opressores e, ao mesmo tempo, alimenta a tragédia de milhões de pobres, frágeis, oprimidos, de verdadeiros e próprios escravos”.

O que permite ao processo histórico, neste caso excludente, se repetir, é também o fato de que a concretização dos direitos humanos está vinculada à emancipação econômica, como compartilhada por Seyla Benhabib na opinião de Ernest Bloch:

Granted that human dignity (which is the fundamental intention of all natural right theories) is not at all possible without economic emancipation, economic emancipation, however, cannot take place without human rights being realized in it either...No real establishment of human rights without an end to exploitation, but neither a true end to economic exploitation

---

<sup>40</sup> Esses processos de interação democrática nem sempre são bem sucedidos: em muitos casos, eles resultam em exclusões e marginalizações ao invés da expansão da esfera pública através da entrada de novos atores públicos e do surgimento de novos vocabulários de reivindicação. Aqui enfrentamos alguns desafios reais do cosmopolitismo contemporâneo. No entanto, não temos ouvido antes de tais preocupações sobre a preservação de uma autêntica ou “nuclear” Europa, o deve/deve ser supostamente branca, iluminada e predominantemente cristã? Não estaríamos diante de outra “Dialética do Esclarecimento”, não vis à vis do Judaísmo desta vez, mas no que diz respeito ao Islã? Não é, este discurso de inclusão e exclusão sobre o Islã, que se manifesta na esfera pública europeia – e agora cada vez mais a América do Norte – repetindo alguns tropos conhecedores de um iluminismo dogmático que só podia tolerar a alteridade ao força-la a tornar-se como ela mesma.

without the establishment of human rights. (BENHABIB, 2011, p. 18-19)<sup>41</sup>

É possível dizer que a globalização econômica e política construída pelas principais potências ocidentais gerou um sistema de poder global, que avança e se reproduz por diversos meios, entre eles: 1) a ação dos organismos internacionais na imposição de novos valores, princípios e regras econômicas e políticas que alteraram as constituições escritas na segunda metade do século XX; 2) a ação militar sob a bandeira da ONU e da OTAN, nas “*intervenções humanitárias*”, também chamadas de “*guerras humanitárias*”, ocorridas em diversos países desde o início do século XX; a ação militar bélica de guerra ao terror, desenvolvida sob a bandeira da ONU e, sobretudo, de modo unilateral na administração Bush; 3) a ação midiática das agências de informação que reproduziam os valores, as regras e os princípios econômicos e políticos do poder global.

Nestes poucos itens podemos delinear críticas paradoxais que nos permitem compreender qual a verdadeira razão das organizações mundiais. Primeiramente devemos nos ater para a compreensão de que o papel da OTAN deixou de ser meramente restrito ao Atlântico Norte para ser de atuação global. (ZOLO, 2009).

(...) the strategy of global security requires the major powers, seen as responsible for world order, to regard the old principle, sanctioned at Westphalia, of non-interference in the domestic jurisdiction of nation-states as having been superseded. They are called on to exercise and legitimize their right and duty to undertake ‘humanitarian intervention’ whenever force is required to solve crises within individual nations, and particularly to prevent or put an end to serious violations of human rights. (...) Nonetheless, it was in the 1990s that the perspective of humanitarian intervention became the key element in the strategy of the ‘new world order’, making ever stronger claims to ethical and juridical legitimacy. At the same time, there was a growing tendency in the West to refer to ‘international humanitarian law’ rather than the ‘international law of war’. (ZOLO, 2009, p.48)<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Garantido que a dignidade humana (que é a intenção fundamental de todas as teorias do direito natural) não é de todo possível sem a emancipação econômica, a emancipação econômica, no entanto, não pode ocorrer sem que os direitos humanos se concretizem também... Não existe um verdadeiro estabelecimento dos direitos humanos sem um fim à exploração, mas nem um verdadeiro fim à exploração econômica sem o estabelecimento dos direitos humanos.

<sup>42</sup> A estratégia de segurança global exige que as grandes potências vistas como responsáveis pela ordem mundial, considerem o velho princípio, sancionado em Vestefália, de não interferência na jurisdição doméstica dos Estados Nação como tem sido superado. Eles são chamados a exercer e legitimar seu

Em contrapartida, a ONU firma-se como um instrumento que legitima as potências ocidentais, através da alegação da defesa dos direitos humanos, a atingirem resultados que satisfaçam interesses políticos e econômicos particulares. Não se pode passar despercebido que uma agência internacional, dotada de um discurso promotor da paz mundial, do zelo absoluto pelos direitos humanos, que preza pela democracia tenha, em sua estrutura, uma ausência de democracia e, em suas atitudes, um desrespeito aos direitos humanos em nome dos próprios direitos humanos. Sua estrutura hierárquica tem como referencia primordial os países membros do Conselho de Segurança (Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e China) onde, apenas estes, dentre todos os demais países membros, detém o poder de veto sobre as decisões que são tomadas a nível mundial, porém, os detentores de poder da tomada de decisões não são escolhidos a nível mundial, mas indicado pelos países fundadores.

It is the will of the governments of the member-states – not a world public opinion guided by a universal ethic – that gives legitimacy to the United Nations decisions. (...) it is also characterized by the extreme particularism of the discrimination between permanent and non-permanent members of the Security Council. (...) Following the end of the Cold War and the defeat of the Communist bloc, the US superpower continues to exercise the privilege of its veto in the Security Council, but no longer recognizes the veto of the others powers. (ZOLO, 2009, pg. 58-59)<sup>43</sup>

Em primeiro lugar, mas não necessariamente mais ativa e efetiva, coloca-se a Organização das Nações Unidas (ONU), com as suas diversas ramificações de cunho político, econômico social e cultural. Continua a ser muito mais uma promessa de governo mundial. Não dispõe ainda das condições jurídico-políticas, institucionais e materiais para impor-se como tal. Continua atravessada pelas injunções dos países mais fortes, que possuem capacidade de veto

---

direito e dever de realizar “intervenção humanitária” sempre que for necessária a força para resolver as crises dentro das nações, particularmente para prevenir ou por fim a graves violações dos direitos humanos. (...) no entanto, foi na década de 1990 que a perspectiva da intervenção humanitária tornou-se o elemento chave da estratégia da “nova ordem mundial”, fazendo reivindicações cada vez mais fortes de legitimidade ética e jurídica. Ao mesmo tempo, havia uma tendência crescente no Ocidente de se referir ao “direito internacional humanitário” e não ao “direito internacional da guerra”.

<sup>43</sup> É a vontade dos governos dos Estados-membros – não uma opinião pública mundial guiada por uma ética universal – que dá legitimidade às decisões das Nações Unidas. (...) caracteriza-se também pelo extremo particularismo da discriminação entre membros permanentes e não permanentes no Conselho de Segurança. (...) Depois do fim da Guerra Fria e da derrota do bloco comunista, a superpotência americana continua a exercer o privilégio do seu veto no Conselho de Segurança, mas já não reconhece o veto das outras potências.

bem como de blocos e alianças permanentes e ocasionais. Com frequência, a ONU tem sido levada a respaldar e legitimar posições e atuações de países dominantes. Tanto na Guerra da Coreia como na do Golfo foi evidente o predomínio da interpretação dos governantes dos Estados Unidos nas decisões que ela adotou. A rigor, legitimam-se decisões que são postas em prática pelos governos de países mais fortes, muitas vezes decisões inspiradas nas definições desses países e sempre com base em sua maquinaria militar. Destinam-se a preservar zonas de influência, sistemas geopolíticos, nos quais as nações dependentes ou associadas são levadas a adotar diretrizes alheias, acomodar-se às geopolíticas estabelecidas a partir de nações que operam como centros de sistemas mundiais. (IANNI, 1992, pg. 129)

Além das problemáticas mencionadas, e muito bem delineados com antecedência por Ianni, o que Zolo também levanta como questão fundamental, uma vez que os Direitos Humanos são a peça chave das decisões para “intervenções humanitárias”, ou seja, são o guia motivador das decisões das agências mundiais, é o fato de que os Direitos Humanos foram forjados através dos princípios ocidentais, ou seja, sua aplicabilidade de forma universal pode ser controversa, uma vez que os valores de culturas distintas são também, distintos.

The dispute relates in particular to the relationship between the individualistic philosophy underlying the Western doctrine of human rights and the broad spectrum of civilizations and cultures endowed with very different values. In that category, one can think, in particular, of countries in south-eastern or sub-Saharan Africa, as well as, of course, the Islamic world. (ZOLO, 2009, pg. 62)<sup>44</sup>

Como exemplo:

No less emblematic was the polemic that erupted in Singapore in April 1993 and led to the Bangkok Declaration concerning the affirmation of Asian values – order, social harmony, respect for authority, the family – in the face of the West’s tendency to impose science, technology and industry. The ‘individualistic’ doctrine of

---

<sup>44</sup> A disputa refere-se, em particular, à relação entre a filosofia individualista subjacente à doutrina ocidental dos direitos humanos e o amplo espectro de civilizações e culturas dotadas de valores muito diferentes. Nessa categoria, pode-se pensar, em particular, nos países da África do Sudeste ou da África Subsaariana, bem como, naturalmente, do mundo islâmico.

human rights was held to be in contrast with the ethos of Asiatic tradition, as well as of the ancient African and American cultures. (ZOLO, 2009, pg. 62)<sup>45</sup>

E na visão de muitos países “atrasados”:

The latter nations insisted on the priority; in terms of human rights, of socio-economic development, the battle against poverty, and the release of Third World countries from the burden of international debt. They accused Western countries of seeking to use the ideology of humanitarian intervention to impose on the whole of humankind their economic supremacy, political system and world-view. (ZOLO, 2009, pg. 62)<sup>46</sup>

De certa forma, o contexto histórico do capitalismo, desde os tempos do imperialismo do século XIX, onde se ampliam as políticas econômicas de cunho liberal, até a queda do muro de Berlim e da URSS, acarretará nas principais crises humanitárias da atualidade. Adotando uma breve análise sobre a história recente, é visível as sucessivas práticas colonialistas conflitivas que alimentaram a expansão do capitalismo. Nas palavras de Basso, por exemplo, o crescimento das migrações internacionais possuem algumas causas estruturais e de longo prazo, que se remete a este contexto histórico capitalista citado:

1) La desigualdad de desarrollo producida por el colonialismo y el neo-colonialismo, que han dividido el mundo en países ricos y países pobres. 2) La violenta presión del capital y las multinacionales del agrobusiness sobre la agricultura de los países de Asia, África, América Latina, que está echando del campo enormes masas de campesinos pobres y trabajadores rurales. 3) El endeudamiento forzado de estos países. 4) La cadena infinita de las guerras “locales”,

---

<sup>45</sup> Não menos emblemática foi a polêmica que se desencadeou em Cingapura em abril de 1993 e levou á Declaração de Bangkok sobre a afirmação dos valores asiáticos – ordem, harmonia social, respeito à autoridade, família – face à tendência ocidental de impor a ciência, tecnologia e indústria. A doutrina “individualista” dos direitos humanos foi considerada em contraste com o ethos da tradição asiática, bem como das antigas culturas africana e americana.

<sup>46</sup> Essas últimas nações insistiam na prioridade; em termos de direitos humanos, de desenvolvimento socioeconômico, da batalha contra a pobreza e a libertação dos países do Terceiro Mundo do peso da dívida internacional. Eles acusam os países ocidentais de tentar usar a ideologia da intervenção humanitária para impor a toda a humanidade sua supremacia econômica, seu sistema político e visão de mundo.

relacionadas directamente o por procuración, con los estados europeos y los Estados Unidos (a su vez es necesario no olvidar la sistemática y periódica masacre de Gaza por parte de Israel). 5) El desastre ecológico. (Las emigraciones son siempre forzadas, 2016)

Pensando segundo estes pontos, e avaliando o desenrolar dos movimentos migratórios até o momento, em grande parte devido à guerra ao terror, as perspectivas de Basso apontam para um futuro onde o “terrorismo de Estado” essencialmente levado a cabo pelas potências ocidentais, ganhe espaço através de suas medidas violentas, tanto do ponto de vista físico, quanto da violação dos Direitos Humanos. Embora, como já citado, sempre se utilizando do discurso onde a legitimidade das ações truculentas obtém no objetivo dito como a restauração dos Direitos Humanos nas áreas atuadas.

Lo único seguro es esto: el mayor reforzamiento de los poderes del Frontex y de las otras estructuras de control policial, la creación de una super-policía de frontera europea, el aumento de los muertos por intentar entrar en Europa por mar o tierra, y de los negocios de las organizaciones delictivas que controlan las rutas de ingreso en Europa (con la connivencia de los estados). También podemos dar por seguro que habrá una mayor precarización de la existencia de los refugiados y los demandantes de asilo, llevados de acá para allá como material de descarte por decisiones que cambian de un día para el otro y estigmatizados a los ojos de la población autóctona como huéspedes indeseables y muy peligrosos. Cameron y Hollande están en la primera línea de esta función odiosa, “olvidando” que todos los pertenecientes a los grupos jihadistas que realizaron atentados en Londres y París eran en realidad ciudadanos británicos y franceses. (Si triunfa la islamofobia, los costos los pagaran todos los inmigrantes y los trabajadores europeos, 2016)

O processo globalizador exige a redefinição de valores, princípios, noções que vão do subjetivo ao objetivo, conceitos e significados que também abarcam o mais íntimo do indivíduo até o mais evidente do corpo social. O processo por si só engendra um novo universo de significados que tem como função arquitetar a vida social de uma forma hierárquica, e o faz, até o momento de maneira impositiva, violenta – a exemplo de seu desdobramento atual utilizando-se do fenômeno do terrorismo. Ou nos

globalizamos ou seremos globalizados. Trata-se de uma hierarquia que se desdobra do subjetivo individual ao universo coletivo. Como bem descrito nas palavras de Ianni:

A globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial. Ao contrário, desenvolve umas e outras, recriando-se em outros níveis, com novos ingredientes. As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal, regional, nacional, continental e global. Acontece que o mundo se forma como um vasto e complexo caleidoscópio de nações, nacionalidades, etnias, minorias, grupos e classes. Aí se reproduzem diversidades e desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, em distintas gradações e múltiplos arranjos. Se há algo que se reproduz e acentua, em escala mundial, é o desenvolvimento desigual e combinado das relações e produções materiais e culturais. A não-contemporaneidade, que já é um fato no âmbito da nação, generaliza-se e aprofunda-se na sociedade global. (...) Essa problemática logo se evidencia nas noções de Primeiro, Segundo e Terceiro Mundos, Norte e Sul, centro e periferia, países desenvolvidos, em desenvolvimento e subdesenvolvidos, países viáveis e não viáveis, pequenos países e grandes empresas, terceiro-mundismo, países não alinhados, Ocidente, Oriente, Oriente Próximo, Extremo Oriente, Hemisfério Ocidental; também arabismo, islamismo, orientalismo, fundamentalismo, africanismo, latino-americanismo, budismo, cristianismo, protestantismo: de brancos, amarelos, negros, aborígenes latino-americanos e caribenhos e outros grupos étnicos ou raciais, bem como suas distintas e múltiplas mesclas; ou ainda, operários, camponeses, mineiros, empregados, funcionários, supervisores, técnicos, engenheiros, administradores, profissionais liberais, gerentes, proprietários, membros de igrejas, intelectuais, relações artísticas, caciques, líderes carismáticos, lumpen e outros. Todas essas caracterizações, ou determinações, além de seus significados sociais específicos de cada situação e lugar, também são simbolizadas ou estigmatizadas ideologicamente. Ocorre que tanto as desigualdades e contradições como a interdependência e a integração fundam-se na diferenciação inerente às diversidades sociais, econômicas, políticas e culturais. (IANNI, 1992, pg. 125-126)

De certo, a forma como se combate o terrorismo, e a caracterização do mesmo pela mídia e no discurso político das grandes potências, faz-se do terrorismo o instrumento que permite a expansão, no cenário contemporâneo, do Panóptico de Jeremy Bentham que caracteriza a essência da sociedade disciplinar de Foucault. O terrorismo é o instrumento que permite a criação de sistemas de vigilância nos círculos mais íntimos da vida cotidiana, e da forma mais discreta, como por exemplo, através da

internet. Todos os aparelhos eletrônicos utilizados para comunicação estão portando cada vez mais softwares, ou mesmo hardwares, que permitem coleta de informações do usuário, envio de dados e que passa pela análise de alguns funcionários dos sistemas de vigilância ligados ao governo, fundamentalmente norte americano. Como fica claro nas revelações, por exemplo, do ex-funcionário da NSA Edward Snowden, que revelou os esquemas de espionagem, e as intenções dos governos, para o jornalista Glenn Greenwald - “Em meados de 2012, a agência (NSA) estava processando mais de 20 bilhões de ocorrências de comunicação (tanto de internet quanto de telefonia) no mundo inteiro a cada dia” (GREENWALD, 2014, p. 105) e “No geral, em apenas trinta dias, a unidade coletara dados sobre mais de 97 bilhões de e-mails e 124 milhões de chamadas no mundo inteiro” (GREENWALD, 2014. P. 99).

Para que fique mais claro, abaixo cito alguns programas de vigilância que foram levados à tona por Snowden e publicados no livro de Glenn Greenwald – “Sem lugar para se esconder – o sistema de vigilância da NSA” de 2014.

- **PRISM** (dados diretamente dos servidores das maiores empresas de internet do mundo)
- **PROJECT BULLRUN** (burlar formas mais corriqueiras de criptografia usadas em transações na internet)
- **EGOTISTICAL GIRAFFE** (visa o navegador “Tor” para quebrar a navegação de formas anônimas)
- **MUSCULAR** (invadir redes pessoais como YAHOO e GOOGLE)
- **OLYMPIA** (programa coordenado pelo Canadá com objetivos de vigiar o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA DO BRASIL)
- **BOUNDLESS INFORMANT** (através da Global Access Operations, contabiliza com exatidão matemáticas todas as chamadas e todos os e-mails coletados todos os dias no mundo inteiro).
- **SHELLTRUMPET** (alcançou o trilionésimo registro de metadados – 2 bilhões por dia de ligações).
- **StuxNet** (Vírus desenvolvido pela empresa SIEMENS para fiscalizar a produção de urânio no Irã).

Com as informações coletadas, e com o exemplo acima de alguns dos programas de vigilância e suas intenções, o jornalista deixa claro, a partir das análises de seus

informantes, que a estratégia é de caráter global e visa estabelecer uma vigilância que atinja a todos, como esclarecido na passagem abaixo:

(...) o governo dos Estado Unidos construirá um sistema cujo objetivo é a completa eliminação da privacidade eletrônica do mundo inteiro. (...) coletar, armazenar, monitorar e analisar todas as comunicações eletrônicas de todas as pessoas ao redor do mundo. (GREENWALD, 2014, P. 101)

E além ser uma vigilância de caráter global, carrega intenções diversas para além do combate ao terrorismo como já exemplificado, porém, reforçado nas passagens abaixo de Greenwald e Julian Assange:

(...) é claro que uma porcentagem importante dos programas nada tinha a ver com segurança nacional. Os documentos não deixavam dúvidas de que a NSA praticava também espionagem econômica e diplomática, além da vigilância de populações inteiras sem qualquer base para suspeita. (GREENWALD, 2014, Pag. 101)

Empresas como o Google e Facebook monitoram todas as atividades dos seus usuários – páginas visitadas, padrões de relacionamentos sociais, palavras chaves de busca e muito mais – para melhorar a eficácia de sua publicidade dirigida. (...) mas também para controlar a dissidência política. (ASSANGE, J.; 2012, ebook posição 7)

O poder que nos controla, que nos vigia constantemente, está nos atributos materiais aos quais nos apaixonamos e nos rendemos. O encantamento com a tecnologia, disposta através de bens materiais como celulares, tablets, óculos inteligentes etc, é tamanho que não só obscurece a sutileza do poder controlador como faz com que nos submetamos a eles mesmo consciente de sua existência. A sutileza do poder que domestica os corpos, agora cumpre um papel ainda mais potente, o de domesticação da mente. Na breve análise que fiz, acredito que nunca, a tentativa de controle manipulativo das ideias foi tão eficiente quanto hoje. Tal domesticação acaba sendo permitida também, pelo cenário de medo que se desdobra através da política neoimperialista, neocolonialista, levada a cabo pelas potências ocidentais

fundamentalmente no combate ao terrorismo, ou melhor, na construção do perfil do inimigo. Como também enxerga Greenwald sobre o papel do medo que atua como uma ferramenta política de manipulação:

Fomentar o medo é uma tática prezada pelas autoridades exatamente porque o medo racionaliza, de forma muito convincente, a expansão do poder e a limitação dos direitos. Desde o início da Guerra ao Terror, a população norte-americana ouviu muitas vezes que deveria abrir mão de seus direitos políticos básicos se quisesse ter qualquer esperança de evitar uma catástrofe. (GREENWALD, 2014, p. 219)

É característico deste cenário do uso da política do medo como coerção, um poder centralizado. As tomadas de decisões sobre estas medidas fortalecem setores do Estado, mas mais ainda as corporações privadas que se ligam ao Estado para cumprir as tarefas de vigilância, punição e realização das guerras. Decisões que rompem com direitos básicos do cidadão são tomadas em círculos cada vez menores, distantes da esfera pública e sem transparência. Muitas vezes, atitudes são tomadas por uma única pessoa, como deixa claro a passagem que se segue onde o vazamento de um documento do governo americano Wikileaks mostra a espionagem com interesses econômicos:

Um exemplo foi o documento que ficou conhecido como “A lista negra de compra do Império”, ignorado pelos grandes jornais. Ele dissecava os interesses estratégicos norte-americanos em todo o mundo – de gasodutos na Rússia até minério de ferro e nióbio no Brasil. Nele, o departamento de Estado de Hillary Clinton pedia que suas embaixadas pesquisassem a segurança dessas instalações em segredo: “Não estamos pedindo que as embaixadas consultem os governos a respeito dessa solicitação”, dizia o documento. (ASSANGE, 2012, posição 197)

Tendo este cenário como base, fica ainda mais claro quando o jornalista ressalta algumas consequências, com dados de pesquisas e compartilhadas do pensamento e análise de Foucault, da vigilância sobre o indivíduo onde – “Os pesquisadores concluíram que a vigilância incentiva quem está sendo vigiado a “afirmar sua aprovação das “normas sociais dominantes” em uma tentativa de “administrar a própria reputação de forma ativa” (GREENWALD, 2014, p. 191). A concentração de poder nas mãos das

grandes corporações, que utilizam o Estado como meio de execução de suas intenções, em grande parte através da execução de guerras, é mais do que demonstrado no Patriot Act americano:

De acordo com a Eletronic Frontier Foundation, “De todos os perigosos poderes de vigilância do governo que foram expandidos pelo Patriot Act nos Estados Unidos, o poder da National Security Letter (NSL) sob os termos do 18 U.S.C. §2709, expandidos pela seção 505 do Patriot, é um dos mais aterrorizantes e invasivos. Essas cartas, entregues a prestadores de serviços de comunicações como companhias telefônicas e provedores de internet permitem que o FBI exija em sigilo dados referentes às comunicações privadas e às atividades na internet de cidadãos norte-americanos comuns sem qualquer supervisão ou análise judicial prévia. Os destinatários das NSLs são sujeitos a uma provisão de ordem de silêncio que os proíbe de revelar a existência das cartas a colegas, amigos e até parentes, e revelar isso ao público em geral está absolutamente fora de questão. (ASSANGE, J., eBook – Cypherpunks: Liberdade e o futuro da internet; posição 1483)

A indústria bélica, o Estado – principalmente das grandes potências ocidentais – e as mídias diversas, com destaque para a internet, vem se tornando uma estrutura sólida que formam um grande sistema capaz de desenhar o presente e o futuro através de uma manipulação incessante, invasiva e obscura. Na visão dos líderes do Wikileaks, e dos Cypherpunks – “A internet, nossa maior ferramenta de emancipação, está sendo transformada no mais perigoso facilitador do totalitarismo que já vimos.” (ASSANGE, posição 355). Esta estrutura consolidada é responsável pela propagação da cultura globalizadora, cada um à sua maneira, divulgando imagens e palavras que carregam as orientações de valores que enaltecem o individualismo, o livre mercado, a competitividade incessante. Essencialmente a mídia, que se torna a mais abrangente formadora de ideologias, ressalta constantemente slogans que incentivam o consumismo exacerbado, um estilo de vida pautado no hedonismo absoluto e de erotização. A produção industrial de cultura, que carrega tais características como valores, orientações, e que, portanto, é dirigida pelo capital, se propaga pelos veículos de comunicação, são também articulados nas decisões políticas que constroem cenários favoráveis para expansão de tais forças midiáticas manipulativas através, por exemplo, da arquitetura de guerras com justificativas de caráter humanitário e utilizam os veículos

de comunicação também para propaganda de suas armas tecnológicas. Como bem explicado por Richard Sennett:

Uma individualidade voltada para o curto prazo, preocupada com as habilidades potenciais e disposta a abrir mão das experiências passadas só pode ser encontrada – para colocar as coisas em termos simpáticos – em seres humanos nada comuns. A maioria das pessoas não é assim, precisando de uma narrativa contínua em suas vidas, orgulhando-se de sua capacitação em algo específico e valorizando as experiências por que passou. Desse modo, o ideal cultural necessário nas novas instituições faz mal a muitos dos que nelas vivem. (SENNETT, 2006, 14-15)

O sucesso de suas ações de guerra contam com a alienação disseminada pelo bombardeamento midiático no processo de construção do inimigo. Em artigo intitulado - *El poder en la era de las redes sociales* – o sociólogo Manuel Castells expõem como os meios de comunicação possuem a capacidade de determinar vontades e, fundamentalmente, nos manipular. Ficando ainda mais visível sua importância como instrumento de uso político, uma vez que tem relação direta com o poder.

(...) la comunicación es el espacio en el que se construyen las relaciones de poder. Lo cual no quiere decir que los medios de comunicación tengan el poder. Esto empíricamente es falso: no tienen el poder. Son mucho más importantes que eso, porque son el espacio donde se construye el poder. Cualquier tipo de poder tiene que pasar por el espacio de la comunicación para llegar a nuestras mentes. (El poder en la era de las redes sociales, 2016)

Uma das demonstrações da eficácia desse processo está no fato de que até mesmo a violência, em diferentes graus, tornou-se um espetáculo e um palco de entretenimento. As imagens de guerra – a guerra “YouTube” - se tornaram rotineiras em todos os meios de comunicação. A possibilidade de divulgação imediata, seletiva, de vídeos amplamente divulgados ao mundo, fez dos atos mais desumanos, diferentes formas de humor ou passatempo que contabiliza o iBope. As mais diversas formas de violência, as mais variadas formas de dor, de morte, tornaram-se fatos normais, banalizando o sofrimento de muitos que estão numa realidade social distante de nós e, que segundo os padrões e valores do mercado, são vidas inúteis. Uma vez que as

pessoas ligam a televisão para confirmarem aquilo que pensam, e não para se informarem (CASTELLS, 2016), fica ainda mais simples compreender o processo de alienação.

A política transforma-se gradativamente em um produto que é vendido através da propaganda. Torna-se midiática para divulgar seu discurso e, portanto, molda-o ao jogar as regras do campo social midiático e econômico. Os centros de mídia, por sua vez, estão inseridos no campo econômico da concorrência e, por isso, buscam formas de vencer a concorrência e se manterem em posições de destaque, jogando as regras do jogo do campo social da economia. Por tratar-se de um modelo sistêmico, que interliga política, mídia, economia e militarismo, convergem-se os interesses de uma forma sólida em que direta e indiretamente se concretiza a expansão da ideologia ocidental que se baseia na dispersão de um medo generalizado através do terrorismo. Na tentativa de expandir sua ideologia, a política enxerga seus concorrentes também, porém, diferentemente do mercado de trabalho, não o chama de concorrente, mas de adversário. Como solução para consolidar-se de forma hegemônica, buscam a construção da figura do inimigo que acaba se expandindo ao social de forma a: 1) restringir a liberdade; 2) permitir estados de exceção; 3) impede a mobilização de massas; 4) buscam eliminar o conflito social e político; 5) negam o direito de existência do diverso; 6) introjetam nos cidadãos a obediência; 7) aterrorizam toda e qualquer força opositora.

E os resultados, de tão positivos, no sentido de bater as metas correspondidas, se traduzem, na atualidade, numa guerra global sem fim. Uma vez que a arquitetura é sólida e a informação é regulada para formatar os sentidos e dar novos significados às ações e ideias difundidas, a suposição é de que permanece tal estrutura por um tempo indeterminado uma vez que, partindo da ideia de Foucault de que o poder constrói a realidade, tal estrutura tem construído a realidade de forma tão sutil e avassaladora, obscura e direta, violenta e divertida, local e global.

Basicamente, o terrorismo contemporâneo assim como a guerra ao terror afeta a vida social de algumas formas como – o aumento do deslocamento de verbas para a segurança nacional e o lucrativo ramo das empresas armamentistas; a militarização dos espaços sociais e até virtuais de forma permanente; a presença constate da violência direta e como entretenimento – como exemplo, ao digitarmos a palavra “war” em um site de busca como o Google encontramos 2.110 bilhões de resultados, em comparação

com “peace”, temos 941 milhões; o rompimento com cláusulas Constitucionais que configura um poder autoritário das esferas de poder político e econômico na medida em que grandes corporações coordenam os processos até mesmo pela privatização da guerra; a insegurança constante que nos condena sentimentalmente a um estado de ansiedade e medo rotineiro, potencializando o lucro das empresas do ramo de segurança – para “terrorism”, encontramos 117 milhões de resultados no Google, “fear”, 600 milhões, já “solidarity”, 53,6 milhões; uma expansão do livre mercado e da doutrina neoliberal que se pauta na competitividade e individualidade extrema; na ampliação dos valores mercadológicos que redefinem a política e a justiça.

### 3.5 A Nova Guerra

O novo modelo de guerra carrega algumas características específicas. O primeiro fator que ressaltado é que se trata de uma guerra global que, ao mesmo tempo em que nos transmite um medo constante, nos fornece entretenimento. Além de ser a menos humana de todas em alguns sentidos, passa por um processo de despolitização do conflito armado. Metaboliza-se, através do discurso político e midiático, uma necessidade inquestionável de se executar uma guerra contra o terror global a ponto de excluir o inimigo sem a possibilidade do reconhecimento *justus hostis*, imputando junto a isto uma atitude semelhante ao “destino manifesto” estadunidense do século XIX, como se fosse uma ação natural, divina, o inquestionável papel e se combater o mal no mundo pelas potências ocidentais.

(...) o problema é a intrínseca contradição de um modo de fazer a guerra no qual desaparece o inimigo legítimo (...) que a guerra na qual o inimigo é tratado como sendo uma praga ou uma catástrofe natural transcendem fatalmente os limites culturais que arduamente e com inumeráveis exceções a humanidade pôs à guerra. (DAL LAGO, 2010, p. 12)

É nova não apenas em seu aspecto destrutivo silencioso ou na eficiência do potencial tecnológico destruidor, mas também nas novas formas pelas quais se apresenta ao social. As referências aos conflitos se dão de maneira banalizada, através de neologismos, eufemismos, composto por oximoros que encobrem a palavra guerra e

a normatizam no cotidiano a ponto de nos acostumar com as atrocidades – campanha para a restituição da legalidade internacional, intervenções em nome da humanidade, conflito de longa duração contra o terrorismo, ações militares para a segurança interna e externa, intervenção humanitária. Trata-se de uma guerra de caráter tecnológico quase absoluto. Uma guerra com uma característica atípica, contraditória, que desumaniza em dois sentidos – um primeiro onde a participação direta de humanos combatentes é menor e, em outro sentido, a perda de vidas humanas é maior em um tempo recorde, e sem o uso de armamentos nucleares.

Para além destes fatores, uma característica peculiar dos novos conflitos, fundamentalmente os atuais relacionais ao terror, é a intensa participação de mercenários, ou seja, além do uso da força através de exércitos regulares, existe a contratação cada vez maior de exércitos privados que burlam a legislação internacional e passam impunes por crimes cometidos.

Um militar que comete um crime de guerra é julgado de acordo com o código militar do seu país. No entanto, os funcionários das empresas privadas de segurança são civis, mesmo estando armados e participando dos combates, e isto gera uma ambiguidade jurídica toda vez que cometem um delito. O que é agravado pelo fato de que esses funcionários não são nacionais nem do país em que trabalham, nem do país onde estão sediadas as empresas contratantes, ou seja, são civis estrangeiros que quando cometem um delito e/ou um crime de guerra, não estão submetidos ao código militar, ao código civil e penal do país onde o crime foi cometido e às convenções internacionais, como a Convenção de Genebra. (Johnston 2006, p. 44; Prado 2006, p. 26)

Como relata o jornalista investigativo e especialista em segurança nacional Jeremy Scahill, em entrevista concedida à Folha de São Paulo sobre a empresa militar privada Blackwater<sup>47</sup>:

E os mercenários não estão no Iraque por acaso: são contratados pelos EUA para, principalmente, fazer a segurança de diplomatas e instalações - com ação facilitada pela quase completa impunidade. Para Jeremy Scahill, autor de "Blackwater - A Ascensão do Exército

---

<sup>47</sup> Renomeada em 2009 para Xe Services e, renomeada novamente em 2011 como Academi. Assim permanece até os dias atuais.

Mercenário Mais Poderoso do Mundo" (...), os negócios andam tão bem para empresas mercenárias que elas já "são capazes de derrubar um pequeno governo". (MURTA, A., 2008)

Abaixo segue na íntegra a entrevista concedida ao jornal, com o intuito de ressaltar o fenômeno da privatização da guerra:

**FOLHA - Como a Blackwater reflete a história da guerra moderna?**

**JEREMY SCAHILL** - Ela representa a nova face das guerras travadas pelos EUA. Desde a Segunda Guerra, o governo americano vem privatizando radicalmente suas capacidades militares. No Iraque, há mais agentes privados do que soldados americanos. A Blackwater formou um aparato paralelo das forças de segurança: tem Força Aérea, Marinha, aeroportos. E 90% dos contratos da Blackwater são com o governo americano. Agora estão trabalhando em sua própria agência de inteligência, uma CIA particular. Veja, atualmente os EUA têm 16 agências governamentais de inteligência, com um orçamento conjunto de entre US\$ 40 bilhões e US\$ 60 bilhões - o número exato é secreto. 70% desse orçamento é usado para pagar serviços de empresas privadas. Quem garante que uma empresa privada que tem milhões em contratos com o governo americano não vai incluir em relatórios para outros governos informações que são de interesse da Casa Branca?

**FOLHA - Qual a relação dos mercenários com a guerra ao terror?**

**SCAHILL** – São parte essencial da guerra ao terror. Um presidente como George W. Bush pode ganhar muito com essas empresas. Ele não precisa mais formar uma coalizão com governos estrangeiros nem lidar com uma opinião pública internacional hostil. Pode pagar por uma coalizão de corporações, que vão contratar mercenários, inclusive em países cujos governos se opõem às guerras. Isso aconteceu no Chile, que votou contra a invasão do Iraque quando era membro rotativo do Conselho de Segurança da ONU. O governo Bush, através da Blackwater, enviou para o Iraque centenas de chilenos.

Outra questão é que, como não há contagem oficial das mortes dos agentes privados, isso encobre o custo humano. Os americanos pensam que há 150 mil soldados no Iraque, mas há outros 180 mil mercenários contratados pelo governo. Então na verdade são mais de 330 mil soldados. E não há leis sendo aplicadas sobre a punição de agentes privados em caso de abuso. Isso é uma ameaça à segurança das pessoas do mundo todo, porque não param de crescer esses exércitos privados com capacidade suficiente para derrubar um pequeno governo. (Exércitos privados mimetizam forças armadas dos EUA, 2008)

A participação direta dos humanos é cada vez menor devido a tecnologias relativamente recentes como os “drones” (VANT – Veículos Aéreos Não Tripulados), por exemplo. A defesa no uso destas aeronaves se faz através de um discurso político onde os argumentos são econômicos e sociais de custo benefício. Por um lado os custos diminuem e, por outro, a eficácia da precisão dos alvos aumenta. Ou seja, os danos colaterais são menores.

Para os arquitetos das guerras atuais, a atuação dos drones tem tido um efeito extremamente positivo tendo como base os argumentos citados na defesa do uso de drones nas guerras. Tão grande tem sido a eficácia que os planos de aprimoramento de tecnologias deste tipo são infinitos. Sempre buscando agregar a esta tecnologia características como precisão dos ataques e ausência de combatentes, tendo como objetivo, e consequência, não apenas a demonstração de superioridade de forças, mas a dispersão do medo social nos territórios atacados devido à incapacidade de visualizar o início dos ataques e as sucessivas tentativas de deixá-los, praticamente, absolutamente autônomas. Nas palavras de Luis Eduardo Gomes:

De acordo com o documento da Força Aérea dos Estados Unidos sobre o plano de uso de sistemas de aeronaves não tripuladas entre 2009-2047, divulgado em maio de 2009, o objetivo final do programa de aviões não tripulados é que as aeronaves tenham capacidade de autonomia total, integração para formar “enxames” com outros aviões e tecnologia hipersônica para desequilibrar o inimigo ao criar efeitos instantâneos em todo o espaço aéreo. O objetivo também é capacitá-las com a possibilidade de reabastecimento autônomo em pleno ar, manutenção automatizada, reconhecimento e autonomia para disparar contra alvos. “O resultado final seria uma revolução no papel dos humanos na guerra”, diz o documento. (Drones: o lado oculto da guerra contra o terror, 2016)

Segundo Robert Pape, no livro “Bombing to win: Air power and Coercion in war”, um tipo de estratégia de guerra é a de caráter coercitivo onde - “Coercion” means efforts to change the behavior of a state by manipulating costs and benefits.”<sup>48</sup> (Pape, 1996) e, segundo suas conclusões quantitativas além de qualitativas, a estratégia que proporciona a melhor conduta coercitiva são os ataques aéreos, a coerção através da guerra no ar, como esclarecido nas passagens abaixo sobre a eficácia e os tipos de

---

<sup>48</sup> Coerção significa os esforços para mudar o comportamento de um Estado manipulando custos e benefícios.

categorias coercitivas proporcionadas pelos ataques aéreos com maior eficiência. Uma coerção que tem por característica ser bem executada devido ao medo generalizado que se dispersa.

The most important instrument of modern military coercion, and the most useful for investigating the cases of coercive success and failure, is air power. This instrument has been used to execute concrete coercive strategies that correspond to the conceptual categories of punishment, risk, and denial. A fourth strategy which pursues both punishment and denial effects simultaneously is decapitation. (Pape, 1996, p. 55)<sup>49</sup>

(...) the role of air power in overseas conflicts is increasing because it can project force more rapidly and with less risk than land power and more formidably than naval power. (Pape, 1996, p. 2)<sup>50</sup>

A mais rápida projeção de força que o autor menciona, através da coerção pela guerra no ar, também se revela como tal devido à desterritorialização que emana da guerra global. As guerras contemporâneas não possuem território específico para ocorrer, são conflitos que se desdobram nos mais diversos territórios – urbanos ou rurais; direta ou indiretamente. Quando não temos a presença da morte direta, ficamos com a presença daqueles que estão em seu caminho. Os campos de refugiados se multiplicam e o desespero é visível na face daqueles que estão buscando um abrigo nas mais diversas partes do mundo. O inimigo construído que visa ser exterminado é buscado em todo os lugares pela mais precisa tecnologia que nos limita a liberdade de movimento como bem explicitado por Del Lago.

Aquilo que ocorreu *após* 1991 descreve, ao contrário, um tipo de conflito que nos acompanhará provavelmente por muito tempo: guerrilhas e contraguerrilhas em remotas áreas rurais (Afeganistão,

---

<sup>49</sup> O instrumento mais importante da coerção militar moderna, e o mais útil para investigar os casos de sucesso e fracasso coercitivos, é o poder aéreo. Este instrumento tem sido utilizado para executar estratégias coercitivas concretas que correspondem às categorias conceituais de punição, risco e negação. Uma quarta estratégia que possui ambos os efeitos de punição e negação é a decapitação.

<sup>50</sup> O papel do poder aéreo em conflitos ultramarinos está aumentando porque pode projetar força mais rapidamente e menos risco do que o poder por terra e é mais formidável do que o poder naval.

Paquistão, Iêmen, Somália, Sudão) ou em ambientes urbanos (também no Afeganistão, Somália, Iraque, Chechênia, Líbano, Gaza, etc.) que em alguns casos são prolongados em atentados no coração do ocidente (e não apenas); inimigos impalpáveis, virtuais, evanescentes, contudo, capazes de infligir golpes devastadores; populações caçadas nos seus assentamentos, multiplicações de campos de refugiados e requerentes de asilo; um senso de insegurança generalizado no Ocidente, amplamente explorado pela difusão de novas tecnologias de controle, uma tendência à redução da liberdade de circulação e de movimento, sobretudo, aos estrangeiros, uma hostilidade crescente nos confrontos das categorias de pessoas suscetíveis de “ser” ou de “tornar-se” nossos inimigos. (DAL LAGO, 2010, p. 13)

Essencialmente, as características da nova guerra são – a guerrilha e a contraguerrilha; a guerra sem fronteiras, sem limitações territoriais; a imposição violenta de domínio, o terrorismo de grupos e de Estado; os desdobramentos nos espaços rurais, urbanos, metropolitanos e periféricos; a constante criação de novos inimigos com o auxílio da indústria cultural; ocorre no real e no virtual; a multiplicação dos campos de refugiados e dos requerentes de asilo; a multiplicação de técnicas de controle; a privatização da guerra; a impunidade dos agentes envolvidos diretamente nos conflitos e uma hostilização intensa dos grupos demonizados. O inimigo construído está diretamente ligado a uma cultura específica que, para fins desta tese, trata-se do árabe muçulmano. O que nos aparenta é que a intenção, a priori, é de destruir uma cultura, e não um grupo terrorista. Uma vez que se trata de uma cultura onde o estilo de vida ocidental não se enquadra, pelo contrário, é condenado em alguns pontos.

A máxima colocada por Bauman, onde liberdade e segurança são ambições de todo cidadão, apesar de inversamente proporcionais, se faz mais atual do que nunca na história humana. As mais precisas tecnologias que, teoricamente, nos faria dispor de uma segurança inquebrável, retira passo a passo nossa liberdade rotineira até nas mais privativas de nossas ações cotidianas. E o faz em nome da paz e da democracia de forma absolutamente sutil, pois o cidadão não sente, não enxerga, sua liberdade individual, ou até mesmo coletiva, ser retirada de prontidão. A sutileza do poder, que Foucault analisou de forma majestosa em sua obra *“Vigiar e Punir: O nascimento da prisão”*, reverbera nos dias atuais em paralelo às sucessivas demonstrações da capacidade de destruição das grandes potências.

A guerra se faz cada vez mais presente na vida social e, conseqüentemente, cada vez mais distante de chegar ao fim quando analisada mais profundamente sendo que,

uma das razões que permite com que este tipo fenômeno construa o real, a realidade social, é o ocultismo que ainda permanece sobre o mesmo. Nunca se fez tão necessário o estudo sobre os conflitos presentes. Como pontualmente enfatizado por Del Lago – “Trata-se de uma realidade largamente oculta, enquanto o conhecimento dos conflitos globais for fragmentado na atual divisão do trabalho nas ciências políticas, sociais e humanas.” (DAL LAGO, 2010, p.14). Diz respeito ao fenômeno que, nos dias atuais, permite com que a história aconteça. Se antes a guerra era a política feita por outros meios, nos dias de hoje a máxima parece ter se invertido, sendo a política, a guerra por outros meios.

O processo de militarização atinge todas as esferas da vida, tanto a virtual (ASSANGE, 2014), quanto a social (DAL LAGO, 2010). O elo que se concretizou entre o militarismo, a política e a economia se fortalece dia após dia essencialmente com o auxílio do quarto poder, a mídia.

A dimensão da guerra tende, portanto, a absorver a totalidade da nossa existência, ainda quando não somos diretamente envolvidos (...) A situação contemporânea pode ser definida como a inscrição da guerra no horizonte ordinário da vida da sociedade global. Quer se trate dos conflitos de longa duração (Iraque, Afeganistão), quer seja de explosões periódicas (Paquistão), é possível dizer que uma ideia estratégica de pacificação seja impensável: a ordem global é estruturalmente instável, como se os custos humanos (limitados para nós, ilimitados para eles) dos conflitos fossem considerados condições inevitáveis, antes necessária, da hegemonia global. (DAL LAGO, 2010, p.13)

A guerra tornou-se um processo fundamental que possibilita o desenvolvimento tecnológico acelerado e a expansão dos instrumentos do capital internacional. De início, desenvolvem-se objetos que permitem a conquista, a vitória, o alcance da meta dos conflitantes e, posteriormente, são objetos que são disponibilizados no mercado para consumo dos cidadãos comuns. Os drones são exemplo típico, assim como as câmeras de alta qualidade que os mesmos possuem, instrumentos de vigilância oculta, assim como acessórios para veículos, entre outros. São apresentados no mundo do mercado como maravilhas fruto da criação humana, sinônimos de desenvolvimento, quando muitos vieram à tona com a intenção primária de gerar violência e medo. E a vitória do ocidente, em cada território, tem como consequência o remodelamento de muitos

aspectos da cultura local, inserindo-os no fenômeno da globalização. Levam aos territórios dominados o que chamam de democracia, e os reconstróem através de construtoras privadas dos próprios países seguindo os modelos arquitetônicos ocidentais depois de destruí-los por completo, começando pelos sistemas mais úteis para a população como as redes de distribuição de água e tratamento de esgoto, como destacado no artigo de Ariana de Oliveira:

Cabe destacar que no Iraque, a segunda fase da ocupação é a reconstrução do país. E para tal fim, várias corporações norte-americanas obtiveram contratos lucrativos nessa área. Por exemplo, a Bechtel Corporation assinou um contrato com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos para a reparação e renovação das redes de esgoto, água e dos sistemas de ensino, no início de 2003, ou seja, no início das operações de ocupação do Iraque. Posteriormente, em janeiro de 2004, o contrato da Bechtel foi ampliado, por um custo de U\$ 2,8 bilhões. (OLIVEIRA, 2010, 73)

Trata-se de uma guerra econômica, “de informação, de manipulação psicológica, de símbolos” que “coloca em risco as economias dos países débeis, fazendo um número de vítimas maior do que numa batalha”. (MINI, 2013) e, portanto, não se desdobra apenas no momento da batalha, do conflito armado, mas nos demais aspectos da vida social cotidiana de cada cidadão afetado pelos números da economia na esfera do mercado, ao mesmo tempo em que é bombardeado nos seus espaços privados pela contaminação propagandística que exalta, mesmo que de modo indireto para alguns, a guerra e a violência, e contribui para construir a figura do inimigo e, conseqüentemente, legitimar as atrocidades cometidas por Estados que beneficiam um número grande de instituições supranacionais privadas como bem enfatizado por Mini:

Os atores, os promotores ou os provocadores das novas guerras serão cada vez mais as instituições supranacionais, econômicas e financeiras, as organizações não governamentais, as corporações nacionais ou multinacionais, os órgãos de inteligência, as máfias, as companhias de seguro, os clubes e grupos de pressão privados. Vale dizer, os bandos. (2013, p.86)

E os números de algumas análises como a de Michael Cohen, nos mostram que a privatização da guerra é crescente exponencialmente, sendo que tal crescimento vem

desde a Guerra do Golfo, ou seja, desde a Nova Ordem Mundial. Quando antes, o número de oficiais de empresas privadas era de 1 para 50 militares, hoje é de 1 para 7 (COHEN, 2005).

### **3.6 A questão**

Mesmo buscando compreender melhor o fenômeno sistêmico que gira em torno do terrorismo, além do próprio terror, uma grande questão se coloca diante de nós: É possível vencer, impedir, acabar com o terrorismo? Ou então, como se deve combater, enxergando que a realidade atual se encontra deturpada pela onda terrorista, tanto pelos Estados como pelos grupos organizados?

Chegamos a um ponto que, a considerar historicamente, encontramos-nos na era de auge do terrorismo. Talvez a via diplomática não seja passível de conseguir reduzir substancialmente, assim como talvez não seja possível a inexistência de um confronto armado. O que já ficou evidente é que o confronto armado da maneira como tem se desenrolado, rotulado por absolutos interesses econômicos e com a permanência das tropas ocidentais nos territórios na tentativa de, além de dominá-los ou servir de palco de conflitos para questões de rivalidade política entre potências, implantar sua ideologia, não são solução adequada. Não apenas pela razão óbvia do número crescente de civis, mas pelo fato empírico de que após o início da guerra ao terror, o número de atentados e grupos cresceu exponencialmente.

Acredito que alguns passos são fundamentais, sendo primordialmente essencial 1) a compreensão do fenômeno que deve se dar de forma ampla, para que a pressão social cresça sobre a esfera política e econômica e possa, gradativamente, se reduzir os preconceitos e a segregação. E nesse ponto as Ciências Sociais tem papel essencial; 2) a diplomacia que deve se dar de uma forma unida, não apenas pelos envolvidos no conflito, mas por todos, sem com que quaisquer interesses econômicos se sobressaiam sobre as questões sociais. Portanto, a retirada das forças militares das grandes potências de alguns países faz-se necessário; 3) Promoção de uma legislação internacional que pretenda um consenso plausível sobre o conceito de terrorismo, de forma que o mesmo não possa ser utilizado amplamente para categorizar movimentos dissidentes internos

em qualquer país e, portanto, permita uma prática repressora sobre possíveis opositores ao Estado.

No cenário atual, acredito que, infelizmente, um desfecho é o confronto armado, porém, o mesmo deve ser efetivado não junto à realização de interesses econômicos que alimentam a indústria armamentista, cultural e o empoderamento das grandes potências que utilizam como propaganda suas ações militares, mas no mapeamento e combate, de maneira conjunta, aos extremistas que utilizam a violência como primeiro e único método.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos uma era de crise ética, moral e intelectual. Os valores construídos no passado após numerosos derramamentos de sangue mostraram que podem ser desconsiderados em momentos oportunos. Nações como França, Inglaterra e os Estados Unidos, que se ergueram através de lutas contra os regimes de repressão ao absolutismo e moldaram suas Cartas Magnas sob a égide da igualdade, da fraternidade, da liberdade, República, Democracia, direitos humanos e da consagração de direitos e deveres do cidadão. Mesmo estes países mostraram também a capacidade de utilizar as sacralizações conquistadas como ferramentas de oportunismo para consagrarem seus regimes políticos e seu modelo econômico através do militarismo, da violência, ou seja, por vias antidemocráticas. E quando aqui menciono retrocesso, enfatizo que o mesmo recai por um período, impossível de prever sua finitude. Não significa que não tivemos avanços, tanto científicos quanto éticos e intelectuais de forma geral. Porém, a crítica que aqui permanece é que mesmo cerceado por tudo o que consideramos como melhorias, as estruturas do poder que constroem a realidade demonstram se sustentar e se reconstituir de forma rígida, ao ponto de usarem em seu favor todos estes instrumentos que se veem hoje inseridos na lógica do capital.

O que fica evidente é a extinção gradativa da empatia que é substituída pelo medo. Que nos afeta de forma egocêntrica e nos prende a inúmeras futilidades que aprendemos a valorizar através de muitos veículos informativos que permitem, por exemplo, a lógica da construção do inimigo ser reproduzida e ensinada. Um medo intocável, obscuro, sem referências. Um medo onipresente, onipotente e, ao que parece, onisciente. A moral se mostra débil nas próprias atitudes cada vez mais individualistas, egocêntricas e violentas para com o outro, para com o diferente. Não são apenas os valores que foram se perdendo, mas as práticas executadas na conduta social humana.

O intelecto parece cada vez mais retraindo para possibilitar com que vivamos a vida hedonista que nos ensinam direta e indiretamente. O que acaba por permitir cada vez mais a ascensão da violência como prática de solução e legitimar os aspectos neste trabalho abordados, como o terrorismo. A intelectualidade parece desfavorecida no momento em que mais se faz necessária, pois, se é a compreensão sobre os fenômenos que permite ao homem desenvolver suas essências humanas, nos dias de hoje a

compreensão é evitada ao máximo, e a tentativa de nos incapacitar de compreender é incentivada como nunca através do incentivo que nos recai para abraçarmos os valores do capitalismo neoliberal. A produção intelectual é afetada também devido aos critérios seletivos de produtividade que se traduzem na sua dependência financeira das instituições reguladoras. Em outras palavras, os recursos, e a estrutura, são ainda deficitárias para as ciências humanas de forma geral, impossibilitando um aprofundamento e atenção para o desdobramento de trabalhos intelectuais que são essenciais.

O processo de construção do inimigo é feito através do discurso político reverberado nas mídias e visualizado nas imagens selecionadas que atingem o grande público – capa de revistas, jornais, vídeos transmitidos na televisão e circulados na internet etc. O cenário de medo é fundamentado nas palavras de ordem que transparecem a necessidade de urgência do uso da violência como solução para eliminação do inimigo construído. Cria-se no público, de forma geral, uma imagem já preconcebida do inimigo que, no caso atual relacionado ao terrorismo, associa-se ao árabe muçulmano. O fenômeno do terrorismo carece de atenção, de análise, de desdobramento intelectual. É relegado, quase com exclusividade, ao universo midiático onde se desenrola de forma deturpada e permite uma alienação generalizada sobre o tema.

As sucessivas crises econômicas do capitalismo precedem, quase sempre, crises sociais que se desdobram em cenários de violência e desespero. O neocolonialismo das grandes potências ocidentais parece ter uma receita para a paz e democracia. Uma receita que exclui solidariedade, mas inclui violência e os valores mercadológicos de concorrência e meritocracia, sobrevalorizando a figura do indivíduo e condenando a figura do comunitário, do social. Configura-se um cenário de “Pax Armada”. Os momentos de estabilidade se constroem cada vez mais em paralelo a sistemas de vigilância intensos e permanentes.

Mesmo hoje, 2017, vivendo sob um cenário onde as ações políticas de forma praticamente geral se consagram por separar e não unir, por construir barreiras físicas e burocráticas que impedem o livre trânsito de pessoas, mas não de mercadorias - lembrando que o muro de Berlim possuía cerca de 66,1 quilômetros, enquanto que somente o muro da fronteira dos EUA com o México que pretende, e de certa forma já

existe, possui 3141 quilômetros – não enxergo a globalização como um fenômeno político econômico que está ligado meramente à conexão intercontinental direta, mas a um a uma ideologia em curso violento de difusão que, apesar de todas as barreiras, ela ganha territórios e se engessa por onde passa.

A poucos dias de finalizar minha dissertação, uma das últimas notícias que li em jornal online era intitulada: *Coreia do Norte diz que vai “devastar impiedosamente” os EUA se Washington atacar*. Notícia esta que vincula um pronunciamento do líder norte coreano Kim Jong-un, após ataques dos EUA à Síria e Afeganistão com artilharia pesada (MOAB – Mother of All Bombs) e o deslocamento de porta aviões à península coreana. De certa forma, a Guerra Fria política e militar, não meramente ideológica, nunca esteve tão viva e ativa quanto nos dias de hoje.

Nunca estivemos tão conectados e separados, próximos e distantes. Nunca erguemos tantos muros ou criamos tantas barreiras que nos separassem física e culturalmente. Mesmo marcados pela Guerra Fria, nunca mostramos de forma tão veemente nosso potencial destrutivo através dos desfiles e testes de armas nucleares ou até o uso de armas químicas/biológicas. A mesma razão que se mostra emancipatória parece expandir paradoxos e permitir que o medo una e separe, que a ilusão se sobreponha à razão, a violência à compreensão, o futuro ao presente, o egoísmo à solidariedade, o perdão à vingança. Nunca dividimos tantos espaços e compartilhamos tantas crenças e conhecimento, ao mesmo tempo em que encontramos uma única solução para as diferenças, a guerra.

Na sociedade de consumidores, angariadas pelo fetichismo da subjetividade – onde a construção de identidade se desdobra através do consumo – os elementos que se fazem presentes no cotidiano, e o constroem de certa maneira, como a guerra e o terrorismo, não são tidos como objetos de análise para compreensão e transformação, mas como objetos de consumo e rentabilidade. A luta que se desdobra na modernidade líquida não é pelo bem estar coletivo, mas pelo recurso mais escasso que alimenta a competição do mercado – a atenção dos potenciais consumidores (BAUMAN, 2007). Os processos de socialização, de inclusão social, e a busca por reconhecimento, não se estão sendo buscados, construídos, sobre princípios de cidadania, mas se revelam como mecanismos de produção de consumidores. Nesta mesma modernidade líquida, ser cidadão é ser consumidor consumista.

Por fim, o que gostaria de enfatizar, e que me foi permitido compreender ao longo da pesquisa aqui elaborada, é que enquanto o terrorismo, assim como os demais elementos problemáticos contemporâneos, forem objetos de consumo, estarão fadados a perpetuarem na sociedade e se expandirem de forma cada vez mais enraizadas, tornando-se, inclusive, meios de entretenimento. Consumir a guerra e o terrorismo parecem terem se tornado necessidades. E, como já antecipou Bauman, novas necessidades exigem novas mercadorias, que exigem novas necessidades.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, NAFEEZ. Mortos pela “Guerra ao Terror” podem superar 2 milhões. Revista Forum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2015/04/11/mortos-pela-guerra-ao-terror-podem-chegar-a-2-milhoes/>> Acesso em: 15 jul 2015.

ASSANGE, JULIAN. **Cypherpunks – Liberdade e o Futuro da Internet**. São Paulo: Boi Tempo, 2013. E-book. ISBN 978-85-7559-307-3.

BAUMAN, ZIGMUNT. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BENHABIB, SEYLA. **Dignity in Adversity – Human Rights in the Troubled Times**. Londres: Polity Press, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996.

BROWN, WENDY. **Les habits neufs de la politique mondiale. Néolibéralisme et néo-conservantisme**. Paris: Les Prairies Ordinaires, 2007.

CASTELLS, MANUEL. **A Era da Informação, V.1 – Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CASTELLS, MANUEL. El poder em la era de las redes sociales, 2012. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=14970>> acesso em: 12 jul 2016.

CHOMSKY, NOAM. **11 de Setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COHEN, M. A.; KÜPÇÜ, M. F. **Privatizing Foreign Policy**. World Policy Journal, Fall, 2005.

CURI, UMBERTO. **I figli di Ares. Guerra infinita e terrorismo**, Castelvechi, Roma 2016.

DANTAS, CAROLINA. Suicídio: Precisamos falar sobre esse problema. **G1 Mundo**. De 28 set de 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/suicidio-e-preciso-falar-sobre-esse-problema.ghtml>> Acesso em 14 jan de 2017.

DAL LAGO, ALESSANDRO. **Le nostre guerre – Filosofia e sociologia dei conflitti armati**. Roma: Manifestolibri, 2010.

DARDOT, PIERRE; LAVAL, CHRISTIA. **Ce cauchemar qui n’em finit pas. Comment le néolibéralisme défait la démocratie**. Paris: La Découverte, 2016.

EHRENBERG, ALAIN. **O Culto da Performance – da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Ed: Ideias & Letras, 2010.

FERREIRA, ANTONIA MORGANA COELHO; ALMEIDA, SAULO NUNES DE CARVALHO. **A lei do antiterrorismo na França e a Antítese entre a defesa dos**

**Direitos Humanos e a Permissão aos abusos contra eles.** Revista Jurídica Fa7, Fortaleza, v. 7, n. 1, p.197-210, abr. 2009.

GALLI, CARLO. **La guerra globale.** Roma-Bari, Laterza, 2002.

GOMES, Luís Eduardo. **Drones: o lado oculto da guerra ao terror.** Terra Mundo. Disponível em: < <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/drones/>> Acesso em 12 nov. de 2016

GREENWALD, GLENN. **Sem lugar para se esconder: Edward Snowden, a NSA e a espionagem do governo Americano.** Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

IANNI, OTAVIO. **Capitalismo, Violência e Terrorismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IANNI, OTAVIO. **A Sociedade Global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MANNHEIM, KARL. **Ideologia e Utopia – Introdução à Sociologia do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Globo, 1954.

OLIVEIRA, ARIANA BAZZANO DE. **A Guerra Terceirizada: As Empresas Privadas de Segurança e a “Guerra ao Terror”.** Carta Internacional, São Paulo, v. 5, n. 1, março, 2010. Disponível em: < <https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/535/289>>. Acessado em 10 de Janeiro de 2017.

PIKETTY, THOMAS. **O Capital no Século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

ROBIN, COREY. **Fear: The History of a Political Idea.** New York: Oxford University Press, 2004.

SENNETT, RICHARD. **A Cultura do Novo Capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

STREECK, WOLFGANG. **Como sarà la mostra società nei prossimi decenni?. In** Carlo Bordonì Immaginare Il Futuro: La Società Di Domani Vista Dagli Intellettuali Di Oggi, Milano/Udine: Mimesis/Eterotopie, 2016.

La Izquierda Diário. **Entrevistamos a Pietro Basso, sociólogo e investigador de las migraciones internacionales, docente en la Universidad Ca’ Foscari de Venecia, sobre la situación de los inmigrantes en Europa después de los atentados del 13 de noviembre de 2015 en París.** De 12 de jan 2016. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/ideasdeizquierda/entrevista-con-pietro-basso-si-triunfa-la-islamofobia-los-costos-los-pagaran-todos-los-inmigrantes-y-los-trabajadores-europeos/>> Acesso em: 12 fev 2016.

MASO, DAL JUAN. Pietro Basso: “Las emigraciones son siempre forzadas”. **La Izquierda Diário**, de 29 set de 2015. Disponível em: <<http://www.laizquierdadiario.com/Pietro-Basso-Las-emigraciones-son-siempre-forzadas>> Acesso em 10 fev 2016.

MBEMBE, ACHILLE. A era do humanismo está terminando. **Opera Mundi**. De 10 fev de 2017. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando/10022017/>> Acesso em 13 mar de 2017.

MINI, FABIO. **La guerra spiegata a...** Torino: Einaudi, 2013.

MURTA, ANDREA. Exércitos privados mimetizam Forças Armadas dos EUA. **Folha de São Paulo**. De 22 jun de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2206200809.htm>> Acesso em 18 ago de 2016.

Novoiluminismo. **Como Trump lidaria com o Estado Islâmico**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=E3V3-nZkoqU>>. Acesso em: 12 abril de 2017.

O GLOBO. **Após as falhas na segurança francesa, os pontos principais do aperto nas medidas antiterror**. De 13 jan de 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/apos-as-falhas-na-seguranca-francesa-os-pontos-principais-do-aperto-nas-medidas-antiterror-15040691#ixzz41WMYx6WE>> Acesso em 20 out de 2015.

Official Website of the Department of Homeland Security. **Terrorism-Related Inadmissibility Grounds (TRIG)**. Disponível em: <<https://www.uscis.gov/laws/terrorism-related-inadmissability-grounds/terrorism-related-inadmissability-grounds-trig>> Acesso em 16 dez de 2016.

PAPE, ROBERT. **Morir para ganhar: Las estrategias del terrorismo suicida**. Barcelona: Paidós, 2006.

PAPE, ROBERT. **Bombing to win: Air power and Coercion in war**. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

**Patriot Act**. 26 out de 2001. Disponível em: <<https://www.justice.gov/archive/ll/highlights.htm>> Acesso em 13 maio 2015.

Rivista di filosofia del diritto internazionale e della politica globale. Disponível em: <<http://www.juragentium.org/about/index.html>> Acessado em 13 jun de 2016.

The National Security Strategy of United States of America. Disponível em: <http://nssarchive.us/> Acesso em: 15 maio de 2015.

URIBE, GUSTAVO. Sob Pressão, governo pede aprovação urgente de lei antiterrorismo. **Folha de São Paulo**. De 23 fev de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742302-governo-apela-por-aprovacao-urgente-de-lei-antiterrorismo.shtml>> Acesso em: 14 abr de 2016.

ZOLO, DANILO. **Victors Justice – From Nuremberg to Baghdad**. New York: Verso, 2009.

ZOLO, DANILO. **Cosmópolis – Prospects for world government**. Londres: Polity, 1997. E-book. ISBN 978-0745613017.

URIBE, GUSTAVO. Sob Pressão, governo pede aprovação urgente de lei antiterrorismo. **Folha de São Paulo**. De 23 fev de 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1742302-governo-apela-por-aprovacao-urgente-de-lei-antiterrorismo.shtml>> Acesso em: 14 abr de 2016.